

Na VERSUS Acadêmica, artigos de Luiz Gonzaga Belluzzo; João Sicsú; Manuel Alcino Ribeiro; Alcino Camara e Matias Vernengo; Juan Alberto Vázquez Muñoz e Blanca Lilia Vargas

www.versus.ufrj.br

ISSN 1984-4263



UFRJ



CCJE

VERSUS

MARÇO DE 2009 • ANO I • EDIÇÃO Nº 1

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ

FREI BETTO

Os 50 anos da
Revolução Cubana

MARCIO POCHMANN

A crise e a política
econômica do governo

EXCLUSIVO

'ROMPEMOS COM A CAMBADA MAFIOSA'

**Fernando Lugo, presidente do Paraguai,
à VERSUS, em Assunção**

VERSUSimagem

A recessão econômica ganha a cara do desemprego no mundo. No Brasil, a desaceleração do ritmo da economia pulveriza muitos postos de trabalho. Segundo projeções do presidente do Ipea, Marcio Pochmann, em entrevista a esta edição de VERSUS, “o desemprego vai subir” e “a informalidade vai crescer” em 2009. Parte dessa situação Pochmann debita à conta da política monetária. Mundo afora o emprego some. Nos Estados Unidos, na China e no Japão o desemprego transtorna a vida de milhares. No rastro do agravamento da situação econômica, começa a ganhar dimensão a mobilização política em países com maior tradição de luta social, especialmente na Europa. A Espanha já assiste ao crescimento dos protestos. Na França, centenas de milhares de pessoas se movimentam numa jornada de protestos contra a política de Nicolas Sarkozy frente à crise econômica.

Luiz Carlos Maranhão
Editor Executivo



MANIFESTANTES EM PARIS. Março de 2009



Aloísio Teixeira

Reitor

Sylvia da Silveira de Mello Vargas

Vice-Reitora

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Alcino Ferreira Camara Neto

Decano

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca

Vice-Decano

Aginaldo Fernandes

Superintendente

Maria Sílvia Possas

Coordenação Acadêmica – Graduação

Heloísa Pires

Coordenação Acadêmica – Pós-Graduação

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca

Coordenação Acadêmica – Extensão

REVISTA VERSUS

Alcino Ferreira Camara Neto

Editor

Luiz Maranhão

Editor-Executivo

Elisa Monteiro

Produção e reportagem

Gilson Castro

Diagramação e projeto gráfico

Márcia Rocha de Aquino

Secretaria e produção

Roberto Azul

Revisão

Capa

Marco Antônio Teixeira/Agência O Globo

Arte: Gilson Castro

Colaboraram nesta edição

Ana Cristina C. Machado, Beatriz Resende, Carlos Nogueira, Dina Lidia Kinoshita, Esther Kuperman, Frei Betto, Ivan Ferreira Carmo, Jean-Claude Bernardet, Julio Frankel, Luiz Sergio Henriques, Márcio Castilho, Marco Fernandes, Nilmarírio Miranda, Ney Sant' Anna e Ramon Romankevicius Costa.

Agradecimentos

Ricardo Caballero Aquino, Cônsul do Paraguai
Museu Nacional da UFRJ
Museu Villa-Lobos
Ana Paula de Paula e Thais Andrade-Decania CCJE/UFRJ

Agradecimento especial

Coordenação de Comunicação (CoordCom) da Reitoria/UFRJ

Conselho Editorial

Abílio Pereira de Lucena; Alcino Camara Neto; Aloísio Teixeira; Ana Célia Castro; Ana Clara Torres de Ribeiro; Carlos Aguiar de Medeiros; Carlos Esteban; Carlos F.T.M.R. de Lessa; Carmen Feijó; Francisco Amaral; José Antonio Ortega; José Luiz Fiori; Matias Vermengo; Nilo Batista; Raphael Di Giorgi; Rosélia Piquet Carneiro; Thomas Palley

Receba VERSUS

Para adquirir exemplar de VERSUS envie mensagem para o e-mail versus@ccje.ufrj.br com nome, endereço completo, profissão.

Revista VERSUS

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Av. Pasteur, 250 - fundos - Campus da Praia Vermelha
22290-240 - Urca - Rio de Janeiro/RJ
Tels.: 21 38735311 - 38735317
versus@ccje.ufrj.br
www.ccje.ufrj.br

AO LEITOR

O presidente Fernando Lugo despertou o interesse de VERSUS por ser a novidade política em mais de meio século no segundo

país mais pobre da América do Sul. A entrevista com o ex-bispo, que aprofundou suas preocupações sociais inspirado pela Teologia da Libertação, é o destaque desta edição. Para o governo Lula, a reorientação na política paraguaia levou à renegociação dos acordos bilaterais relacionados à hidrelétrica de Itaipu. O Paraguai quer reajustar o preço da energia excedente que exporta para o Brasil.

Com o aprofundamento da crise, o debate sobre os caminhos para enfrentá-la se intensifica. A política monetária e a desregulamentação financeira são os temas que reuniram sete autores na VERSUS Acadêmica. Política monetária também é o assunto do presidente do Ipea, Marcio Pochmann, que faz projeções sobre a economia em 2009 e diz que o governo vai ter que fazer escolhas claras na política econômica.

Os 50 anos da Revolução Cubana, os 30 anos da Lei da Anistia e o Oriente Médio também são abordados na edição.

Múltiplos assuntos e múltiplos olhares sintonizados com agenda do país e do mundo.

Alcino Camara

Editor



Itaipu: Brasil e Paraguai discutem preço da energia

2 **VERSUS** Imagem

6 ENTREVISTA

O país na encruzilhada

Marcio Pochmann



12 BRASIL

30 anos da Lei da Anistia

Anistia: um processo inconcluso

18 ESPECIAL

Recuerdos de Cuba

À luz dos 50 anos
de Revolução

Frei Betto



25 CIDADE NUA

É o caos

A lógica privada se impõe nas decisões
e o investimento é orientado para o
transporte individual

32 TRILHA

Na geleira do planeta



83 INTERNACIONAL

**Entrevista com o
presidente do Paraguai,
Fernando Lugo**

94 DEBATE

Oriente Médio

Dina Lida Kinoshita e Esther Kuperman

110 PERSONAGEM

O mistério de Luzia: Descoberta
de fóssil mais antigo das Américas
abriu novo campo de investigação

122 OPINIÃO

Turibio Santos diz o que pensa
sobre a universidade brasileira

DOIS PONTOS

113 De **Versus** a **Versus**

Ana Cristina C. Machado

117 • **Música**

Um brasileiro chamado Villa-Lobos

119 • **Cinema**

Eduardo Coutinho

Sala Escura, com Jean-Claude Bernardet

120 • **Livros**

Resenha de *O que é ser comunista hoje*

Luiz Sérgio Henriques

121 • **Estante**

Marx em defesa das mulheres

Beatriz Resende

VERSUS
ACADÊMICA

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca

João Sicsú

Juan Alberto Vázquez Muñoz
Blanca Lilia Avendaño Vargas

Alcino Ferreira Camara Neto
Matias Vernengo

Luiz Gonzaga Belluzzo

O país na encruzilhada

Presidente do Ipea afirma que o aprofundamento da crise econômica vai precipitar escolhas mais claras (atender ricos ou atender pobres?) para a política econômica do governo

De Brasília

O núcleo de economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) causa urticária nos defensores das políticas monetária e fiscal restritivas, que encontram seu domínio no comando do Banco Central. Sob a presidência do professor da Unicamp Marcio Pochmann, o Ipea é um dos centros de formulação intelectual para os setores alinhados com as teses desenvolvimentistas no interior do governo Lula. Em um de seus estudos mais conhecidos, Pochmann afirma sem titubear: “Não mais do que 20 mil clãs de famílias concentram a posse dos títulos

públicos. Por isso, a despesa pública com pagamento de juros representa um dos mais perversos gastos do Estado.” A contundente crítica à política monetária de Henrique Meirelles, presidente do BC, atraiu admiradores e desafetos. À VERSUS, Pochmann definiu a sua presença no Ipea. “A nossa passagem não é para organizar o consenso. Nosso papel, aqui, como funcionários públicos que recebem salários pagos pela maior parte dos pobres do país, pois são esses que pagam impostos, é organizar o discenso.” Veja os principais trechos da entrevista a partir da página 8.



“

Esta é a crise do capital globalizado. Até então nós nunca tivemos uma crise que tenha se dado num mundo dominado inteiramente pela lógica mercantil

Versus Quais os efeitos da crise na orientação da política econômica?

Marcio Pochmann Acredito que a crise vem colocar em xeque a trajetória que o Brasil vinha perseguindo nos últimos 5 anos, que resultou numa combinação entre o razoável desempenho econômico com resultados sociais positivos. Teríamos, então, um período de muita dificuldade no Brasil, a despeito de o país estar vivendo uma situação mais fortalecida por uma série de medidas tomadas ao abandonar a trajetória neoliberal na sua essência. O que hoje se considera como elementos de fortaleza do Brasil, que o diferencia de outros países, até um determinado momento no início desta década eram

de expansão que, a meu modo de ver, está sendo questionado em termos de expansão econômica, redução da pobreza, redução da desigualdade, situação do mercado de trabalho.

V O governo se afastou da orientação neoliberal?

MP Foi um afastamento gradual. Se torna mais evidente este afastamento a partir do segundo Governo Lula. Evidentemente que no primeiro governo há elementos de um receituário neoliberal presente, a palavra desenvolvimento não estava configurada, havia a preciosidade da defesa do ajuste fiscal permanente. Mas desde o primeiro mandato, este governo se afastou do programa de privatização.

partir de 2002 expressa ainda uma certa base heterogênea de sustentação. Esta situação permitiu que os ricos continuassem recebendo os juros da dívida. Ou seja: a política monetária os beneficiava. Mas, ao mesmo tempo, se encontrou a oportunidade de ampliar as ações do governo para uma visão mais ampla da sociedade. É importante que se recupere no tempo até 2002: o projeto de país era um para um quarto da sociedade. Um quarto do Brasil cabia naquela perspectiva de um dinamismo econômico muito baixo, de políticas muito focalizadas. Com o governo Lula há essa intenção de se fazer um país para todos. Em resumo: a situação que temos até agora (antes da crise) é que os ricos vinham sendo atendidos por uma economia que não rompia com os laços da financeiraização, mas ao mesmo tempo foi abrindo outra perspectiva, e, de certa maneira, se reconectando com a luta pelo desenvolvimento do país pós-30.

“**De um lado há quase uma ditadura financeira e do outro há quase uma ditadura da mídia privada**”

V Com a crise, qual será o desdobramento dessa disputa no interior do governo?

MP A expectativa que nós temos é que a crise vai abrir a perspectiva para projetos e sociedade. Até agora isso não estava muito claro, quer dizer, havia certamente a preocupação do governo Lula, que vinha sendo construída com fatos inegáveis, de ter uma sociedade para todos, uma preocupação com a universalização da escola para além do ensino básico, política de cotas, política para mulheres. Ou seja, há um leque de atendidos no conjunto da sociedade, fato inegável. Agora a crise dificulta a continuidade desse tipo de política porque você vai ter que fazer escolhas. O projeto que está em curso é para os ricos ou para os pobres?

vistos como elementos do atraso. Que prendiam o Brasil a um século anterior e impediam o país vislumbrar as oportunidades do século XXI. Pois a crise encontrou o Brasil com bancos públicos que podem operar de maneira mais imediata e tentar contornar o problema do crédito; com um programa que organiza os investimentos, o PAC; com uma política que orienta do ponto de vista industrial e produtivo em determinados setores a partir de recursos do BNDES. A despeito disso, a crise é sistêmica e estrutural e evidentemente seus sinais já se fazem caracterizados em nosso país. O desafio, agora, é permitir a continuidade desse ciclo

Houve uma mudança com o Carlos Lessa à frente do BNDES. É só lembrar que o BNDES era o banco do financiamento da privatização, e a partir de 2003 o BNDES se torna o banco do financiamento da produção, do próprio desenvolvimento. Então, no primeiro governo há uma divisão clara entre os neoliberais e os não neoliberais. No segundo governo há o predomínio, digamos assim, de uma visão desenvolvimentista.

V Mesmo perdurando essa política monetária conservadora?

MP Mesmo assim. Isso mostra elementos que a maioria política que viabiliza o governo Lula a



Porque partimos do pressuposto que o neoliberalismo não está sendo superado por um outro projeto de sociedade. No nosso modo de ver, o neoliberalismo cometeu o arakiri, se suicidou.

V O Ipea divulgou uma nota técnica recomendando corte drástico nos juros. O governo não segue os conselhos do instituto?

MP Desde que nós nos reunimos aqui no Ipea, anunciamos que nossa passagem pela casa não seria para continuar organizando o consenso. Nosso papel aqui enquanto funcionários públicos que recebem salários pagos pela maior parte dos pobres do país – são esses que pagam os impostos infelizmente, os ricos no Brasil não pagam impostos – seria exatamente organizar o dissenso. Porque acreditamos que o papel de uma instituição de pesquisa é o de apresentar a realidade, porque o primeiro passo para transformar a realidade é conhecê-la. Então nós queremos conhecer a realidade e ao mesmo tempo oferecer alternativas para que o gestor público e a própria sociedade tenha melhor capacidade de apoiar as decisões tomadas.

V O que o Ipea recomenda explicitamente nesse quadro de crise?

MP A crise chega no Brasil e impõe uma inflexão do ponto de vis-

ta do comportamento econômico. Há um debate no governo, mas não exclusivamente no governo, do que fazer perante a redução da receita. Será hora de cortar o gasto operacional ou investimentos? Investimentos são, na verdade, as despesas que tem a ver com o compromisso da defesa do emprego. Mas e aí: será possível cortar gastos improdutivos como aqueles oriundos do pagamento do serviço da dívida? Portanto, esta nota técnica (recomendando corte na taxa básica de juros para 7%) foi, na verdade, uma tentativa de explicitar que há alternativas a serem tomadas. Não há um só caminho. Assim cumpre-se a missão como instituição de pesquisa plural que tem que oferecer as diferentes visões e alternativas para que o ges-

nancista no Brasil; de outro lado há quase uma ditadura da mídia privada. Então se sufoca evidentemente o debate acerca das alternativas. A tensão no âmbito das decisões está demarcada por esse predomínio, por forças que foram praticamente hegemônicas durante muito tempo no Brasil. Nesse debate há uma disputa desigual, mas ela existe. Certamente nós aqui no Ipea não somos os únicos, sofreremos. Mas há um aspecto importante de ser ressaltado: nós estamos completando 29 anos de regime democrático, fato que determina a possibilidade dessa disputa, mesmo desigual.

V Qual o cenário macroeconômico para 2009?

“ Não há razão técnica que justifique uma taxa de juros nominal superior a 7% ao ano

tor público tome decisão. O gestor toma evidentemente não somente do ponto de vista técnico, toma também embasado numa fundamentação política. Mas que seja essa fundamentação política tomada a partir das melhores condições de escolha.

V Esse debate sobre visões econômicas diferentes é sufocado no Brasil?

MP Na verdade ele não é tão explicitado assim. Porque, na realidade, nós temos dois problemas aqui no Brasil que dificultam uma atuação técnica tal como ela deveria se manifestar. Porque de um lado há quase uma ditadura fi-

MP Nós temos uma área do Ipea que é especializada em projeções. Na minha opinião, o que ocorreu no último trimestre de 2008, de certa maneira foi contaminado pelos efeitos tardios da elevação dos juros no ano passado, que também se manifestaram no final do ano, como é peculiar de decisões monetárias que levam, dependendo do setor, de 4 a 7 meses para se manifestar. Então, o último trimestre já se imaginava que apresentaria uma desaceleração da economia tendo em vista as decisões em relação aos juros. O debate no primeiro semestre era de que a economia estava crescendo demais, que estava precisando reduzir, desacelerar e portanto se justificou que a infla-

ção estava subindo e que portanto os juros tinham que subir. E os juros subindo é o remédio que traz consequências. Segundo elemento que contamina os dados do ano passado está relacionado, digamos, à gestão dos estoques do setor privado, que operou com elevados volumes. Reconheceu isso em outubro e tomou decisões de desovar este estoque muito rapidamente. E para alguns setores até essa decisão de redução de estoque foi além da conta, o que fez com algumas empresas tivessem, a partir de janeiro, que recontratar trabalhadores demitidos. Então o final do ano, ao nosso modo de ver, não é um bom período para fazer projeções. Agora sim o primeiro trimestre nos ajuda a entender melhor, e pelo acompanhamento que nós temos tido, o nosso debate aqui não é sobre re-

cessão. O debate brasileiro é quanto vamos crescer. Já sabemos que os indicadores de crescimento não são aqueles compatíveis ao do ano passado, que permitiram inclusive combater o desemprego. Nós devemos ter, a despeito da economia crescer, uma baixa capacidade de absorver trabalhador, e então o desemprego deve subir no Brasil. Aquele movimento que vínhamos assistindo de estruturação do mercado de trabalho com redução do trabalho informal, por exemplo, estará contido neste ano, porque a informalidade vai crescer. Terá mais trabalhadores competindo no mercado de trabalho, uma queda na taxa de salários. Esse, ao nosso modo de ver, é o elemento-chave das decisões do governo hoje.

V Você tem uma aposta para a taxa básica de juros neste quadro de crise?

MP Nós estamos defendendo de que não há razão técnica que justifique uma taxa de juros nominal superior a 7% ao ano. A maior parte dos países em frente à crise está operando com taxas de juros real negativo e nós estamos com taxa de juros 7% real. Acharmos que há um espaço para a redução drástica da taxa de juros, não há problemas inflacionários de um lado, de outro lado a taxa de juros tal como ela se encontra implica custos, gastos públicos para financiá-la que poderiam perfeitamente estar atendendo a outros compromissos, como a defesa da produção e do emprego.

A crise no mundo

V No plano mundial, qual é o cenário possível pós-crise?

MP Pois é, o que vem após, o mundo pós-crise, é o debate atual. Para onde é, que tipos de caminhos vão ser construídos a partir do próprio enfrentamento da crise.

V No que ela difere em relação às crises cíclicas anteriores do capitalismo?

MP O ineditismo é que ela é a crise do capital globalizado em relação à primeira grande depressão de 1873 a 1896, à crise de 1929 e à de 1973. Até então nós nunca tivemos uma crise que tenha se dado num mundo dominado e subordinado à lógica mercantil. Quer dizer, 1873, 1929, nós tínhamos ainda uma forte presença de colônias dos antigos impérios. Uma realidade colonial que pressupunha na maior parte das vezes a reprodução do modo de produção pré-capitalista. Então essas crises no capitalismo de certa maneira não rebatiam em países em que nem o modo de produção capitalista possuía. Na crise de 1929 mesmo e em 1973 passamos a ter uma outra experimentação de modo de produção (numa parte do mundo) que era o modo de produção centralmente planejado, as economias socialistas. Essa crise de agora 2007, 2008 se dá num ambiente em que praticamente todos os países são subordinados à lógica de mercado.

V Os desdobramentos então...

MP Então isso é algo inédito e por isso talvez ajude a entender o quanto essa conexão pela lógica de mercado faz com que os eventos ocorridos no epicentro da crise se irradiem de uma forma



muito rápida pelo mundo. O segundo elemento inédito é que nós estamos hoje diante de um mundo sem governança global do ponto de vista público. Porque há inegável disfuncionalidade das agências multilaterais e das próprias Nações Unidas construídas no imediato pós-Guerra. As Nações Unidas que representam países, obviamente o Banco Mundial, porque essa experiência de governança global do pós-guerra se deu num ambiente em que os estados nacionais tinham empresas. Nós estamos vivendo em um outro contexto em que são justamente as empresas que possuem os estados nacionais na medida em que hoje o mundo é praticamente coordenado por decisões de 500 grandes corporações transnacionais cujo faturamento anual equivale a quase 48% do PIB do conjunto dos países.

As três maiores corporações do mundo têm um faturamento que equivale ao PIB do Brasil, que é a 9ª economia do mundo. As 50 maiores corporações têm um faturamento que é maior do que o PIB de 100 países. Então há uma coordenação feita pelo setor privado, por essas grandes corporações sem regulação, sem controle e transparência democrática que está questionado pela crise. Essa experiência é inédita porque é verdade que em 1873 não tínhamos uma coordenação global, mas ela de certa maneira era feita pela liderança inglesa. A crise de 29, aí sim, já diante da decadência inglesa e ainda de uma certa resistência norte-americana em assumir o papel de hegemonia, a saída foi via Guerra.

V Quais as consequências dessa “ausência de governança”?

MP A crescente importância das decisões nacionais na defesa da produção e do emprego nacional.

Essas decisões passam a ter um caráter cada vez mais protecionista. As decisões nacionais estão quase sempre submetidas a pressões internas.

V A crise põe Keynes na ordem do dia?

MP Não acredito em uma reprodução do keynesianismo. O keynesianismo cumpriu um papel no século XX. O século XXI vai exigir uma outra estratégia, que pode evidentemente combinar elementos do keynesianismo, mas, dadas a transformação e a complexidade do capitalismo nestes últimos 100 anos, o keynesianismo é insuficiente. É preciso entender portanto o papel dos estados nacionais, qual o desafio dos estados nacionais nessa nova realidade. Portanto eu acredito que dado o tamanho da grande empresa privada, dificilmente nós suportaremos estados nacionais com capacidade de fazer a coordenação privada. Hoje imaginamos que o século XXI aponta para um espaço maior de integração. Integração supranacional.

V Como isso se daria?

MP Olhamos o mundo e tem a União Europeia e a Unasul no ambiente sul-americano. A Ásia, de alguma forma, a China, tem um entrave do Japão, tem uma disputa, mas em todo o caso a China representa o horizonte de agregação. A África infelizmente é um espaço ainda a descoberto. E a América (Estados Unidos) de certa maneira convive com uma situação estranha, porque se trata da convivência de uma nação com sinais graves de decadência. Olhando do ponto de vista histórico, a decadência inglesa resultou numa disputa para ver quem poderia substituí-la, disputa entre a Alemanha e Estados Unidos. Olhando o século XXI, embora

eu saiba que existam elementos de controvérsia, se há ou não a perda de hegemonia dos Estados Unidos, eu diria que há um elemento de decadência.

V Quais os elementos de decadência que o senhor identifica?

MP Estou trabalhando com a perspectiva de o mundo pós-crise não mais reproduzir o poder praticamente imperial e unipolar que estava centrado nos Estados Unidos. Trabalho com a hipótese de nós termos uma pluralidade de centros, pluralidade de centros vai implicar na constituição de novas moedas nacionais, de novos padrões de financiamento não mais assistido nessa integração de bancos internacionais. Há um espaço para uma reterritorialização do mundo.

V Acha que vai haver uma pulverização de poder no mundo, neste novo cenário econômico?

MP Eu diria que há possibilidade de nós criarmos hegemonias regionais. Tem um espaço de disputa no continente que o Brasil inegavelmente tem a possibilidade de fazer essa costura em torno de interesse para além do espaço nacional. Porque se ficarmos estritamente conectados no espaço nacional evidentemente dado a simetria de poderes que temos hoje, nós teremos possivelmente conflitos que não deveríamos.

Luiz Carlos Maranhão

versus
online

www.versus.ufrj.br

BRASIL



30 anos da Lei da Anistia

Anistia: um processo inconcluso

Nilmário Miranda*



ANTONIO NERY/AGÊNCIA O GLOBO



**Jornalista, mestre em Ciência Política. Lutou contra a ditadura militar e foi preso político. Deputado federal (três mandatos), presidiu a Comissão Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos (2003 a 2005). Escreveu Dos Filhos deste Solo, com o jornalista Carlos Tibúrcio (EPA/Ed. Boitempo). Preside a Fundação Perseu Abramo, do PT.*

A proximidade da comemoração dos 30 anos da primeira Lei de Anistia aprovada pelo Congresso Nacional em agosto de 1979 vai acelerar a discussão sobre a imprescritibilidade do crime da tortura, a abertura de arquivos da repressão com base no direito à verdade e a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos.

A Lei de agosto de 1979 (Lei nº 6653) foi o primeiro passo da reparação das arbitrariedades cometidas durante a ditadura que durou longos 21 anos. Pelo seu caráter

restrito, pela visível incompletude e por ter excluído dos efeitos da Lei amplos setores dos atingidos pela repressão, necessitou de um segundo momento – a Lei 9140/95 conhecida como Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos – e de um terceiro momento – a Lei 10559/2002 – que instituiu a atuante Comissão de Anistia.

Na medida em que a democracia se consolida e os direitos humanos ganham espaço, anistia ganhou ressignificados e é recolocada em discussão.

Ao contrário do que se propagou na transição do autoritarismo para a democracia, a anistia não pode ser admitida como ato destinado ao esquecimento do que se passou, conquanto o direito à verdade e à memória libertam nossas consciências de lembranças funestas do passado e é percebido como um direito da cidadania. Do mesmo modo, anistia não pode ser distorcida como perdão, como se houvera crime a ser apagado por beneplácito do poder. Anistia é um ato reparatório que decorre da quebra do Estado de Direito.

Historicamente o Estado de Direito concede anistia para pessoas atingidas pelo arbítrio e por leis excepcionais, e não se aplica aos indivíduos que agiram em nome do Estado como agentes de repressão.

Há pessoas de boa e de má-fé que querem interditar este debate, que não quer se calar.

A OAB entrou em Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional no STF, com base na tese de que a tortura e assassinato de opositores políticos foram crimes comuns e não crimes políticos, e, assim, seus perpetradores não podem ter direito à anistia. O relator é o ministro Eros Grau.

Quase 500 juristas, advogados, juízes, professores de direito assinaram manifesto onde afirmam que a discussão “não concerne à revisão de leis, como a anistia, e sim ao alcance delas que não contempla o crime de tortura”.

O processo contra o Estado brasileiro está prestes a ser julgado na Corte Interamericana de Direitos Humanos movido por familiares de desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. A comissão e a Corte Interamericana dos Direitos Humanos têm jurisprudência acerca da imprescritibilidade de crimes de humanidade, como o crime de tortura.

ARQUIVO AGENCIA O GLOBO



MÉDICI. A face dura do terror de Estado

A publicação do livro “Direito à Verdade e à Memória” pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pela Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos contribuiu para colocar em debate o direito à memória como direito de emancipação do presente ou como disse Boaventura de Souza Santos “dar um futuro ao passado”.

O regime militar brasileiro instalado a partir do golpe de Estado de 1º de Abril de 1964 usou e abusou de instrumentos excepcionais para perseguir e violar direitos do que instituiu como “inimigos” do Estado e da segurança nacional.

Assim, prendeu arbitrariamente e torturou dezenas de milhares de pessoas. Assassinou mais de 4 centenas de opositores, 163 dos quais transformaram-se em desaparecidos políticos. Mais de 700 mandatos de governadores,

senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores. Suspendeu os direitos políticos de mais de 4.100 opositores. Nada menos que 6.592 militares que repudiaram o golpe foram punidos e desligados das Forças Armadas. Cento e trinta brasileiros foram banidos do país.

1.202 sindicatos sofreram intervenção, 254 foram dissolvidos, e 78 tiveram diretorias destituídas. A UNE foi proibida e 245 estudantes foram expulsos das universidades mediante o Decreto 477.

Só em 1964, 49 juízes foram expurgados. A magistratura perdeu a inamovibilidade, a estabilidade e a vitaliciedade, 3 ministros do Supremo foram afastados.

O Congresso Nacional foi posto em recesso por 3 vezes assim como as Assembleias Legislativas de 7 estados.

A imprensa teve inclusive censura prévia. A censura proibiu músicas, peças, filmes.

Cientistas e professores renomados foram perseguidos e compelidos ao exílio, que chegou a abranger mais de 10 mil cidadãos em diáspora pelo mundo.

O golpe de 1964 interrompeu o processo de aprendizado democrático iniciado em 1945, na mãe democrática do pós-guerra. Nos breves 18 anos da Constituição de 1946 ao golpe, um expressivo leque de sujeitos sociais se mobilizou e reivindicou mudanças nas injustas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais. Pela primeira vez os pobres e deserdados dos campos, os favelados, os descendentes de escravos somaram-se aos trabalhadores urbanos exercendo a democracia, exigindo direitos à educação, saúde, terra, trabalho decente e participação política. Isso é, vê-se pela primeira vez um movimento que apontava para uma unidade nacional em prol dos direitos e dignidades humanos e do efetivo exercício da cidadania.

A ditadura pisoteou os direitos civis e políticos e as liberdades individuais e coletivas para implantar um modelo excludente de desenvolvimento econômico, concentrador da renda, da riqueza, do saber, do conhecimento e do poder. O próprio Médici, no auge do ilusório e fugaz “milagre econômico” disse que “a economia vai bem e o povo vai mal”.

Não houve, pois, “ditabranda” nem “democradura” no Brasil, e sim uma ditadura com nefastas consequências e o desrespeito aos princípios basilares do Estado de Direito.

O monstruoso aparato de informações, espionagem e repressão envolveu mais de 300 mil agentes do SNI, CISA, CENIMAR, CIE,

CIEX, DOIs-CODIs, Polícia Federal, Policiais Militares, DOPS dos Estados, DSIS (Diretorias de Segurança Interna) e ASIS (Assessoria de Segurança Interna) em todas as repartições e instituições federais do país fundamentadas na Doutrina de Segurança Nacional perseguiu, torturou e assassinou tanto opositores que recorreram às armas quanto ao que faziam uso da palavra.

A medida que a ditadura criminalizou os conflitos sociais e políticos, extinguiu os partidos, permitindo apenas a ARENA e o MDB (e cada vez que o MDB exercia com dignidade seu papel de oposição era implacavelmente atingido por cassações e leis restritivas) desenvolveu-se no país uma impressionante teia de resistência através de comunidades de base, e articulações em bairros, fábricas, empresas, escolas, igrejas e uma multifacetada sociedade civil. Organizações como a ABI, OAB, SBPC, CNBB passam a exercer

pelo país: Rio, Minas, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Sergipe e outros estados.

Em 1977 ressurgem na cena pública os movimentos sociais dos estudantes e os sindicatos que abraçam a anistia.

Assim, quando surge o Comitê Brasileiro pela Anistia – o CBA – em 1978 com a divisa da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita são exigidas o fim das torturas, a elucidação das mortes e desaparecimentos e a consequente punição dos responsáveis. A libertação de todas as presos e a anulação dos processos. A volta dos cassados, exilados, banidos, aposentados à força. A volta do hábeas corpus, a revogação da LSN e da legislação repressiva. O direito à palavra, à reunião, à associação, mas também o direito de greve, à liberdade para os sindicatos e movimentos sociais.

Após a fragorosa derrota da Arena em 1974, repetida em 1978 mesmo com o ‘Pacote de Abril’ (conjunto de Leis casuísticas para

“ Não houve, pois, ‘ditabranda’ nem ‘democradura’ no Brasil, e sim ditadura

crítica dura ao regime de recessão. Artistas, intelectuais, jornalistas, advogados, estudantes, professores, imbricam as lutas por direitos civis e políticos com as lutas sociais por igualdade e contra a superexploração econômica imposta aos trabalhadores.

Já em 1975 surge o movimento feminino pela anistia, fruto da coragem cívica das esposas, mães, filhas, irmãs e amigas dos atingidos. Surge em São Paulo e se espalha

barrar o crescimento do MDB), os dirigentes civis e militares passam a considerar a hipótese de uma anistia não como reconciliação do país, mas como estratégia para permanecerem no poder.

O próprio governo promotor de “abertura lenta, gradual e segura” chefiada por Geisel preocupado com a reação dos assassinatos de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho (A Justiça responsabilizou o Estado pela morte de Herzog)

intensifica os desaparecimentos e elimina sem dó nem piedade os dirigentes do PCB, promove o massacre da Lapa executando 3 dirigentes do PCdoB. Pela Constituição de 1967 os crimes dolorosos contra a vida seriam levados ao tribunal do júri. Havia que proteger os perpetradores das torturas, assassinatos e desaparecimentos dos crimes políticos conexos a estes.

No começo do Governo de João Figueiredo cresceu a pressão popular pela Anistia (além disso, havia comitês em pelo menos 19 países). A cúpula militar civil queria com a anistia:

- Excluir os que pegaram em armas;
- Retardar a soltura dos presos políticos;
- Impedir a volta dos militares punidos às Forças Armadas;
- Impedir a volta dos civis aos cargos que ocupavam;

“ A Lei da Anistia atendeu mais aos integrantes do aparato repressivo do que aos perseguidos

• Evitar indenização e direitos relativos á salários, promoções e ressarcimento;

• Dividir o MDB que crescia a cada eleição, fragmentando a oposição com a volta dos cassados e exilados;

• Perdão total para os torturadores, homicidas e a todos os crimes conexos.

A Lei de Anistia de 1979 foi importante para a democratização do país ao trazer de volta milhares de exilados, de sacar da clandestinidade os partidos de esquerda e abrir os cárceres. Anistia mais

o fim do AI-5 e volta do hábeas corpus apressou o fim do Regime Militar que queria permanecer por tempo indeterminado.

Mas a Lei de Anistia ficou nos termos almejados pelo regime e atendeu mais aos integrantes do aparato repressivo que dos perseguidos.

O senador Teotônio Vilela como presidente da Comissão do Congresso para a Lei de Anistia tinha percorrido o país, visitando cárceres, após a derrota do substitutivo do MDB, disse que a “ditadura serviu-se da anistia...”.

A Lei 6683/79 também não deixou brechas para o estabelecimento da verdade. A oposição, sobretudo a parcela mais conservadora resignou-se e sobrelevou os ganhos em detrimento das flagrantes omissões e injustiças da Lei.

Até 1985, fim o Governo Militar com a derrota de Maluf no colégio

eleitoral e, após a frustração ante a rejeição da Emenda Dante de Oliveira das “Diretas Já”, o governo Figueiredo manteve a postura de negar a Guerrilha do Araguaia, reconhecer os desaparecimentos e manter as odiosas versões oficiais das mortes de opositores (“suicídios”, “enfrentamentos”).

Só em 1985 surgem os Grupos “Tortura Nunca Mais”, o importante trabalho que gerou o “Brasil Nunca Mais”, a lista dos 444 torturadores. A “transição tramada pelo alto” – o pacto de silêncio – é questionável pelos grupos de direitos



humanos sem ou com escassa re-verberação de mídia e pouco apoio no Congresso.

Só em 1991 explode o caso da Vala de Perus. A prefeita Luisa Erundina manda abrir a vala dos indigentes no cemitério de Perus onde estavam restos mortais de militantes enterrados com nomes falsos. A Câmara de Vereadores faz uma CPI e na Câmara de Deputados é instalada uma Comissão Externa de apoio às famílias.

Em 1992, no governo Collor, os arquivos dos DOPS estaduais – recolhidos à Polícia Federal quando as oposições elegem governadores no Rio, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul em 1982, são devolvidos e mesmo tendo passado por uma “operação limpeza” trazem informações e fotos que confirmam os dossiês dos familiares das execuções e torturas.

Em 1995 é criada a Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados que pressionava pelo reconhecimento dos mortos e desaparecidos. O secretário geral da Anistia Internacional, Pierre Sane, vem ao Brasil e pede publicamente pelas famílias. O governo Fernando Henrique encarrega José Gregori, veterano defensor dos direitos humanos, para elaborar o projeto que gerou a Lei 9140/95.



A responsabilidade objetiva do Estado pelas as mortes e desaparecimento é reconhecida, depois de 16 anos da primeira Lei.

É o segundo momento. O ônus da prova de que as pessoas sucumbiram quando já sob a tutela do Estado fica com as famílias. Os militares negaram a existência dos arquivos que poderiam comprovar as circunstâncias das mortes e a localização dos desaparecidos. De qualquer modo, uma nova barreira foi quebrada.

Em 2007 o livro “Direito à Verdade e à Memória” é publicado com a história verdadeira das mortes e desaparecimentos.

Já na Constituição de 1988, nas Disposições Transitórias, fica assegurado o direito à reparação moral e econômica para os perseguidos prejudicados na relação laboral, direito a ser regulado por lei ordinária.

Só em 2002 é aprovada a Lei 10559/02 que institui a Comissão de Anistia que recebeu mais de 60 mil requerimentos de anistia. Até 2008 mais de 25 mil tinham sido deferidos e 13 mil indeferidos. A Comissão pretende examinar os 25 mil pedidos restantes até 2010.

A Lei de Anistia de 1979 é expandida, alargada pela 2ª vez pela Lei 10559 que incorpora indenizações, ressarcimentos, promoções

de pessoas aos cargos que poderiam ter ocupado.

É o 3º momento da Anistia.

A comemoração dos 30 anos da Anistia remete à pergunta: teremos a 4ª etapa? O que seria a 4ª etapa?

Não se trata de rever a Lei de Anistia de 1979. Ela cumpriu seu papel, para o bem – contribuiu para a democratização do país reincorporando à cidadania milhares de pessoas; e para o mal, ao ter se omitido quanto à responsabilização criminal dos torturadores e homicidas.

A palavra está com o STF.

A justiça internacional, como base em tratados e convenções de que o Brasil é parte vai decidir sobre o caso da guerrilha do Araguaia. Há ações declaratórias em curso para o reconhecimento de militares como chefes de tortura em curso.

Os grupos, porém, redes de direitos nacionais e internacionais não abrem mão de uma definição do Estado brasileiro. Sentem-se estimulados pelos exemplos da Argentina onde as leis de impunidade foram anuladas pela Suprema Corte e cerca de 300 torturadores foram julgados e condenados. Chile e Uruguai, cada um do seu modo, enfrentam o passado para garantir um futuro de democracia sem ditadura e tortura.

A vitória de Obama nos EUA contribui na medida em que proíbe a tortura, decide fechar a base de Guantánamo, não manter prisioneiros dos “inimigos internos” e o ciclo de ditaduras sangrentas que começaram com o apoio dos EUA.

O que se pretende no 4º momento da anistia inconclusa é:

- A localização dos restos mortais dos 160 desaparecidos (só 3 foram localizados e identificados nestes 31 anos);

- Acesso aos arquivos das operações militares documentadas como os arquivos da repressão à Guerrilha do Araguaia (há decisão judicial transitada em julgamento);

- Excluir o crime da tortura do alcance da Lei de Anistia para possibilitar a responsabilização criminal dos torturadores.

Não se trata de remexer feridas ou revanchismo. Justiça nunca é revanchista.

Trata-se de avanços quanto a dois velhos conhecidos de nossa história: a impunidade e a violência estatal.

versus
online

www.versus.ufrj.br

RECUERDOS DE CUBA

À luz dos 50 anos de Revolução

Frei Betto*

Despertei-me para o socialismo em 1959, aos 15 anos, ao ingressar no movimento estudantil católico (JEC) que, no Brasil, tinha forte conotação de esquerda, graças aos frades dominicanos formados na França do pós-guerra, motivados pela aliança entre comunistas e cristãos na Resistência Francesa.

Até aquela data minha visão do mundo coincidia com o *american way of life*. Meu pai, jurista, havia lutado contra a ditadura de Vargas (1937-1945) e, desde a redemocratização do Brasil, em 1945, postou-se ao lado das forças anticomunistas. O movimento estudantil, entretanto, abriu-me os olhos e a consciência para o êxito da Revolução Cubana. Os barbudos de Sierra Maestra passaram a figurar em minha galeria de ícones, ao lado de atores como James Dean e Marlon Brando.

Cuba tornou-se objeto de minha atenção na mídia. Acompanhei as visitas de Fidel (1959) e Che Guevara (1961) ao Brasil, e a derrota dos mercenários made in USA na Baía dos Porcos (1961).

A ditadura militar instalou-se no Brasil em 1964. Dirigente estudantil, conheci o cárcere, pela primeira vez, em junho daquele ano. O olhar repressivo espelhou minha nova face: por lutar contra a ditadura, eu era considerado pró-comunista.

Foram 15 dias de prisão. No ano seguinte, ingressei na Ordem Dominicana. Prossegui na resistência à ditadura; em São Paulo, vinculei-me à ALN (Ação Libertadora Nacional), grupo guerrilheiro liderado por Carlos Marighella. A partir daí Cuba passou a ter, para mim, uma ressonância mais direta: OLAS, “um, dois, três... Vietnãs!”, a saga do Che no Congo e na Bolívia, a viagem de Marighella a Havana, de onde concitou os brasileiros a pegarem em armas contra o regime militar e pelo socialismo.

Minha participação na guerrilha urbana (1967-1969) tinha relação com Cuba. Coube-me, como principal tarefa, facilitar a saída clandestina do país de militantes perseguidos pela ditadura. Muitos tinham por objetivo treinar guerrilha na Ilha. Quase todos retornaram clandestinamente ao Brasil; poucos sobreviveram à sanha repressiva.

Durante os anos de minha segunda prisão (1969-1973), Cuba pairava como referência e alento

aos nossos propósitos revolucionários. Foi com incontida empolgação que, de dentro do cárcere, acompanhei, pelo rádio, a colheita de cana de 1970, cuja meta era obter uma safra de 10 milhões de toneladas. E graças à Rádio Havana Cuba sabíamos notícias realmente importantes do Brasil.

Revolução e Igreja

Em 1981, convidado ao primeiro aniversário da Revolução Sandinista, em Manágua, surgiu-me a oportunidade de encontrar Fidel pela primeira vez. Tinha a certeza de que também seria a última. Em casa de Sergio Ramirez, vice-presidente da Nicarágua, conversamos das duas da madrugada às seis da manhã. Duas perguntas marcaram o nosso diálogo. A primeira, “por que o estado e o PC cubanos são confessionais?” Fidel reagiu quase indignado: “Como confessionais?” “Sim, Comandante, tanto a afirmação quanto a negação da existência de Deus são manifestações confessionais, contrárias à laicidade que a modernidade imprime às instituições políticas.”

Fidel admitiu jamais ter encarado a questão por essa ótica. Anos depois, o congresso do Partido eliminou seu caráter ateu, permitindo o ingresso de militantes crentes. O mesmo ocorreu em relação ao Es-

Frei Betto é escritor, autor de *Calendário do poder (Rocco)*, entre outros livros.



tado, cuja mudança na Constituição determinou seu caráter laico.

A segunda pergunta concernia à relação entre Revolução e Igreja Católica. Antes que Fidel respondesse, apresentei três hipóteses: 1) “A Revolução persegue a Igreja. Eis uma boa política favorável ao imperialismo, interessado em comprovar a incompatibilidade entre socialismo e cristianismo”. 2) “A Revolução é indiferente à Igreja. Também de agrado do governo dos EUA, pois faz da Igreja em Cuba reduto de contrarrevolucionários e descontentes com o regime”. 3) “A Revolução, como ente político, dialoga com a Igreja e procura inseri-la no processo de construção do socialismo”.

Fidel admitiu que a política revolucionária, embora jamais perseguisse denominações religiosas, estava equivocada quanto à Igreja Católica. Há 16 anos ele não concedia audiência a seus bispos. Perguntou se eu estaria disposto a colaborar para a retomada do diálogo. Concordei, mas isso iria depender do interesse do episcopado de Cuba.

Em 1981, a convite da Casa de las Américas, pisei pela primeira vez em Havana. Porém, o contato com os bispos só viria a ocorrer em fevereiro de 1983, quando a conferência episcopal me convidou para sua reunião no santuário nacional de Nossa Senhora do Cobre, próximo a Santiago de Cuba. Presentes o núncio apostólico e os oito bispos do país. Expus a minha trajetória em relação à Cuba, desde o encontro com Fidel em Manáguá, em 1980: “Creio que tenho possibilidades de contribuir para o diálogo Igreja-Estado neste país. Dirigentes do Partido Comunista estão de acordo que eu trabalhe nesse sentido. Porém, disse a eles que só o farei se os bispos locais concordarem. Se os senhores acham que não

tenho nada a fazer, digam agora, pois é muito arriscado para mim vir a Cuba. Vivo sob uma ditadura militar, para a qual a simples menção do nome deste país causa arrepios. Mas se creem que tenho um papel a cumprir, estou disposto a enfrentar os riscos. Mas não quero atuar como livre-atirador, e sim em consonância com a conferência episcopal”.

“Já tenho demasiados trabalhos na Nicarágua e no Brasil, um país de dimensões continentais. Para mim não faz sentido vir sem a aprovação dos senhores. Se acham que devo interromper o diálogo com o governo, não volto mais. Mas fica com os senhores a responsabilidade desta decisão perante Deus e a história”.

Os bispos puseram para fora seus fantasmas, manifestaram temores e perigos. Receavam que eu fosse manipulado pelo Partido. Pediram que eu saísse da sala por uns momentos. Afinal, deram-me todo apoio.

Educação popular

Domingo, 10 de fevereiro de 1985. Após o almoço, atendi o telefone no Hotel Riviera: “É Piñeiro. Não saia do hotel. Cervantes vai encontrá-lo agora”, previniu-me o chefe do Departamento de América. Pouco depois Sérgio Cervantes, funcionário daquele departamento, confirmou minha suspeita: Fidel Castro quer ver-me.

Durante cinco horas, Cervantes e eu aguardamos diante da TV, vendo filmes usamericanos. Às 9 da noite, Manuel Piñeiro ligou; convocou-nos ao Conselho de Estado, na praça da Revolução.

Ao sair do elevador, no 2º andar, os seguranças nos conduziram a uma sala de espera muito confortável, decorada por telas e esculturas de bom gosto, mas tão refrigerada

que receei me resfriar. Uma hora depois escutamos passos multiplicados no corredor. Aberta a porta, entrou Fidel. Fazia-se acompanhar por Piñeiro e mais três homens. “São comunistas chilenos”, apresentou-nos Fidel. “Espero que sejam também revolucionários”, observei, “pois isso de se dizer cristão ou comunista hoje significa pouco. Conheço cristãos de esquerda e comunistas de direita”.

Logo que os chilenos se despediram, Fidel conduziu-nos ao seu gabinete. Apontou-me o sofá maior sob a tela que retrata Camilo Cienfuegos e ocupou a poltrona à minha esquerda. Falou-me de seu encontro com a delegação episcopal dos EUA. Contudo, o que o preocupava eram os bispos cubanos, com quem, há pouco tempo, tivera contato: “Desde o início da Revolução houve muitos pecados de ambos os lados. Mais do nosso lado que do lado da Igreja”, admitiu. “Eu mesmo tinha meus preconceitos em relação aos bispos e estava mal informado. Julgava monsenhor Adolfo (Rodríguez) um conservador e reacionário. Ao contrário, é um homem sério e com quem se pode conversar”.

“Pelo que sei”, comentei, “os bispos também gostaram do encontro. E ficaram muito satisfeitos com a perspectiva de ter encontros periódicos com você”. “Sim”, disse o Comandante, “estou disposto a isso, mas para discutir questões fundamentais, e não a viagem de um padre para fora do país ou a reforma de um templo”.

Acrescentou que vira como positivas as viagens do papa à América do Sul. Indagou o que significam e como funcionam o concílio e o sínodo e, depois, interessou-se por aspectos pessoais de minha família e da minha formação religiosa: “Diga-me como é a formação de um frade dominicano”, solicitou em tom muito baixo, gutural. “Fui

aluno dos irmãos lassalistas e, depois, dos jesuítas. Naquele tempo, eles falavam contra os protestantes e os judeus, e havia racismo nas escolas”.

Expliquei-lhe a formação dos frades dominicanos. Curioso, Fidel perguntou pelo currículo, os professores, os exames, os cursos complementares: “Estuda-se marxismo?” “Sim, na Filosofia”, respondi. “O preconceito aos manuais favoreceu meu contato com as obras de Marx, de Engels, de Lênin, e também de Trotsky e de Stálin. Livrei-me assim do dogmatismo de Plekhanov e do mecanicismo de Pulitzer. Aprendi muito também com as reflexões de Gramsci. Sem ele é impossível compreender bem o fenômeno religioso nas lutas sociais”.

“Mas você não está querendo negar o valor da teoria?”, ponderou Fidel. “Não, mas se a mera capacitação teórica fosse suficiente, os partidos comunistas da América Latina, detentores do marxismo-leninismo, teriam feito revoluções. Nenhum partido comunista até agora fez revolução em nosso Continente. Quem a fez foi o Movimento 26 de Julho, aqui em Cuba, e a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Movimentos que tinham contato com as bases populares, sem preconceitos, capazes de captar os valores populares e, inclusive, seus sentimentos religiosos”. “Estou de acordo com o que você diz”, disse ele.

Falamos também da teologia da libertação. Narrei a sua gênese e os problemas com o poder eclesial. Em seguida, perguntei-lhe que recursos eram utilizados na formação ideológica das novas gerações cubanas. Ele confirmou a minha suspeita de que, em Cuba, como na maioria dos países socialistas, não havia um programa específico de conscientização po-

lítica. Supunha-se — equivocadamente — que a própria sociedade socialista, através de seu aparelho ideológico, como escolas e meios de comunicação, formava a cabeça da juventude. Se de um lado isso era verdade, de outro não se podia ignorar que o socialismo é contemporâneo do capitalismo, e de um capitalismo tecnologicamente muito mais avançado. Confiar a formação ideológica aos sistemas formais é ceder à pretensão de que eles possam sobrepor-se aos sistemas informais do consumismo capitalista, como a música, a moda, e os atrativos de enaltecimento do ego.

Fidel ouviu-me atento e defendeu-se: “O internacionalismo é um fator importante na formação de nossa juventude. Duzentos mil cubanos já passaram por Angola, onde temos atualmente 40 mil jovens. Mas é verdade que o egoísmo ainda não foi erradicado de nossa sociedade.” Insisti: “Preocupa-me muito a educação ideológica das novas gerações. E não creio que um partido comunista possa fazê-lo, pois seus limites são estreitos e o importante é justamente atingir aqueles que estão fora do partido. Também não vejo como a escola formal possa dar conta dessa tarefa”. “Qual seria a sua sugestão?”, indagou Fidel. “A metodologia de educação popular no fortalecimento de movimentos populares”, respondi.

Descrevi meu trabalho em educação popular e o que significa a concepção metodológica dialética, que se contrapõe à metodologia bancária denunciada por Paulo Freire — e paradoxalmente ainda em voga, na época, em países socialistas. Considerei oportuno tocar no nome de Paulo Freire, injustamente “queimado” por comunistas brasileiros, inclusive em Cuba. Alegavam que suas concep-

ções eram idealistas, à luz da filosofia cristã e, portanto, inaceitáveis para quem assume a concepção materialista da natureza e da história. Tais críticas baseavam-se numa leitura superficial de suas primeiras obras, como *Educação como prática da liberdade*. Sua evolução ideológica se reflete em *Pedagogia do oprimido* e *Cartas à Guiné-Bissau*. Mas os críticos ignoraram essas obras, ainda que seu método de educação popular e de alfabetização fosse adotado por países africanos recentemente libertados, e pela Nicarágua Sandinista. “Numa próxima viagem, fale disso com o ministro da Educação e com os teóricos do Partido”, recomendou-me o dirigente cubano.

Passava de 1 da madrugada quando Fidel despediu-se de mim. Antes de sair, observei: “Em julho de 1980, em nosso primeiro encontro, em Manágua, indaguei qual era a posição do governo de Cuba frente à Igreja local. Hoje, pergunto: interessa, de fato, ao governo cubano que a Igreja aqui assuma a linha da teologia da libertação?” Fidel não relutou em dizer que sim.

Desse encontro surgiu a semente de se fundar em Cuba um centro de educação popular na linha do método Paulo Freire: o Centro Martin Luther King, atuante há mais de 20 anos.

Entrevista

Chomy Miyar, secretário do Conselho de Estado, me convidou para jantar em sua casa na noite de quinta, 14 de fevereiro de 1985. Eu me encontrava em Cuba participando do prêmio literário de Casa de las Américas. Em Havana, este era considerado o mais irrecusável dos convites. Era o mesmo que ser convidado por Fidel, que só não abre as portas de sua casa aos ami-

gos por ver-se obrigado a morar clandestino no próprio país, por razões de segurança.

Ao café, ruídos de freama brusca e de bater portas. Era meia-noite quando Fidel entrou. Tomou assento entre livros e discos, aceitou uma única dose *cowboy* de uísque e bebericou lentamente. “Descobri uma área na qual somos concorrentes”, disse a ele. “Qual?” “Cozinha. Sou filho de uma especialista na matéria. Minha mãe é autora de um clássico, *Fogão de Lenha, 300 anos de cozinha mineira*”. “Minha especialidade são os camarões”, precisou o líder cubano.

Retomamos os temas do encontro com os escritores latino-americanos do Prêmio Casa de las Américas, naquela tarde: “Você disse que gosta de perguntas aparentemente embaraçosas. De fato, vejo em sua personalidade uma compulsiva atração pelo desafio. De onde vem essa propensão a jamais perder, de seu pai ou de sua mãe?”, indaguei. “Dos dois. Minha mãe era muito religiosa e meu pai, cético. O que não me agrada em entrevistas são as perguntas de caráter subjetivista ou daqueles que me consideram dotado de um excepcional carisma, capaz de mover a história. Não são os indivíduos isolados que fazem a história. E eu não me considero um caudilho”. “Todo ser humano deveria ter um mínimo de distanciamento de si mesmo, no sentido brechtiano do termo”, observei. “Assim teria senso de autocrítica e não se daria mais valor do que merece”. “Se há algo que repudio fortemente”, frisou Fidel, “é a ideia de ser uma figura mítica. Jamais me esqueço da frase de Martí, de que “toda glória do mundo cabe num grão de milho”. “Há dois tipos de políticos”, comentei, “os que se movem por seus interesses pessoais, ainda que sob o aparente pretexto de defesa

das demandas coletivas, e aqueles que não temem nenhum risco por colocarem as causas sociais acima inclusive de sua sobrevivência física. Pode-se acusar um guerrilheiro de tudo, menos de buscar o poder como objeto do desejo pessoal, pois as chances de chegar a ele, vivo, são pequenas frente à ameaça permanente de morte”.

Aproveitei para sondar como encarava minha atividade pastoral em Cuba. Um funcionário do Departamento de América me dera a entender, naqueles dias, que eu não devia proferir palestras ou cursos para cristãos cubanos — in-

formação que preferi omitir para não criar clima de intriga. “Em sua opinião, até que ponto devo promover aqui encontros e seminários, debates e retiros com os cristãos?” “Só você pode realizar essas atividades. Eu não, não sou teólogo”, sugeriu Fidel, deixando-me satisfeito por também Piñeiro ter ouvido a resposta. “Escrevi um pequeno texto, Cristianismo & Marxismo, que talvez possa ajudar a reflexão dos cristãos e dos comunistas cubanos”. “Podemos publicá-lo aqui. Eu poderia anexar alguns textos meus e, quem sabe, daria a você uma entrevista especí-

**O POVO defende a sua Revolução,
que sobreviveu a 10 presidentes dos
EUA, nas ruas de Havana**



fica sobre a questão religiosa. Você leu o que falei sobre cristianismo e marxismo em minha visita ao Chile, em 1971?" "Sim, li também o que você disse sobre o tema na Jamaica, em 1977, e aqui em Cuba".

Exultante com a brecha, agarrei o pássaro no ar: "Gostaria de fazer uma longa entrevista com você, para ser publicada em livro destinado ao público jovem do Brasil". "Estou disposto a concedê-la. Quando você poderia retornar?" "Talvez em maio; seria possível?" "É uma boa época", concordou Fidel.

Retornei a Havana em maio de

1985, em companhia de meus pais. Fidel me chamou a seu gabinete: "Vamos deixar a nossa entrevista para outra ocasião. Preciso me preparar melhor", justificou-se. Um fato novo modificara a conjuntura e, com certeza, a própria atenção de Fidel: as transmissões piratas da rádio Martí, de Miami para Cuba, com 50 mil watts de potência e 14 horas diárias de programação. Havia sido proposta por Reagan como "um instrumento de conscientização dos cubanos". Apesar da conjuntura desfavorável, meu anjo da guarda soprou-me ao coração: "É agora ou nunca".

Veio-me à mente *O velho e o mar*, de Hemingway. Concentrei todos os esforços na pesca daquele tubarão. Fidel não podia escapar-me. Lançei mão de todos os argumentos. "Que perguntas você gostaria de fazer-me?", indagou ele, abrindo o flanco.

Eu havia preparado uma lista de 64 questões, a começar por sua infância, a vida escolar, o perfil da família, a formação cristã etc. Li as primeiras e, logo, ele me interrompeu: "Muito bem, começamos amanhã".

A longa entrevista demandou quatro encontros e 23 horas de diálogo. Em novembro de 1985, *Fidel e a Religião* foi lançado em Cuba. Trezentos mil exemplares foram vendidos em menos de 48 horas. Hoje, a tiragem cubana passa de 1 milhão. A obra mereceu tradução em 32 países e 23 idiomas. Ajudou a erradicar o medo dos cristãos e os preconceitos dos comunistas.

ALEJANDRO ERNESTO/EFE/AGÊNCIA O GLOBO



Bloqueio

A Revolução cubana é um gato de sete fôlegos. Sobreviveu a dez presidentes dos EUA, todos dispostos a enfraquecê-la; a inúmeras operações de sabotagens patrocinadas pela CIA; à crise dos mísseis; ao assassinato de Che Guevara; à Guerra Fria; à queda do Muro de Berlim; a 42 anos de bloqueio imposto pelo governo dos EUA.

O que explica tamanha resistência de uma nação com quase 12 milhões de habitantes, 110.861 km² e desprovida de recursos energéticos? Cuba produz apenas sobremesa e seus complementos, sabem disso os 2,5 milhões de turistas que a Ilha recebe anualmente: açúcar, cítricos, charutos, rum e muita arte, como música e cinema.

Apesar do quádruplo bloqueio – 1) o fato de ser ilha; 2) o único país socialista da história do Ocidente;

3) o bloqueio dos EUA; 4) o fim da União Soviética – Cuba resiste por garantir à sua população condições dignas de vida. Há pobreza, não miséria; são gratuitos e de boa qualidade os serviços de educação e saúde; a todos é assegurada uma cesta básica mensal.

Malgrado as acusações de desrespeito aos direitos humanos – monitoradas pelos Estados Unidos, nação que mantém na base naval de Guantánamo o mais hediondo campo de concentração que o mundo atual conhece, em 50 anos de Revolução não se conhece em Cuba um único caso de pessoas desaparecidas, assassinatos extrajudiciais; sequestros de opositores políticos; torturas e prisões ilegais. Não há crianças de rua nem famílias sobrevivendo debaixo de pontes.

Sem dúvida, os cubanos aspiram a melhores condições de vida e o fim dos fatores de incentivo ao turismo que estabelecem certa discriminação entre eles e os visitantes, como o uso de dupla moeda. Porém, não há sintomas de que desejem a volta do capitalismo. Nessas cinco décadas, não se tem notícia de uma única manifestação coletiva contrária à Revolução, como ocorreu nos países socialistas do Leste europeu antes da derrubada do Muro de Berlim.

Liberdade

Há meses, numa palestra em Brasília, um engenheiro me indagou por que há cubanos que deixam a Ilha. Respondi: pelas mesmas razões que frades deixam a vida religiosa; não é fácil viver numa sociedade de partilha, sem



AGÊNCIA GLOBO

COMANDANTE. Faixa festeja Fidel. Saúde debilitada obrigou seu afastamento do governo

perspectivas de acumulação privada. Veio a segunda pergunta: por que os cubanos não têm liberdade de viajar para o exterior, como temos no Brasil?

Reagi: temos quem, cara-pálida? Gostaria de falar de liberdade com a sua faxineira. Quantas vezes por ano ela visita a família no Nordeste? Quantas vezes saiu do país? E se fica doente, quem lhe assegura tratamento adequado? Os filhos dela chegam à universidade? Têm acesso a teatro, balé, literatura e artes plásticas, como a maioria do povo cubano?

Os cubanos viajam mundo afora. Hoje, há milhares de médicos e professores cubanos em 77 países do mundo, em missões de solidariedade, inclusive no Brasil. Se a viagem se justifica por razões cul-

turais ou científicas, a Revolução patrocina o giro internacional de grupos de balé e música, pesquisas científicas e tecnológicas. O que não existe é turismo individual como mero lazer... e evasão de divisas!

Fidel e Raúl, que sonharam e lideraram a Revolução, estão vivos, único caso de líderes revolucionários sobreviventes a cinco décadas da própria obra. Na noite do último 11 de dezembro, trafegando pelas ruas de Havana – onde participei do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos – Raúl Castro comentou comigo: “Jamais acreditaria, se me dissessem em 1959, que eu estaria presente à comemoração dos cinquenta anos de nossa Revolução”.

Frente às dificuldades que Cuba enfrenta – a maioria decorrentes do bloqueio, porém agravadas pelos frequentes furacões que destroem sua agricultura e parte considerável da infraestrutura, como a rede elétrica –, a Revolução está consciente de que não há muito a celebrar, e sim enfrentar o desafio de incutir nas novas gerações algo imprescindível ao seu aprimoramento: a convicção de que ela, como alternativa solidária diante do mundo injusto e desigual do capitalismo, não é um fato do passado, e sim uma esperança de futuro.

VERSUS
online

www.versus.ufrj.br

É o caos

**A lógica privada se
impõe nas decisões e o
investimento é orientado
para o transporte individual**

Elisa Monteiro*





Cidades emparedadas por congestionamentos quilométricos que se contorcem em avenidas são imagens recorrentes da cena urbana das grandes metrópoles. No Brasil, a acelerada expansão populacional nas regiões metropolitanas não foi acompanhada de sistemas racionais para atender à mobilidade diária de milhões de pessoas. A locomoção difícil testa a paciência de qualquer

um e reduz a qualidade de vida. A tendência é o problema se agravar com a crescente ampliação da frota de automóveis (que transportam, em média, 1,5 passageiro nas grandes cidades do país, segundo a ONU). Na hora de tomar decisões em relação ao transporte coletivo, a lógica privada se impõe aos governos. O pesadelo – previsto por alguns urbanistas – é o Rio e São Paulo travarem de uma vez.

Os prejuízos para a economia são quantificados em bilhões. No

caso de São Paulo, cerca de R\$ 33 bilhões por ano, na estimativa da Fundação Getúlio Vargas. Os prejuízos ambientais decorrentes dessa situação são enormes. De acordo com o professor da COPPE (UFRJ), Ronaldo Balassiano, o sistema de transporte talvez seja um dos fatores de maior impacto não apenas sobre o meio ambiente local, mas ainda sobre o meioambiente global. Ele informa que o Banco Mundial está no momento desenvolvendo



um estudo em todo o Brasil para avaliar o impacto de diferentes aspectos, entre eles o do sistema de transporte, sobre a emissão de CO₂.

Na Região Metropolitana do Rio, objeto desta reportagem de VERSUS, especialistas e autoridades concordam em um ponto: a substituição do planejamento por políticas que visam constantemente “apagar incêndios”. Outro consenso é o diagnóstico de que a Região Metropolitana do Estado

encontra-se em uma situação crítica de desordem e irracionalidade. As divergências de opinião residem na identificação das causas e das possíveis soluções para este cenário. Entre 2002 e 2005 a Região Metropolitana do Rio de Janeiro passou por um estudo do governo estadual sobre os hábitos diários de deslocamento de sua população, o Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU). O estudo constatou, entre outros dados, que aproximadamente 75% da população

se locomove com auxílio de algum transporte coletivo, enquanto 25% utilizam o transporte individual.

O crescimento alarmante no número de veículos de transporte alternativo (vans e kombis) surgiu na brecha aberta pela ausência de linhas ou pela baixa qualidade dos serviços prestados pelas empresas de ônibus. O problema se complica pela conexão da exploração dessas linhas com o tráfego e com as milícias que atuam nas áreas carentes da cidade. Na opinião de

Ronaldo Balassiano, a tendência seguida pela administração pública não é a regulamentação e, sim, a simples legalização dessas linhas já em operação, que muitas vezes nem sequer são interessantes para o conjunto da cidade. O professor da UFRJ diz que o principal responsável pelo problema não é o operador clandestino e, sim, o poder público. “O grande vilão é o Estado que não tem controle e fiscalização. Ele não fiscaliza nem o que é regulamentado, que é o trem, metrô e ônibus.”

Acupuntura esquizofrênica

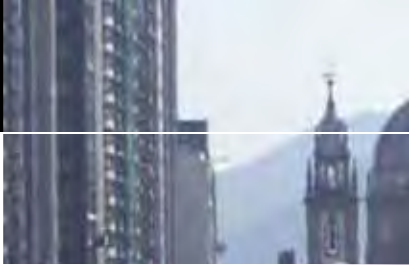
Especialista em planejamento de transporte e gerenciamento da mobilidade, Ronaldo Balassiano avalia que o retrato feito pelo PDTU não foi bem aproveitado pelo poder público. Ele observa que uma região metropolitana complexa como a do Rio de Janeiro não pode ter um planejamento de transporte pontual, ou seja, focado exclusivamente na circulação em horários de pico; descolado da administração da oferta de educação, segurança, saúde e lazer; ou indiferente ao fluxo intermunicipal diário. O pesquisador compara o bom planejamento de transporte à acupuntura, que, conhecendo em detalhes a totalidade de um corpo desequilibrado, ataca pontos causadores de problema. “O que eu não posso é sem conhecer seu problema, enfiar um monte de agulhas, porque não vai funcionar.”

A prioridade dos investimentos para o transporte individual é uma das principais críticas de Ronaldo Balassiano às iniciativas do poder público, em especial a prefeitura do Rio de Janeiro, nos últimos anos. “O que você não pode é ficar colocando via expressa, onde

se está privilegiando só o carro.” E exemplifica: “Na prática fez-se a Linha Vermelha para desengarrafar a Avenida Brasil, só que não se pensou no transporte coletivo. Aí, hoje, você tem as duas congestionadas de forma igual. Depois, fez-se a Linha Amarela para correr ao longo da cidade. Só que a Linha Amarela desemboca onde? Na Avenida Brasil e na Linha Vermelha. Então, o que você acaba criando nessas vias expressas onde não há faixa exclusiva para veículos coletivos é um nó, porque se está privilegiando exatamente o carro privado”, argumenta.

De acordo com o professor, os problemas de mobilidade na região metropolitana poderiam ser resumidos ao descolamento da planilha de transporte com o planejamento de ocupação do espaço urbano. “Nos últimos 30 anos, a gente faz o planejamento de transporte para o Rio de Janeiro de forma totalmente inadequada. Primeiro porque não trabalha com a questão da ocupação espacial e depois não existe integração nem mesmo entre os sistemas de transporte”, avalia. Em uma realidade na qual 42% das viagens diárias têm como motivação o trabalho (dados do PDTU), uma das estratégias defendidas pelo especialista para diluição dos engarrafamentos é o planejamento urbano baseado no que ele chama de subcentros. Em outras palavras, evitar a excessiva aglomeração habitacional e das oportunidades de trabalho e negócios a fim de não concentrar também os congestionamentos.

Como exemplo de operação bem-sucedida, Balassiano cita a expansão do metrô em direção à Zona Sul, no início dos anos 1980. A oferta de transporte fez com que muitas empresas migrassem para Botafogo, aliviando, em parte, o Centro da cidade. Como anti-



“Quando você não tem a lógica pública na estratégia de desenvolvimento, o resultado é um sistema irracional, com impactos na mobilidade

Alexandre Sansão





MARCOS TRISTÃO/AGÊNCIA O GLOBO

exemplo, cita a expansão da Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá, onde houve um crescimento acelerado dos setores de habitação, serviços e indústria sem oferta compatível de transporte coletivo, o que abriu espaço para a multiplicação dos chamados “alternativos” na região.

A lógica privada

O secretário municipal de Transportes, Alexandre Sansão, assumiu o cargo há três meses. Mas é rápido no diagnóstico. Segundo disse à VERSUS, a dificuldade de mobilidade na capital deve-se menos ao excesso de uso da opção viária – segundo o PDTU apenas uma minoria recorre ao trem ou à barca – do que ao que definiu como “desordem do sistema de transporte”. A causa: predominância da lógica do setor privado sobre a do planejamento e controle públicos. Sansão assumiu as debilidades do poder municipal. “A prefeitura do Rio tem sido frágil para lidar com o gerenciamento do transporte de ônibus. A lógica privada prevalece”, diz. “As empresas de ônibus propõem a quem atender e o município autoriza, quando deveria ser o contrário”. “O município deveria ter o controle da situação, e não é isso que acontece ao longo destes últimos anos”, acrescenta. “Quando você não tem a lógica pública da estratégia de desenvolvimento, o resultado é um sistema irracional, com impactos na mobilidade”, avalia.

Na opinião dele, o enxugamento de linhas e a adoção de faixas exclusivas para a circulação de ônibus são um dos caminhos para solucionar o colapso viário. Ele afirma que o sistema de transporte de massas está no seu limite e não possui mais capacidade de absorção das demandas de des-



locamento. “O trem tem espaço, mas também precisa investir em carros e vagões para poder absorver a população. Também não dá para achar que eles serão suporte do sistema a curto prazo porque já não atendem mais ao conjunto dos deslocamentos, a cidade se desenvolveu muito. Os bairros cresceram, ficam longe da malha ferroviária; então todas as soluções têm que ser buscadas”, justifica. Quanto aos investimentos em transportes feitos ao longo dos últimos anos, Sansão reconhece que houve investimentos pesados em rodovias, vias expressas e duplicação de vias. Mas o mesmo não aconteceu em relação ao transporte de massa.

Curitiba como modelo

A prefeitura, segundo o secretário, vai adotar o modelo de transporte implantado em Curitiba, ou seja, sistema de ônibus total ou parcialmente segregado, operação e bilhetagem automática com velocidade média elevada. A malha viária apelidada de Corredor T5, ligando o bairro da Penha à Barra da Tijuca, é uma prioridade para Secretaria municipal de Transporte. Será o piloto do novo modelo. Ao todo, o projeto prevê 28 km segregados do tráfego geral, a criação de 38 estações que beneficiem, em especial, a região de Jacarepaguá e integrações com o sistema ferroviário nos bairros de Deodoro, Belford Roxo e Saracuruna e com o metrô em Vicente de Carvalho. Com ele, o secretário Alexandre Sansão disse esperar sanar uma das principais lacunas em termos de transporte no município.

Como alternativa para baratear o custo das viagens para os passageiros, a prefeitura considera a ideia do bilhete único. A grande

ENAS



BALASSIANO. Falta planejamento

diferença para o sistema em outros lugares seria a ausência de subsídios. “O Rio não tem condições de fazer isso e nem deseja fazer”, diz Sansão. “A prefeitura entende que operando melhor o sistema é possível reduzir as tarifas, e com isso fecha as contas para fazer uma tarifa única, um bilhete único, que não seja lá em cima e que não precise a prefeitura estar cortando dinheiro para bancar o sistema”, explica Alexandre Sansão.

Um outro corredor

Segundo o secretário estadual de Transportes, Julio Lopes, o principal projeto de sua gestão está na estruturação do Corredor BRT, que consiste em corredores de ônibus com origens no cruzamento da Avenida Brasil (BR-101) com a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) e na Rodovia Washington Luiz (BR-040) próximo ao cruzamento com a Avenida Brasil (BR-101) e destino no Terminal Américo Fontenelle, no Centro da Cidade do Rio de Ja-

neiro. “O corredor da Avenida Brasil é o mais importante do Brasil, porque tem de 800 mil a 1 milhão de passageiros, de clientela potencial. Passam por ali uma média de 900 ônibus por hora com velocidade modal inferior a 9 km horários, nos horários de pico. Quer dizer, é uma via absolutamente obstruída, uma capacidade de mobilidade praticamente arruinada. Então, estamos reprojatando com o Banco Interamericano e a prefeitura um convênio para ter esse corredor efetivamente estruturado para a utilização da população”, informa. Com isso o secretário esperar dá maior racionalidade ao trânsito.

Gratuidade de passagens

Pivô de muitos conflitos e tema de algumas manifestações estudiantis, a gratuidade, no Rio de Janeiro, é mantida sem fundo público, e acaba incidindo diretamente sobre o valor da passagem. De acordo com Sansão, o valor agregado pode ser entendido como um “custo social”. Já para o professor Balassiano, representa uma saída administrativa pouco democrática, pois “diferentemente de São Paulo, que possui uma fonte pública específica, no Rio de Janeiro não existem subsídios para essas viagens que vão sendo embutidas no preço da tarifa (...). É o trabalhador, não importa a faixa de renda, quem custeia essas passagens”, ressalta Balassiano. O professor questiona ainda a falta de fiscalização pública sobre o número dessas viagens, controlado hoje pelas próprias empresas. O que atualmente também ocorre em relação ao cadastramento e ao fornecimento dos cartões de gratuidade para idosos e pessoas com necessidades especiais.

Histórias do dia a dia

- **Mônica Ajul**, 44 anos, analista de recursos humanos, relata que quando se mudou do Largo do Machado para viver no bairro do marido, na Vila da Penha, os dois tinham o costume de oferecer festa aos amigos no turno da noite. Mas com o tempo alguns deixaram de ir e outros começaram a sugerir que os eventos passassem a ser diurnos por questões de segurança no deslocamento. “Não foi uma coisa deliberada, mas quando vimos, muito em função dos amigos, mudamos o hábito das festas. E começamos a fazer outras coisas para reunir, principalmente churrascos”, conta. Ajul lembra também que nos tempos de namoro era mais fácil fazer o percurso do Largo do Machado até a Vila da Penha no período da noite. A circulação do coletivo era bem mais frequente.
- **Paula Almada**, jornalista, 28 anos, morou em Bangu, Zona Oeste da cidade, desde que nasceu até os 26 anos e entrou pela primeira vez em um vagão ferroviário aos 20 anos para chegar à universidade. A jornalista relata que até então tinha o hábito de usar apenas ônibus e vans, uma vez que tinha péssima impressão do trem. “Por desconhecimento mesmo, o que vinha à cabeça eram vagões cheios e mal conservados. Pensava que era mais perigoso também, não só pelos furtos, mas pelas histórias de assédio”, recorda. Ao final, se surpreendeu com o que encontrou. “As viagens eram ótimas, com ar condicionado, sem barulho, sem tremer, pontuais e muito mais rápidas do que as de ônibus.”

A maratona de Maitê

- **Maitê Fagundes** tem 25 anos. A jovem é moradora de Belford Roxo e trabalha como manicure em um salão no bairro do Catete, Zona Sul da Cidade. Para chegar ao emprego às 8 da manhã levanta-se às 5 horas, embarca na única linha de ônibus que a leva de casa à Central - ou toma uma kombi para pegar outro ônibus com mesmo destino quando seu coletivo habitual demora muito para passar. A última etapa de Maitê é feita de metrô até o Catete. “O metrô está horrível! Já vi gente sangrando por causa do pisoteio. Fora as pessoas que caem nos vãos da plataforma, empurradas pela massa de gente, e as brigas entre quem está fora e quer entrar com quem está dentro e fica na porta tentando impedir que entre mais alguém”, se queixa.

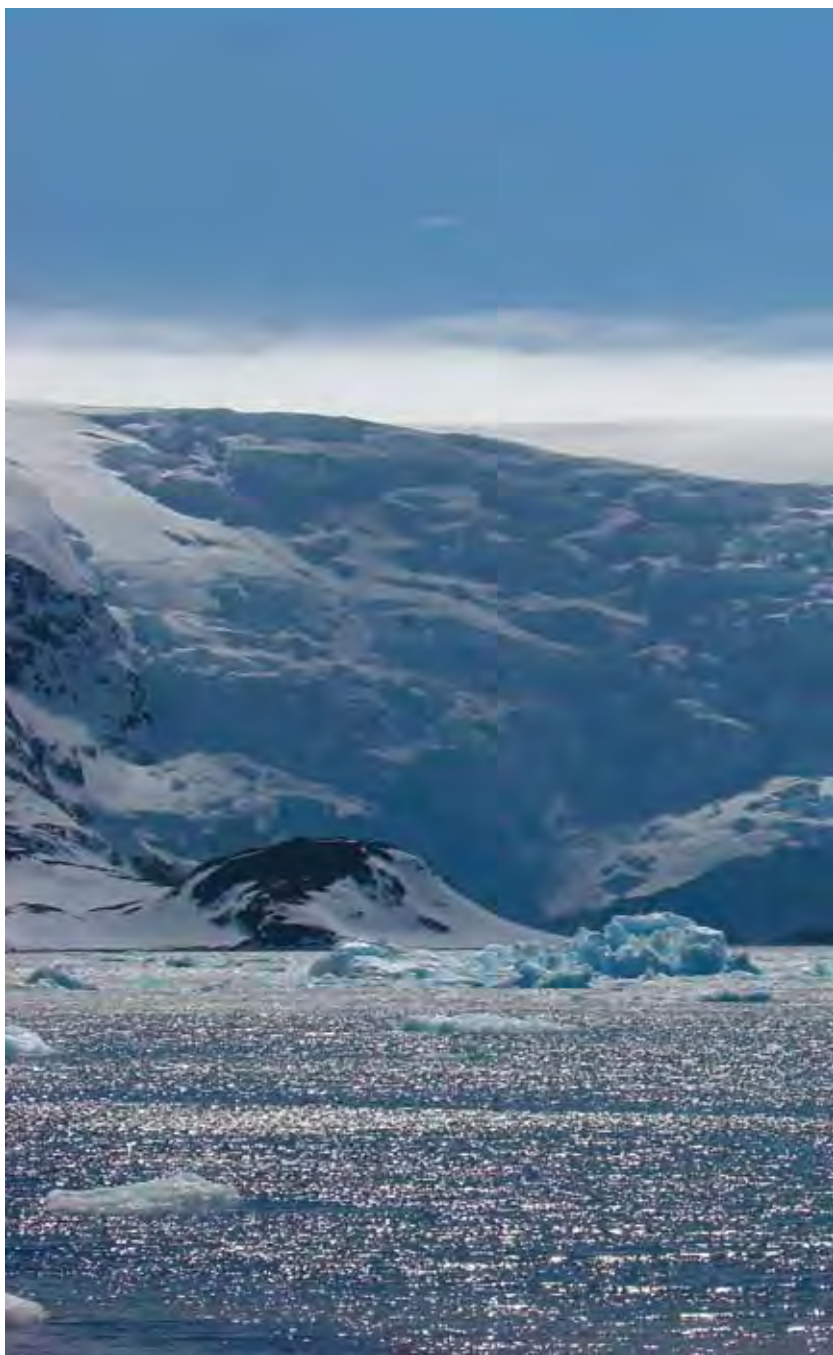
Viagens motorizadas				
ônibus	carro	metrô	trem	barcas
71%	14%	4%	3%	1%

Apesar de o ônibus ser a opção que faz circular a massa fluminense, entre as vias expressas, apenas a Avenida Brasil oferece faixas para veículos pesados e alcança melhor velocidade. Contudo, mesmo ali o sistema já se encontra saturado.

*Colaborou Ivan Ferreira Carmo, mestre em engenharia de transporte pela COPPE.

Na geleira do planeta

Ramon Romankevicius nunca esperou viver a sensação térmica de 40 graus abaixo de zero no extremo sul do mundo. Professor da UFRJ, poderia dar curso à sua carreira sem nunca ter visto os diferentes tons de branco que a neve pode assumir sobre as montanhas num continente gelado. Mas no final de 2005, o pesquisador e uma pequena equipe adaptaram um projeto de robô (que recebeu o nome de Luma) para produzir imagens da vida marinha na Antártica. O projeto já rendeu a Ramon e seu aluno, Rodrigo Carneiro, duas viagens ao polo sul. A Antártica concentra 80% da água doce do planeta. Laboratório natural perfeito para estudos de mudanças ambientais, atrai pesquisadores de vários cantos do mundo. Há 25 anos o Brasil mantém no continente a Estação Antártica Comandante Ferraz. Ramon nos transporta, com essas imagens, para o improvável mundo do gelo.



FOTOS RAMON ROMANKEVICIUS COSTA



Quem é

Ramon Romankevicius Costa é pós-doutorado pela University Of California At Santa Barbara (2000). Atualmente é pesquisador e professor adjunto da Coordenação de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Engenharia Elétrica, com ênfase em Eletrônica Industrial, Sistemas e Controles Eletrônicos.

Geleira do lado oposto à Estação Antártica Comandante Ferraz.



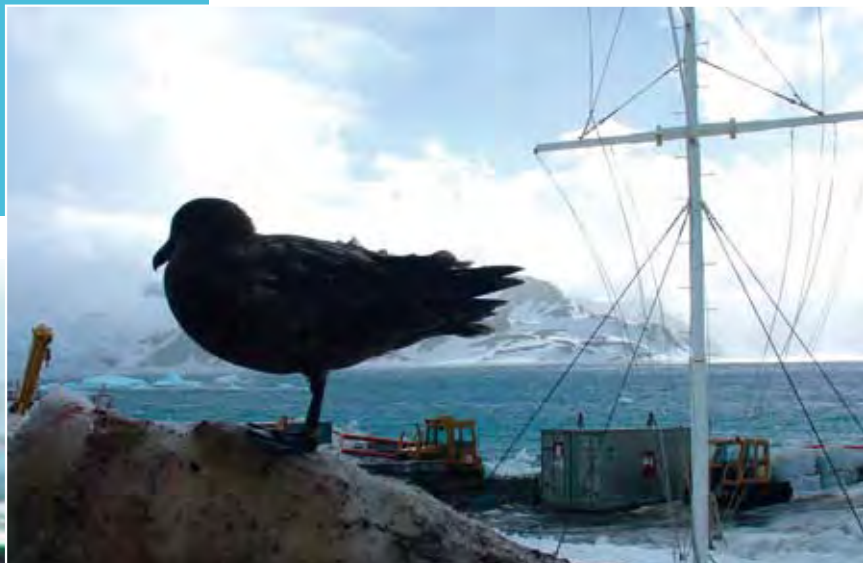
**Entrada da estação.
O inverno de 2007 foi
rigoroso. Normalmente
não deveria restar muita
neve neste local no verão
(dezembro), quando a
foto foi tirada.**

Amanhecer na Baía do Almirantado, visto da entrada da estação.





A skua é uma ave muito bem adaptada para o ambiente antártico.



Forma curiosa de gelo deixado pela maré na praia em frente ao heliporto da estação.

Grupo de pesquisadores iniciam uma escalada ao Pico Norte, ponto mais elevado da região.

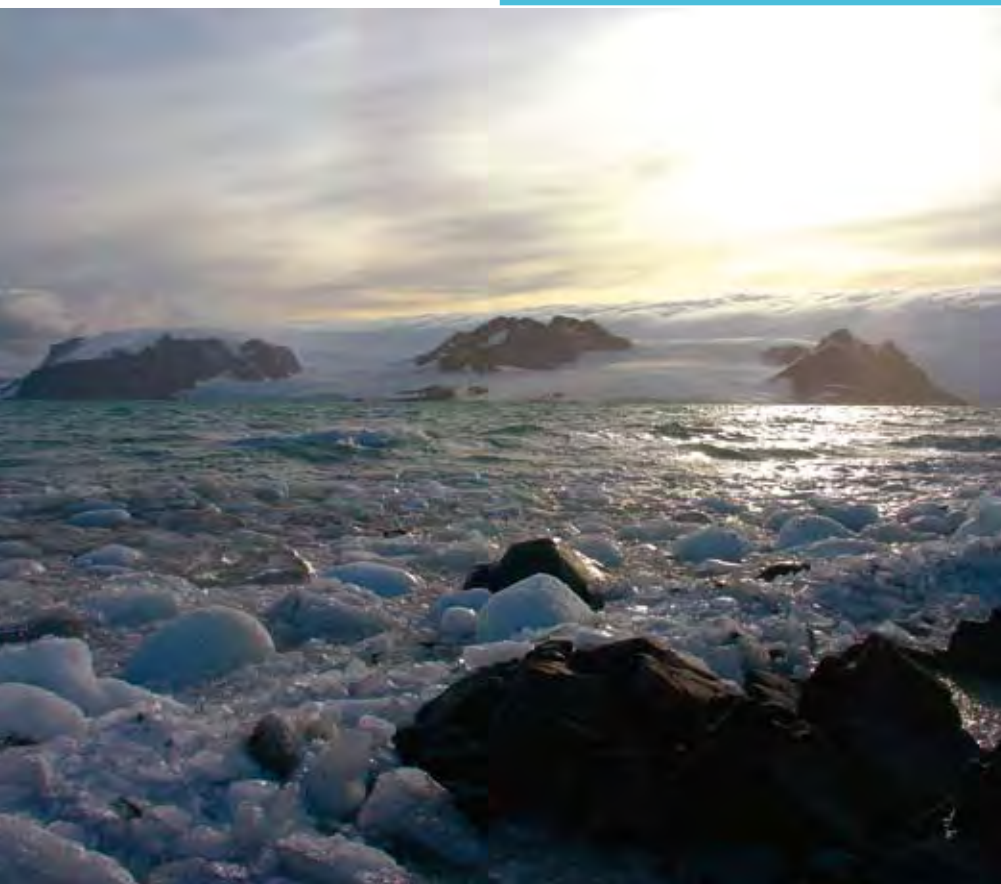




Grupo de pinguins antárticos descansa próximo a um osso de baleia.



O descanso da foca ao sol, que raramente aparece.



O gelo desprendido das geleiras se acumula na praia de Punta Plaza.



Os ossos da baleia foram agrupados por pesquisadores da equipe de Jacques Cousteau durante uma visita à estação.

**Chegada no Pico Norte.
Até os mais experientes
se impressionam com a
paisagem.**





Navio de apoio Ary Rangel na Baía do Almirantado. Ao fundo avista-se a pedra Teta da Nega.

FOTO RODRIGO CARNEIRO

Pesquisadores durante a preparação para testes e coletas a bordo da lancha Skua.



Política Monetária

**Política monetária pós-Plano Real:
História de sucesso ou episódio
trágico?** Pág. 44

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca

**A gravidade da crise e a despesa de
juro do governo** Pág. 54

João Sicsú

**Liberalización financiera, política
anti-inflacionaria y crecimiento
económico, el caso de México:
1961-2007** Pág. 60

Juan Alberto Vázquez Muñoz
Blanca Lilia Avendaño Vargas

Juros, miséria e democracia Pág. 73

Alcino Ferreira Camara Neto
Matias Vernengo

Crise da finança desregulada Pág. 78

Luiz Gonzaga Belluzzo

VERSUS
ACADÊMICA

Política monetária pós-Plano Real: História de sucesso ou episódio trágico?

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca
Núcleo de Estudos Internacionais – NEI/UFRJ
mfonseca@ccje.ufrj.br

1. Introdução

Os resultados atribuídos à política monetária que têm marcado a economia brasileira nos últimos quatorze anos são frequentemente comemorados como uma história de sucesso inquestionável. Parece claro que, de modo geral, poucos discordam da veracidade dessa tese. Certamente essa avaliação positiva ajuda a explicar o fato de que os fundamentos econômicos desse longo período mantiveram-se relativamente inalterados ao longo de quatro mandatos de dois presidentes que, na origem de suas trajetórias políticas, estavam ambos entre os principais opositores a diretrizes econômicas percebidas como conservadoras.

Segundo a avaliação de muitos economistas, defensores do *status quo*, a estabilidade econômica do período pós-Real deve-se a três elementos fundamentais: disciplina monetária, responsabilidade fiscal e equilíbrio financeiro do Estado. A estratégia econômica atual, que tem na política monetária seu elemento principal, foi estabelecida a partir de 1999, após a crise cambial que forçou o País a fechar um acordo com o FMI.

O principal objetivo deste artigo é examinar criticamente a experiência econômica do período pós-Real — em particular, a política monetária

— e, dessa forma, avaliar se o julgamento predominantemente favorável se justifica. Para isso, as principais informações macroeconômicas e financeiras da última década e meia serão investigadas. A próxima Seção contém uma análise em perspectiva histórica da política monetária. Posteriormente, nas Seções 3 e 4, as principais tendências econômicas do período pós-Real são examinadas. Na Seção 5, são analisadas as mudanças ocorridas nos mercados financeiros domésticos, que refletem as principais tendências internacionais do período. Finalmente, algumas conclusões são incluídas na última Seção.

2. Política Monetária em Perspectiva — Uma Avaliação Crítica

A origem da política monetária que prevalece no País ao final da década de 2000, cuja justificativa principal é a estabilidade monetária — ou seja, manutenção da inflação em níveis relativamente baixos —, e que tem como instrumento mais importante a administração pelo Banco Central da taxa de juros que se aplica aos títulos do Tesouro Nacional, a chamada taxa Selic — abreviação do

nome usado para o sistema de gerenciamento das operações com esses títulos, o Sistema Eletrônico de Liquidação e Custódia — remonta ao início do Plano Real. Mais especificamente, sua origem está na medida provisória nº 434, publicada em 28 de fevereiro de 1994, que introduziu a Unidade Real de Valor (URV), e que determinava a substituição da moeda em vigor, o cruzeiro real, por uma nova unidade monetária, que acabou sendo criada quatro meses depois (Fonseca, 1995).

No momento do lançamento da nova moeda, o real, a inflação superava a taxa de 40% ao mês, e declinou rapidamente, o que foi percebido à época como um grande sucesso de política de estabilização, opinião que ainda é partilhada pela maioria dos economistas. Na verdade, as características da estratégia econômica atual, que tem na política monetária seu elemento principal, foram estabelecidas a partir de 1999 — ou seja, após a crise cambial ocorrida quase cinco anos depois da criação do real —, no contexto do acordo estabelecido com o FMI naquele ano. Em linhas gerais, essa estratégia baseia-se em uma *troika* formada por metas de inflação, câmbio flutuante e metas de superávit primário. A definição da taxa Selic pelo Banco Central, e mais especificamente pelo Comitê de Política Monetária (Copom), visa exatamente garantir que as metas de inflação previamente definidas sejam alcançadas, o que, todavia, frequentemente não ocorreu.

Por vários anos, os resultados atribuídos à política monetária vêm sendo comemorados por diversos representantes da visão econômica conservadora como uma história de sucesso inquestionável. De acordo com essa avaliação, a estabilidade econômica do período pós-Real deve-se a três elementos fundamentais: disciplina monetária, responsabilidade fiscal e equilíbrio financeiro do Estado. De tantas vezes esse argumento ser repetido, a sociedade brasileira, e em particular a mídia, tem sido levada a acreditar que ele é verdadeiro. A realidade, porém, é bem outra. Para avançar na desmistificação do *status quo*, devemos examinar as principais informações macroeconômicas do período pós-Real, que aparecem na Tabela 1. Os quatorze anos representados na Tabela foram divididos entre os quatro mandatos presidenciais que ocorreram até 2008.

O exame cuidadoso da Tabela 1 revela que, na

verdade, o argumento de que a estratégia econômica pós-Real se baseia em disciplina monetária, responsabilidade fiscal e equilíbrio financeiro do Estado deve-se ou a uma desfaçatez que, de tão grande, merece ser incluída no Livro dos Recordes, ou a uma desconcertante ignorância das informações macroeconômicas dos últimos quatorze anos. Em primeiro lugar, os dados para a trajetória do M1 mostram que, em relação ao PIB, os saldos monetários praticamente dobraram — tendência essa que jamais poderia ser caracterizada como “disciplina monetária”. Além disso, a dívida pública interna mais que dobrou, embora tenha ocorrido estabilidade a partir do segundo mandato do Presidente Cardoso. Por outro lado, os gastos correntes do governo praticamente não se alteraram — apenas nos últimos anos, com o crescimento mais forte do PIB, ocorreu pequena redução na participação do consumo do governo. Portanto, a “responsabilidade fiscal” vem a ser, na prática, um eufemismo para um brutal aumento da carga tributária ao longo de todo o período. Como mostrado na Tabela 1, a arrecadação do governo passou de menos de 29% do PIB no primeiro governo Cardoso para 34% no segundo governo Lula da Silva. Porém, considerando o período anterior ao início do Plano Real, o aumento da carga tributária supera 10% do PIB (ver Seção 4).

No que se refere ao “equilíbrio financeiro do Estado”, é importante se levar em conta o papel dos juros (taxa Selic). Como mostrado na Tabela 1, os juros reais pagos pelo Tesouro sobre a dívida pública se mantiveram acima de 10% ao ano durante quase todo o período pós-Real (usando o IPCA como deflator). Durante o primeiro governo Cardoso, os juros reais baseados na Selic ficaram acima de 20% (!) ao ano. Uma vez que a participação da dívida no PIB supera 40%, uma conta simples revela que apenas o valor dos juros sobre essa dívida, em termos reais, corresponde a mais de 4% do PIB. Em outras palavras, a política monetária dos últimos quatorze anos, basicamente uma repetição sem fim de juros reais recordes, tem implicado em vultosas despesas com juros, que superam um quinto dos gastos com salários e demais despesas correntes, e que tornam inviável o “equilíbrio financeiro do Estado”.

Em realidade, a experiência econômica do período pós-Real é bem diferente da visão alardeada

TABELA 1
DADOS MACROECONÔMICOS BRASILEIROS,
1995-2008
Médias Anuais no Período

	Fernando Henrique		Lula da Silva	
	1	2	1	2
Varição real, %				
PIB, preços de mercado	2,5	2,1	3,5	5,4
PIB industrial	1,8	1,1	3,4	4,1
PIB da agropecuária	3,2	5,5	3,2	5,2
Câmbio, R\$/US\$	-5,8	15,1	-11,7	-7,3
(Conceito da PPC, usando IPA-Br e PPI-US)				
Participação no PIB - dados reais, %				
Arrecadação do governo *	28,6	32,7	34,0	—
Consumo corrente do governo	20,2	20,2	20,0	19,2
Investimento agregado	18,9	17,4	16,0	18,9
Exportações	8,7	10,9	14,4	15,1
Importações	12,8	11,6	11,5	15,9
Lucros (excedente) *	32,9	33,9	35,2	—
Salários e rendimentos de autônomos *	54,3	51,7	49,6	—
M1 *,#	3,7	5,3	5,7	6,8
Dívida pública no mercado interno *,#	20,9	42,1	41,3	43,1
% da PEA				
Taxa de desemprego	—	11,7	10,9	8,6
Varição anual, %				
IGP-DI	8,2	16,4	6,1	8,5
IPCA	9,4	8,8	6,4	5,2
Juros, %				
Selic (taxa efetiva)	33,1	19,8	18,4	12,2
Desconto de duplicatas	97,5	54,9	43,8	37,1

* Valores correntes.

Foram usadas médias dos saldos em cada ano.

Fonte: Dados originais das Contas Nacionais e PIB Trimestral, disponíveis em www.ibge.gov.br, e do Boletim do Banco Central, www.bcb.gov.br. Foram usadas na Tabela as informações disponíveis no banco de séries de dados do website www.planejamento.org.

pelos defensores do *status quo* — por coincidência, muitos representantes desse grupo beneficiaram-se, direta ou indiretamente, da gigantesca transferência de renda promovida pelo Estado brasileiro através do pagamento de juros reais exorbitantes. Tal como mostrado na Tabela 1, a história econômica desse período é marcada por crescimento econômico extremamente baixo (com exceção do último biênio), expansão do PIB da indústria em ritmo bem inferior ao da produção agropecuária — processo que ficou conhecido como “desindustrialização” —, fortíssima sobrevalorização cambial durante a maior parte do período, que é uma das causas do fenômeno da “desindustrialização”, expressiva redução do investimento agregado (com exceção do último biênio), importante movimento de concentração funcional da renda, com a participação dos lucros (excedente) a aumentar em prejuízo da participação dos salários, e taxas de desemprego extremamente elevadas. Além disso, ocorreu também significativa abertura comercial no período, com o aumento da participação das exportações e importações.

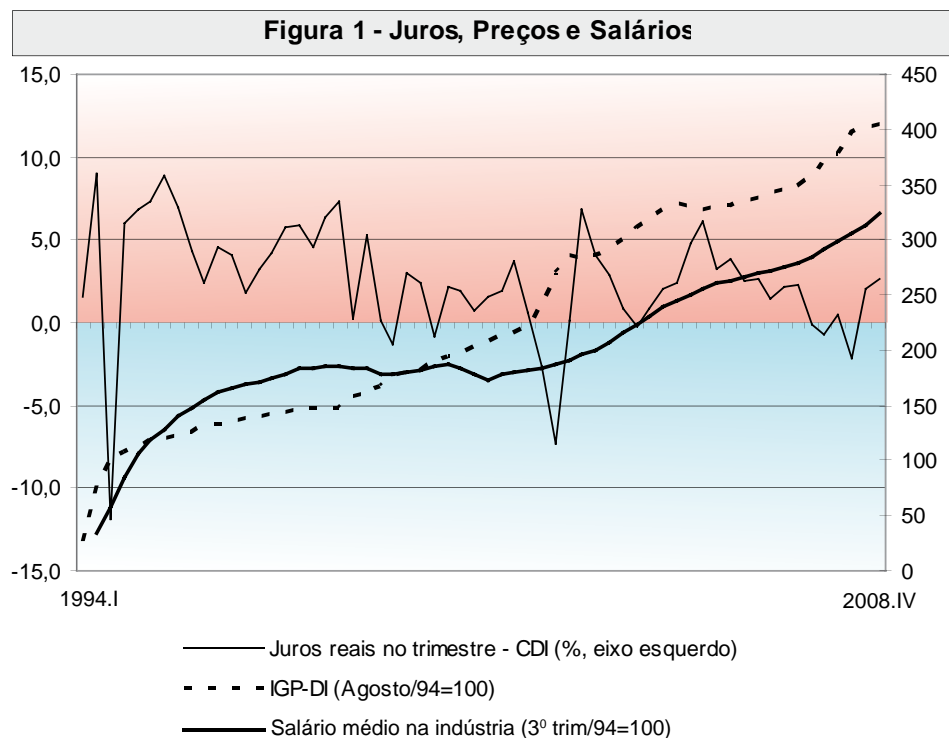
Sem dúvida, o exame dos dados macroeconômicos revela que a experiência do período pós-Plano Real, marcada pela política de juros reais recordes, está muito mais próxima do que se poderia chamar de tragédia econômica do que história de sucesso. Nas próximas Seções, serão desenvolvidas em mais detalhe as principais tendências identificadas acima. Porém, antes de concluir esta parte, vale destacar dois pontos particularmente importantes. O primeiro é o nível dantesco dos juros em um dos principais instrumentos de crédito empresarial de curto prazo, o desconto de duplicatas (ver Tabela 1). Com juros reais superiores a 40% ao ano — no primeiro governo Cardoso, chegando 90% ao ano —, é impossível evitar a conclusão de que, no Brasil pós-Real, uma empresa que necessita de crédito é uma empresa prestes a quebrar. Por outro lado, com taxas anuais de inflação acima de 6%, e em muitos períodos próxima de 10% (ou acima disso), fica muito difícil caracterizar o Plano Real como uma experiência bem-sucedida de estabilização, principalmente levando-se em conta os imensos custos econômicos, que foram discutidos nos parágrafos anteriores desta Seção.

3. Principais Tendências Econômicas do Período Pós-Real

As Figuras 1 e 2 contêm informações em base trimestral que refletem o processo de estabilização de preços no período posterior ao Plano Real.¹ A primeira destas Figuras contém dados do Índice Geral de Preços (IGP-DI), juntamente com informações para taxas de juros acumuladas no trimestre (juros reais), e o índice correspondente ao salário médio em empresas industriais (em valores correntes).² A Figura 1 permite identificar a tendência de longo prazo de juros reais elevados, discutida na Seção anterior. Por outro lado, até o início de 2000, o salário médio no setor industrial cresceu acima da inflação, mas, após esse período, os salários industriais foram crescentemente ultrapassados pelo nível de preços. Além disso, durante o segundo governo Cardoso, o índice de salários nominais praticamente não apresentou crescimento.

A partir do final de 2003, os salários na indústria tornaram a crescer, mas em um ritmo bastante inferior ao do nível de preços. Ou seja, as informações na Figura 1 deixam claro que ocorreram importantes perdas salariais no período pós-Real. A estagnação salarial no segundo governo Cardoso e o posterior crescimento dos salários industriais muito abaixo da inflação foram acompanhados pela tendência de crescimento dos saldos comerciais (principalmente a partir do final de 2002). Em outras palavras, o crescimento da demanda interna foi superado pelo da produção e, portanto, com a defasagem dos salários, a expansão do PIB tornou-se cada vez mais dependente da demanda externa (Fonseca, 2006).

Um fator que, a partir do segundo governo Cardoso, contribuiu para estimular as exportações foi a posição mais favorável dos produtos brasileiros em relação à competição com outros países devido aos salários relativamente menores. Esta última tendência compensou, em parte, os efeitos nega-



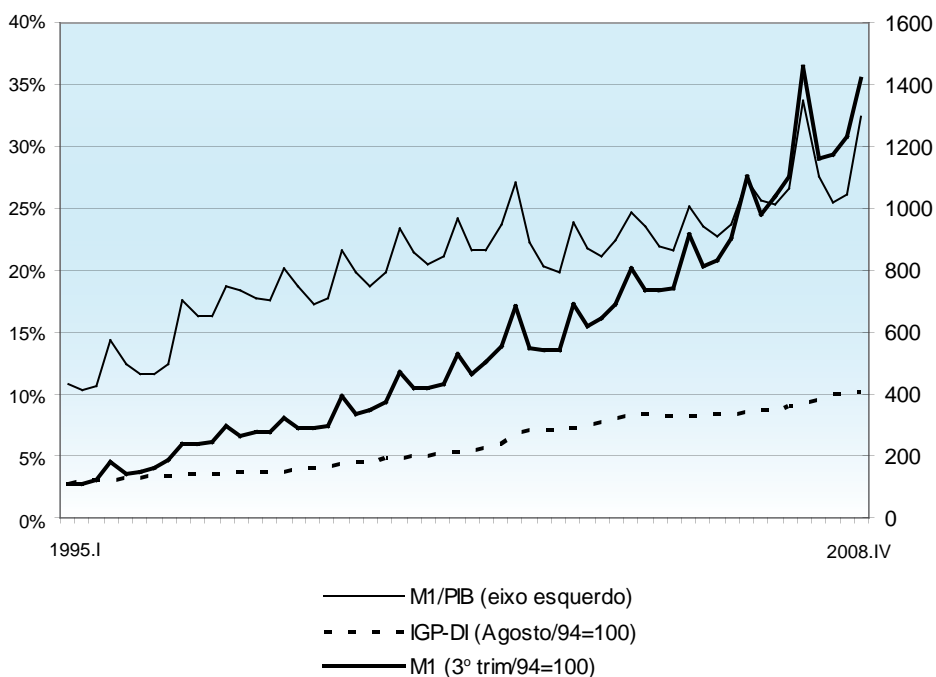
tivos sobre as exportações da sobrevalorização cambial refletida na Tabela 1. Além do mais, uma importante conclusão que pode ser derivada da Figura 1 é a de que a aceleração da inflação que ocorreu em 2002 certamente não foi causada por maiores salários. Como será visto a seguir (Seção 5), a verdadeira causa foi a violenta alta do dólar, que se deveu à eleição naquele ano de um candidato percebido como radical.

Por sua vez, a Figura 2 contém dados trimestrais de estoque de moeda – M1, informações para o final do período – em conjunto com números para a participação do M1 no PIB. Para comparar a trajetória da oferta de moeda com a tendência de inflação, dados do IGP-DI também foram incluídos nesta Figura. A principal conclusão que pode ser derivada da Figura 2 é a de que o crescimento do M1 foi bastante superior ao dos preços ao longo de todo o período. A fortíssima expansão monetária ocorreu apesar dos juros extremamente elevados e de outras restrições ao crédito bancá-

rio, em particular a margem em torno de 40% do compulsório sobre os depósitos à vista.

Existem diversos fatores por trás desse descontrole monetário, e o mais importante é o desequilíbrio fiscal crônico, ou seja, os expressivos déficits orçamentários que se tornam aparentes quando os pagamentos de juros são levados em conta – o chamado resultado nominal. Como visto na Seção 2, a partir do Plano Real, as despesas de juros alcançaram valor expressivo. As informações econômicas de uma década e meia permitem concluir que a principal falha dos idealizadores do Plano, falha essa que não foi resolvida durante os mandatos do Presidente Cardoso, nem do seu sucessor, é que não se obteve um verdadeiro e sustentável equilíbrio fiscal, o que seria uma pré-condição para o sucesso de um programa de estabilização (Fonseca, 1988). Esse problema foi agravado pela política de juros reais extremamente elevados e, como consequência, continuaram a existir importantes pressões inflacionárias na eco-

Figura 2 - Moeda e Preços



nomia brasileira. Além do mais, as políticas econômicas concebidas para reduzir as pressões de demanda sobre os preços, principalmente as altas taxas de juros e os controles sobre o crédito, contribuíram de forma importante para a estagnação econômica no período pós-Real.

4. O Papel do Governo e suas Consequências

A trajetória declinante dos salários, particularmente no setor industrial, e a crescente participação dos lucros no período Pós-Real foram acompanhadas pelo aumento da carga tributária (ver Tabela 1). Esta última tendência, que esteve presente desde o início do Plano Real, tornou-se particularmente importante a partir de 1998 — um processo a que muitos se referem como “massacre tributário”. Este “massacre” foi um importante fator por trás da estagnação do consumo privado, que ocorreu após a fase inicial do Plano Real, fase essa que se esgota em 1997. Em relação ao PIB, a carga tributária total aumentou de 25,3% em 1993 para um patamar acima de 36% em 2008.

As origens do processo de elevação da carga tributária estão na avaliação, por parte dos responsáveis pela política econômica, de que a estabilidade dos preços dependia de forma crucial da capacidade de o governo produzir superávits fiscais, que eram necessários para o pagamento tanto da dívida pública interna como externa. Na verdade, dado o nível extremamente elevado dos juros reais, o governo brasileiro tem sido capaz de gerar apenas superávits no conceito primário, ou seja, quando o custo da dívida não é levado em conta. Por outro lado, quando as despesas com juros são devidamente incluídas, o resultado fiscal apresenta déficits significativos.

Considerando o efeito negativo da tributação sobre o potencial de crescimento da economia brasileira, o nível elevado da carga tributária não é o único elemento a contribuir para a redução da expansão econômica. Um outro fator é a natureza caótica do sistema tributário, que engloba dezenas de diferentes taxas que se aplicam a firmas e indivíduos, o que implica custos operacionais elevados, seja na forma de horas dedicadas a cuidar do pagamento de tributos, seja em despesas com profissionais especializados em lidar com as exigências do fisco.

Em relação aos efeitos da atuação do governo sobre a economia do País, além dos aspectos técnico-econômicos que fundamentam a análise contida neste artigo, é necessário mencionar também o descaso com o uso de recursos públicos, que se tem estabelecido quase como regra. Nesse contexto, os incontáveis episódios de corrupção, cujas implicações econômicas são obviamente difíceis de avaliar, muito provavelmente não constituem o cerne do problema. Em realidade, os múltiplos mecanismos perfeitamente legais pelos quais recursos escassos são sistematicamente desperdiçados estão ligados a despesas que, com frequência, não têm contrapartida em termos de serviços públicos que beneficiem a sociedade. Este diagnóstico se aplica ao poder executivo e, com muito mais intensidade, ao legislativo e judiciário. A conclusão sobre a ineficácia do gasto público baseia-se na avaliação geral de que, apesar da expressiva parcela da carga tributária e do consumo do governo no PIB, os serviços públicos se têm deteriorado de forma considerável. Esta crítica ao desperdício de recursos públicos certamente se aplica também ao excessivo pagamento de juros sobre a dívida pública que vem marcando o período pós-Real.

Por último, um aspecto vital do papel do governo na economia brasileira refere-se aos efeitos do sistema tributário e da estrutura de despesas públicas sobre a distribuição de renda. Em artigo recente, foram examinados os efeitos distributivos de receitas e despesas públicas, e se concluiu que, comparativamente à renda, a tributação no País está mais concentrada nos grupos de renda mais baixa (Galvão Jr. e Baer, 2008). Ou seja, no período pós-Real, o Estado brasileiro tem agido — em parte, pelo menos — como um Robin Hood às avessas, taxando mais pesadamente os grupos de renda mais baixa e transferindo quantias consideráveis aos detentores da dívida pública, tanto residentes no País como estrangeiros.³

5. Principais Tendências nos Mercados Financeiros

Muitas das mudanças ocorridas na economia brasileira após o Plano Real originaram-se no setor financeiro, e estas mudanças estão ligadas a duas importantes tendências que, até o colapso

financeiro ocorrido no último trimestre de 2008, tornaram-se lugar-comum em muitos países, a saber, a internacionalização dos mercados financeiros domésticos e o papel cada vez mais importante dos investidores institucionais. No caso brasileiro, a primeira destas tendências — ou seja, o movimento em direção à globalização financeira — é fruto de dois desenvolvimentos inter-relacionados: a crescente participação de bancos internacionais no sistema monetário do País e o afrouxamento das restrições sobre as atividades de investidores estrangeiros e os fluxos financeiros internacionais. Desde o início da década de 1990, a entrada de bancos estrangeiros tem sido encorajada pelo Banco Central, embora de maneira informal. Isto porque não ocorreram alterações na legislação, que, de forma geral, não facilita a entrada no mercado financeiro doméstico (Cerqueira Lima, 1998).

Por outro lado, duas iniciativas são emblemáticas no que se refere à opção incondicional dos governos pós-Real pela liberalização dos fluxos de capital: a eliminação do imposto de renda sobre ganhos obtidos por investidores estrangeiros nas operações com títulos públicos no País⁴ e a remoção de barreiras ao investimento realizado por cidadãos brasileiros em mercados internacionais, tanto diretamente como através de fundos de investimentos.

A relevância da segunda tendência mencionada anteriormente — ou seja, de crescente importância dos investidores institucionais⁵ — pode ser ilustrada pelo crescimento do valor total de carteiras geridas por fundos de pensão de empresas estatais, que cresceu de R\$ 130,0 bilhões (12% do PIB) em 2000 para 274,3 bilhões (13% do PIB) em 2005 (Dias Leite, 2007). No caso dos fundos de investimento, o valor total das carteiras cresceu de R\$ 497,2 bilhões em dezembro de 2003 para R\$ 892,1 bilhões em dezembro de 2006 — respectivamente, 29% e 38% do PIB.⁶

Os efeitos mais importantes das tendências mencionadas nos parágrafos anteriores, efeitos esses que ocorreram principalmente entre 2003 e 2007, foram a fortíssima entrada de capital financeiro no País e o impressionante aumento do preço médio das ações de empresas brasileiras.⁷ Além disso, estes desenvolvimentos foram acompanhados pela acentuada elevação do valor do real, particularmente em relação ao dólar. Este último movimento contri-

buiu de forma importante para o cenário macroeconômico que predominou no período pós-Real, que foi examinado na Seção 2. A Figura 3 contém cotações do dólar em reais (R\$/US\$, preços para grandes transações), correspondendo ao último dia útil de cada trimestre. Ela inclui ainda dados baseados na paridade do poder de compra (PPC) e informações para a oferta de moeda (M1).⁸

Duas conclusões importantes podem ser derivadas da Figura 3. Em primeiro lugar, a PPC proporciona uma boa aproximação para a tendência de longo prazo do mercado de câmbio até o final de 2004, ou seja, como tendência, o valor do dólar segue a trajetória da PPC na primeira década pós-Real. Outra conclusão é que, até o final de 2004, como sugerido pela teoria econômico-financeira, a trajetória do câmbio também se aproxima do comportamento dos saldos monetários. No entanto, nos quatro anos seguintes — até o colapso financeiro no final de 2008 — ocorreu um cenário bem diferente no mercado de câmbio. A principal explicação está no crescimento recorde da economia global, que elevou consideravelmente a demanda por produtos brasileiros.

Além disso, a grande expansão da entrada de capitais financeiros no País também teve papel importante na queda recorde do dólar até o terceiro trimestre de 2008. Em especial, o crescimento excepcional dos preços das ações levou muitos financistas internacionais, principalmente administradores de fundos mútuos, a investir em empresas brasileiras através de emissões primárias de ações (*initial public offers*, ou IPOs). Este movimento foi particularmente forte no setor de construção que, seguindo a tendência internacional, registrou crescimento significativo a partir de meados da década de 2000. O impressionante aumento da entrada de capitais no segundo governo Lula da Silva, principalmente em 2007, está refletido nas informações apresentadas na Figura 4.⁹

De certa forma, o grande número de IPOs com financiamento externo que ocorreu até o início de 2008, e principalmente em 2007, representa uma exceção em um mercado de capitais que, tradicionalmente, não atende às necessidades de financiamento de longo prazo das empresas brasileiras. Em consequência, os projetos de investimento das empresas privadas são frequentemente financiados

Figura 3 - Cotação Cambial e Oferta de Moeda

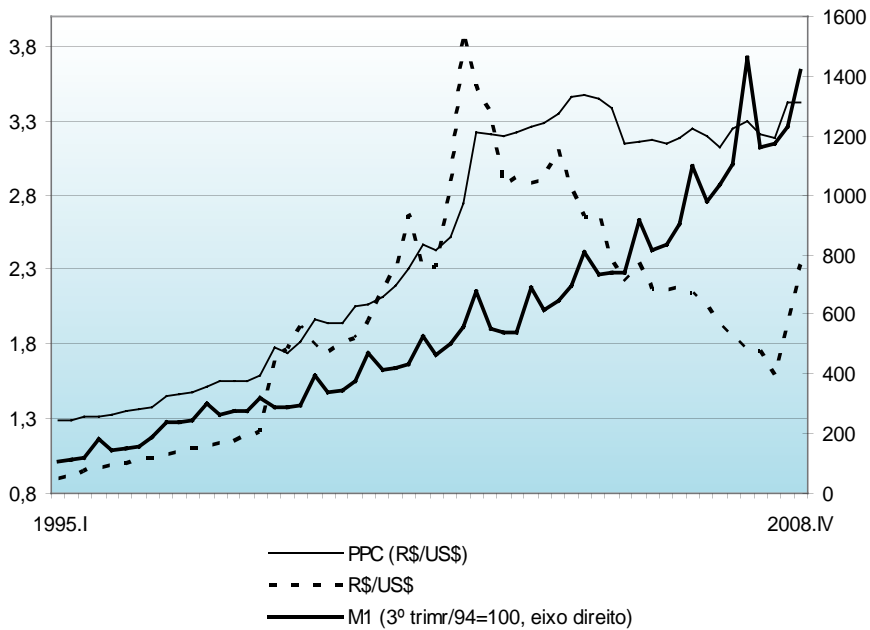
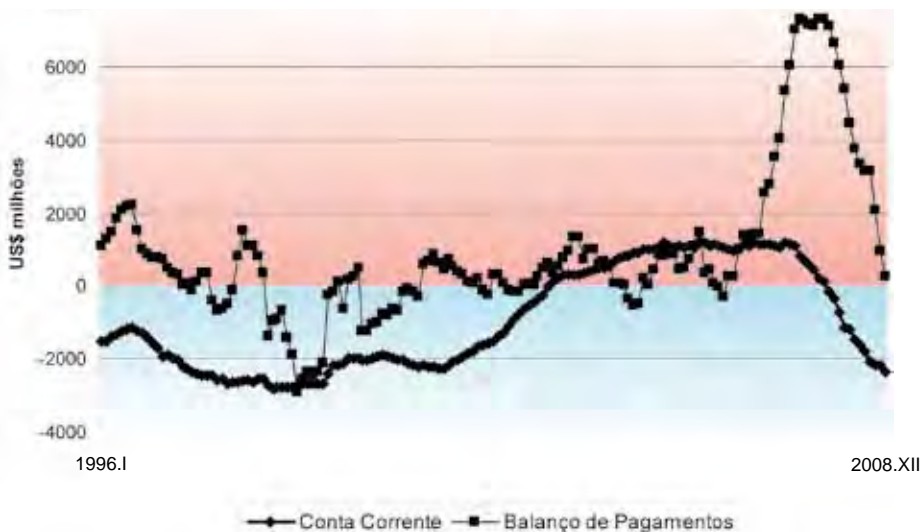


Figura 4 - Contas Externas, 1996-2008
médias Móveis de 12 meses



com recursos próprios. Por outro lado, como visto na Seção 2, o mercado de capitais brasileiro tem absorvido valores expressivos de títulos públicos.¹⁰ Um ponto importante a enfatizar é que o nível elevado das necessidades financeiras do Estado brasileiro também é um fator por trás do aumento das taxas de juros, que por sua vez contribuem para o maior custo de novos projetos e, conseqüentemente, para a redução do investimento e do crescimento econômico.

6. Conclusões: Um Drama Econômico nos Trópicos

Os argumentos e análises apresentados nas Seções anteriores deixam claro que, de forma alguma, a experiência econômica dos últimos quatorze anos e, em particular, a política monetária adotada nos governos Cardoso e Lula da Silva podem ser consideradas uma história de sucesso. Portanto, em resposta à questão colocada no título deste artigo, deveríamos considerar essa experiência como episódio trágico. No entanto, essa classificação tampouco é adequada. Isto porque “tragédia” significa algo que está além da possibilidade da intervenção humana, que não pode ser evitado — na dramaturgia clássica, um desfecho infeliz que foi previamente decidido pelos deuses. Portanto, a caracterização desse período como trágico não é apropriada.

Por outro lado, “drama” se aplica a situações carregadas de infortúnios, mas onde existe a possibilidade de intervenção humana com sucesso, ou seja, as soluções dos problemas sempre estão ao alcance. Sem dúvida, os problemas econômicos dos países da América Latina, e particularmente do Brasil, com seus desdobramentos na área social e política, são certamente dramáticos, mas jamais trágicos. O desafio que se coloca é identificar claramente esses problemas e agir sobre eles de forma adequada. Para isso, é necessário avaliar criticamente a experiência econômica de períodos recentes e, dessa forma, identificar os principais problemas.

Nesta avaliação crítica das tendências econômicas e financeiras que marcaram o período pós-Real, uma conclusão importante é de que vários problemas de caráter estrutural permanecem sem solução. Como exemplo, devem ser mencionadas

as políticas fiscal e monetária, que foram excessivamente expansionistas ao longo de todo o período analisado. Em consequência, apesar do impressionante aumento da carga tributária, as pressões inflacionárias não foram eliminadas e, além disso, as políticas econômicas adotadas para tentar manter a inflação sob controle, especialmente as taxas de juros reais extremamente elevadas, contribuíram para reduzir o crescimento econômico no País. Portanto, a economia brasileira ficou para trás em termos de crescimento e desenvolvimento durante vários anos de expansão recorde da economia mundial.

Uma década e meia após a introdução do Plano Real, a estabilidade econômica ainda depende fundamentalmente da sobrevalorização cambial. Esta estabilidade se tem revelado bastante precária, uma vez que a inflação manteve-se em patamares acima de 6% ao ano. Em relação a este ponto, deve-se levar em conta que o baixo crescimento econômico que marcou esse período contribuiu para reduzir as taxas de inflação que, de outra forma, teriam sido ainda maiores. Nesse contexto, deve-se mencionar ainda a redução da participação dos salários no PIB e o elevado desemprego.

Os principais movimentos financeiros do período pós-Real, como o avanço da globalização financeira, e a maior participação dos investidores institucionais no mercado de capitais brasileiro contribuíram para o surgimento de fortes ondas especulativas, que levaram ao aumento insustentável dos preços das ações e à queda recorde do dólar em relação ao real — desenvolvimentos que foram parcialmente revertidos ao final de 2008. No caso da última tendência, esta contribuiu decisivamente para o movimento de “desindustrialização” que prevaleceu nos últimos quatorze anos. Além disso, a internacionalização dos mercados financeiros domésticos colocou o País totalmente exposto aos movimentos cíclicos do sistema econômico-financeiro internacional — muito mais, por exemplo, do que ocorreu com o Chile, um país que, apesar de bastante comprometido com políticas econômicas conservadoras, tem exercido certo grau de controle sobre os movimentos de capitais financeiros.

Com o colapso financeiro ocorrido no final de 2008, e o encerramento do ciclo de crescimento bastante forte, torna-se necessário reavaliar as opções

econômicas do País. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que, em primeiro lugar, o atual desequilíbrio financeiro do Estado — refletido no nível extremamente elevado da dívida pública interna — não é compatível com a estabilidade monetária. Portanto, pelo menos no curto prazo, a sociedade brasileira deve estar preparada para aceitar taxas de inflação mais elevadas de forma a obter um crescimento do PIB mais robusto. Por um lado, o crescimento econômico mais forte contribuiria para reduzir o desequilíbrio fiscal e, além disso, ele é essencial para diminuir os níveis atuais de pobreza e demais mazelas sociais.

Por outro lado, o crescimento econômico mais forte depende de programas consistentes e ambiciosos de investimento estatal, o que, para não deteriorar ainda mais a situação das finanças pú-

blicas, demandará a redução do consumo corrente que, além de se encontrar em patamar bastante elevado, não tem tido como contrapartida serviços públicos adequados. Por último, será necessária também a revisão radical da estrutura tributária, com o objetivo de simplificação e de redução da carga de impostos. Somente após a resolução dos graves problemas estruturais é que a economia brasileira poderá apresentar crescimento elevado juntamente com estabilidade de preços.

versus
ACADÊMICA

www.versus.ufrj.br

Notas

¹ As fontes de dados das Figuras são as mesmas que aparecem na Tabela 1.

² No caso do salário médio industrial, os dados são médias móveis de quatro trimestres.

³ Obviamente, deve-se considerar também os programas sociais implementados, em particular, a partir do primeiro governo Lula da Silva.

⁴ Essa medida foi adotada no primeiro governo Lula da Silva.

⁵ Os três principais tipos de investidores institucionais são: (a) fundos de pensão, que podem ser abertos a qualquer participante — a chamada “ previdência privada ” —, ou restritos a empregados de grandes empresas, geralmente controladas pelo Estado, (b) fundos de investimento e (c) companhias seguradoras.

⁶ Dados disponíveis em www.andima.com.br.

⁷ No caso da entrada de capitais, esta resultou também, como visto na Seção 2, do nível extremamente elevado de juros reais.

⁸ Os números para a PPC foram obtidos a partir da cotação cambial em janeiro de 1994, atualizando os valores pelo IPA brasileiro e o PPI norte-americano.

⁹ Desconsiderando os Erros e Omissões, o saldo da Balança de Capitais é igual ao saldo do Balanço de Pagamentos menos o saldo em Transações correntes.

¹⁰ O mercado de capitais é formado por instrumentos financeiros com vencimento em prazo superior a um ano, o que inclui títulos de dívida relativamente mais longos, e títulos de propriedade (ações), que não vencem. Por outro lado, o mercado monetário é formado, além dos meios de pagamento, por títulos de dívida (particularmente dívida pública) com vencimento em até um ano.

BIBLIOGRAFIA

Cerqueira Lima, Fernando C. G. de. *Intermediação financeira e internacionalização bancária*. Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECEX: Especialização em Comércio Exterior, Texto Didático nº 1. 1998.

Dias Leite, Antonio F. de A. *Avaliação do Desempenho do Mercado de Debêntures no Brasil – 2000 a 2005*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Monografia de Graduação em Economia, 2007.

Fonseca, Manuel Alcino R. da. *O Processo Inflacionário: Análise da Experiência Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. “Brazil’s Real Plan”. *Journal of Latin American Studies*, vol. 30, nº 3, pp. 619-39, 1998.

_____. “A Macro-Analysis of the Brazilian Economy: 1991-2005”. Texto disponível em www.planejamento.org (2006).

Galvão Jr., Antônio e Baer, Werner. “Tax burden, government expenditures and income distribution in Brazil”, *Quarterly Review Economics and Finance*, vol. 48, nº 2, pp. 345-358, 2008.

A gravidade da crise e a despesa de juro do governo¹

João Sicsú

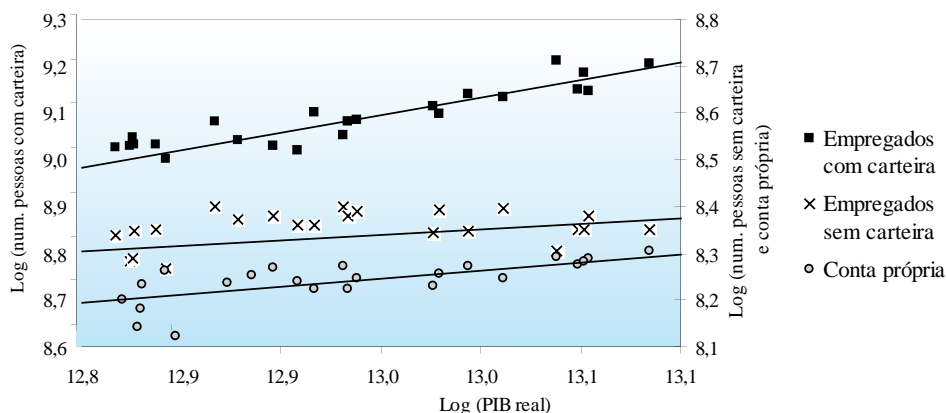
Diretor de Estudos Macroeconômicos do IPEA e professor-doutor do Instituto de Economia da UFRJ

1 - A crise que a economia brasileira enfrenta é muito grave. Haverá desaceleração do ritmo de crescimento e muitos postos de trabalho poderão ser perdidos. No Brasil, em períodos de aceleração ou desaceleração econômica, o nível de emprego formal é o mais sensível quando comparado com as demais formas de ocupação, tal como pode ser observado no gráfico 1. No gráfico é possível constatar que a reta de ajuste referente aos empregados com carteira é muito mais inclinada que as retas referentes às outras formas de ocupação: empregos com carteira são bastante sensíveis às taxas de crescimento do PIB. Em outras palavras, era esperado o que ocorreu em termos da robusta criação de empregos com carteira no ciclo de forte aceleração du-

rante o último triênio; e também é previsível que o emprego formal seja aquele que sofrerá acentuada redução de patamar em tempos de forte redução da taxa de crescimento.²

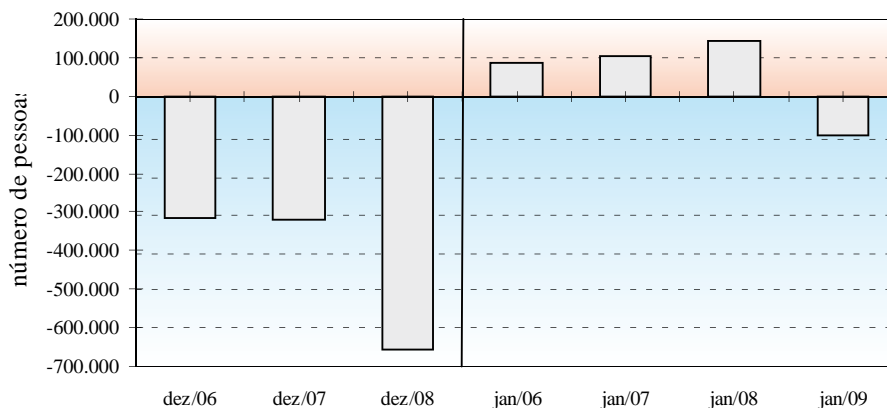
2 - A gravidade da situação atual tem causado perplexidade. Entretanto, há uma característica muito peculiar desta crise que merece ser destacada: a velocidade do processo. Os números dos segmentos mais formalizados da economia revelam, para além da profundidade, que em tempo bastante curto houve uma forte desaceleração do ritmo da atividade econômica, notadamente na indústria. O mês de dezembro é conhecido por apresentar demissões líquidas nos postos com carteira, por ser um período em que as empresas realizam

Gráfico 1 - Ocupação e Crescimento (2002.T1 - 2008.T3)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

Gráfico 2 - Saldo de Admissões e Desligamentos



Fonte: Caged-MTE

seus “ajustes” anuais. O mês de janeiro é marcado por ser um período de moderada criação desse tipo ocupação. Entretanto, como mostra o gráfico 2, houve muito mais demissões no último dezembro que nos anteriores, assim como janeiro apresentou um resultado bastante expressivo de demissões líquidas.

3 - Tudo indica que grande parte da crise da economia brasileira é um evento expectacional genuíno em que “profecias” se auto-realizam. A velocidade da queda do emprego e da atividade industrial recente não parece ser explicada totalmente por dificuldades no mercado de crédito. Não seria uma crise do lado real que teve sua origem exclusiva no lado monetário/financeiro da economia.

4 - A explicação mais plausível parece ser que os

agentes econômicos estão apreensivos e, em consequência, tomam a decisão mais racional do ponto de vista individual: reduzem, de forma drástica, seus gastos. Por um lado, os empresários “engavetam” projetos de investimento, reduzem custos e volume de produção; por outro, os trabalhadores, temendo o desemprego, reduzem seu consumo para formar poupança motivada pela precaução. Nesse modelo, as “profecias” se autorrealizam. É esperado que o futuro seja adverso, reduzem-se os gastos no presente e o resultado é que o futuro, de fato, torna-se ruim.

5 - Com esta descrição, de forma alguma pretende-se concluir que a culpa pela crise é de trabalhadores e/ou empresários. Os indivíduos são racionais e tomam decisões buscando segurança.

ESQUEMA 1

EXPECTATIVAS	DECISÃO	RESULTADO
<p>Empresários estão apreensivos</p> <p>“Engavetam” projetos de investimento, reduzem custos e volume de produção</p>	<p>Redução de gastos</p>	<p>Queda nos lucros</p> <p>Demissões</p> <p>Redução do ritmo de crescimento econômico</p> <p>Queda na arrecadação do governo</p>
<p>Trabalhadores estão apreensivos</p> <p>Temem o desemprego, reduzem seu consumo para formar poupança motivada pela precaução</p>		<p>Expectativas são confirmadas pela realidade</p> <p>“Profecias” se autorrealizam</p>

Empresários tentam proteger seus negócios e trabalhadores tentam defender a sua capacidade de gasto ao longo do tempo. Uma das relações que tornam as economias de mercado complexas é exatamente esta: as decisões individuais racionais nem sempre são aquelas que produzem os melhores resultados coletivo-sociais.

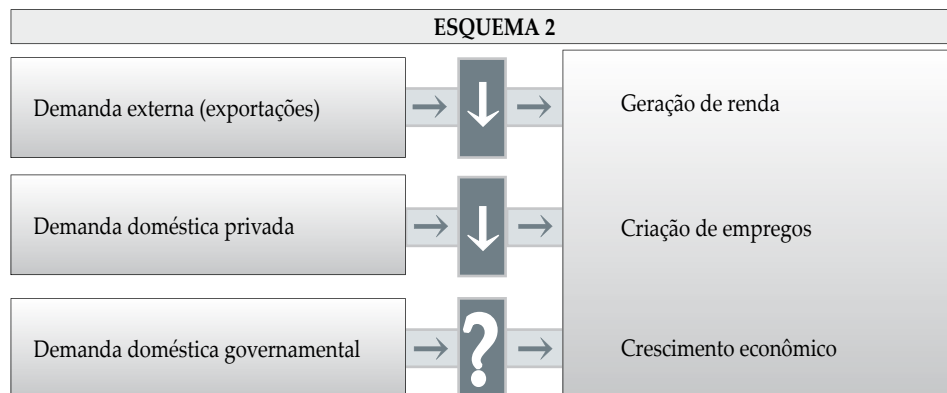
6 - O crescimento econômico e o nível de emprego estão comprometidos, de forma bastante negativa, neste primeiro trimestre. A retração da demanda externa (ou seja, impacto negativo sobre as exportações) é fruto da crise internacional. A demanda interna está retraída. E somente existem três tipos de demanda em uma economia: a externa, a privada (feita por empresários e trabalhadores) e a governamental. As duas primeiras, como já explicado, tendem a uma retração. Sobre as transações com o exterior, o governo tem capacidade limitada para influenciá-las. Tão somente pode tentar atender às demandas por financiamento para exportações que fontes estrangeiras suspenderam. Portanto, a reação a partir da demanda governamental é o único instrumento de combate à crise que pode ser utilizado. Essas ideias estão resumidas no esquema 2 apresentado a seguir.

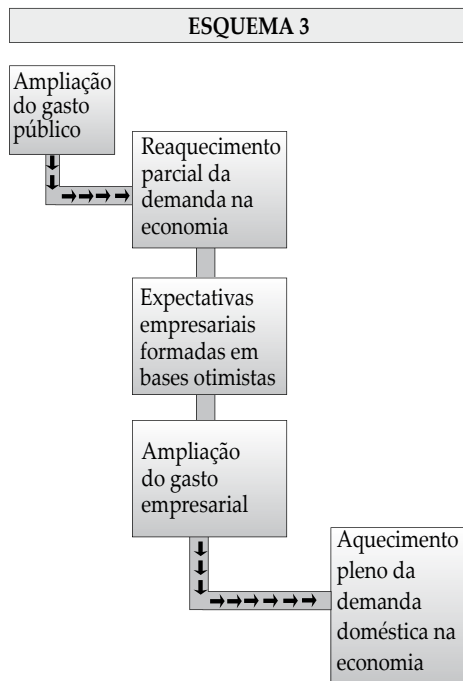
7 - Embora necessária, a reação a partir do aumento do gasto público não será suficiente. O gasto público não é capaz de substituir integralmente o gasto privado, nem no Brasil, nem em qualquer outra economia de mercado. O gasto público, como instrumento reativo, cumpre o papel de estimular a demanda privada tendo como objetivo preliminar reconstruir a base sobre a qual empresários e tra-

balhadores formam suas expectativas. Portanto, o gasto público deve ser ampliado com o objetivo de mudar o quadro expectacional e, por conseguinte, estimular o gasto privado. A reação à crise somente será efetiva quando o gasto público, combinado com o gasto privado, estiver em curso. O esquema 3 a seguir resume essas ideias.

8 - O governo tem condições orçamentárias para enfrentar a crise. A situação fiscal brasileira encontra-se muito bem equacionada. Em 2008, o déficit nominal do orçamento federal foi de apenas 1,53% do PIB. A relação dívida líquida/PIB descreve uma trajetória muito favorável, tendo atingido, em janeiro, 36,6%. Contudo, em 2009, a arrecadação de impostos, contribuições e taxas tende a uma queda compatível com a redução do nível da atividade econômica. Analistas têm afirmado que haverá uma queda de aproximadamente R\$ 25 bilhões na arrecadação federal. Caso os gastos públicos sejam mantidos no mesmo ritmo de 2008 ou ampliados devido à necessidade de enfrentamento da crise, muitos serão induzidos, então, a pensar que necessariamente haverá uma piora no quadro fiscal. Contudo, como será visto, é possível manter ou ampliar os gastos públicos em rubricas que geram renda e novos empregos e, ao mesmo tempo, manter o déficit nominal e a relação dívida líquida/PIB em patamares aceitáveis.

9 - Como sugestão, o gasto público poderia ser reorganizado, ao longo de 2009, tendo como parâmetros: (a) a profundidade e a velocidade da crise; (b) um ranking de impacto de grandes rubricas do gasto público sobre a criação de novos empregos e





a geração de renda; e (c) um déficit nominal e uma relação dívida líquida/PIB projetados. Dessa forma, a administração fiscal estaria comprometida com um leque amplo de responsabilidades: (i) manutenção da atividade empresarial; (ii) redução do nível de desemprego; (iii) administração orçamentária/contábil da dívida pública; e (iv) melhoria das condições sociais.

10 - Algumas observações preliminares podem ser feitas sobre grandes rubricas do gasto público federal. A despesa com juros tem uma capacidade aproximadamente nula de gerar empregos e renda. Quem recebe este gasto público, em geral, já possui suas necessidades de consumo satisfeitas. Esse é um tipo de gasto público que não se transforma em

gasto privado no interior da economia. Se transforma em poupança e, por vezes, em produtos importados que não geram empregos no País.

11 - As despesas com investimentos em infraestrutura logística são volumosas e mobilizam contingentes elevados de trabalhadores. Contudo, são lentas devido ao processo intrínseco de elaboração e execução de engenharia.

12 - O gasto social via ampliação de programas (tais como o Bolsa Família) ou ainda via aumento real do salário mínimo que atinge milhões de beneficiários previdenciários possui volume elevado, alta capacidade de gerar emprego/renda e velocidade máxima de impacto na medida em que quem recebe esse gasto e o transforma quase que imediatamente em consumo. Ademais, o consumo dessas famílias quase não contém itens importados.

13 - O multiplicador do gasto público — sua capacidade de gerar renda e emprego — das despesas com juro é muito baixo. Os multiplicadores dos gastos sociais e do investimento público são relevantes — embora deva ser mencionado que a velocidade de geração de renda e de novos empregos dos gastos sociais seja muito maior que a dos gastos com investimentos. A tabela 1 resume as ideias apresentadas nos itens 9 a 13.

14 - A política ideal, do ponto de vista fiscal, para o enfrentamento da crise é aquela que combina redução da taxa de juro Selic (porque reduz uma despesa que tem baixa capacidade de gerar renda e novos empregos) com ampliação dos gastos sociais (na medida em que a velocidade da crise exige a utilização de instrumento cujo efeito seja rápido) e dos gastos de investimento (que melhoram as condições para que novos investimentos privados ocorram).

15 - Somente a gravidade da situação já exigiria uma redução drástica da taxa de juro Selic. Uma taxa de juro menor geraria custos da produção e

Tabela 1 - Tipo de gasto, força do multiplicador e velocidade de ação

Tipo de gasto público	Multiplicador	Velocidade
Gastos com pagamento de juro	baixo; quase nulo	alta
Gastos com investimento	alto	alta
Gastos sociais (Bolsa Família, Previdência, etc.)	alto	alta

Elaboração: DIMAC/Ipea

do investimento mais baixos. Contudo, nas condições atuais é improvável que uma redução da taxa básica de juro possa estimular de forma considerável a realização de gastos privados, dado o quadro estabelecido e generalizado de apreensão. Neste momento, uma redução persistente e significativa do juro é uma medida que tem efeitos fiscais mais importantes do que os efeitos que provocaria sobre o lado real da economia – na medida em que estimularia gastos privados apenas de forma muito modesta.

16 - É possível enfrentar a crise mantendo ou ampliando os gastos do governo, sem desorganizar as finanças públicas. Basta que seja realizada uma redução de 2 pontos percentuais (p.p.) na taxa Selic em cada uma das próximas duas reuniões ordinárias do Comitê de Política Monetária (Copom) e uma redução de 0,25 p.p. na reunião seguinte. Em outros termos, reduções da taxa Selic da terceira reunião do ano até a quinta proporcionariam uma diminuição do patamar atual de 12,75% para 7% ao ano (a.a.) e uma economia fiscal de mais de R\$ 35,9 bilhões. Se esta redução de 4,25 p.p. (ou seja, de 11,25 para 7,00% a.a.) ocorresse já na próxima reunião do Copom, a economia fiscal no ano de 2009 seria de R\$ 38,6 bilhões. Cada 1 p.p. de juros Selic durante um ano equivale a um custo de R\$ 7,7 bilhões. Portanto, as duas reduções promovidas pelo Copom este ano (em janeiro e março) representam uma economia de R\$ 16,6 bilhões no orçamento público. A tabela 2, a seguir, apresenta esse cálculo.

17 - Uma taxa Selic de 7% alcançada somente em junho ainda será uma taxa demasiadamente alta para tempos de crise, já que a taxa Selic média de

2009 nesse cenário será de aproximadamente 9% a.a. Para fins de comparação, a tabela 3, a seguir, mostra a taxa de juro em vigor em diversos países.

18 - Em tempos de crise, uma administração orçamentária/contábil responsável das finanças públicas deve continuar sendo um dos objetivos do governo. É esperada uma queda de arrecadação em 2009. Para enfrentá-la, a melhor política é a do corte das despesas com juro que remunera o carregamento da dívida pública. Cortar gastos sociais, correntes ou de investimento significa reduzir a demanda da economia e reduzir ainda mais as possibilidades de crescimento. Com menor crescimento, haverá menos arrecadação. Portanto, cortar gastos públicos cujos multiplicadores de renda e emprego são relevantes significa ampliar as dificuldades de arrecadação, criar um problema fiscal e aprofundar a crise de demanda que se instalou no setor privado da economia.

Anexo

Sobre o cálculo da economia com despesas de juro através da queda da taxa Selic

Para o cálculo do impacto sobre as despesas financeiras do governo, de uma alteração na taxa de juro nominal Selic, utilizou-se os quadros de detalhamento por indexador das Dívidas Bruta e Líquida do Setor Público Consolidado, constantes da Nota para a Imprensa (NI) sobre a política fiscal, a partir das alterações conceituais explicitadas no Anexo 1 da NI de 27/02/2008. Isto é: exclusão, no cálculo da dívida, dos títulos do Tesouro na carteira do Banco Central e inclusão das operações compromissadas de responsabilidade da autori-

Tabela 2 - Cenários de reduções para a taxa Selic

Datas das reuniões do Copom		2ª. 10 e 11/03	3ª. 28 e 29/04	4ª. 9 e 10/06	Taxa Selic média no ano de 2009 (em %)	Economia fiscal no ano de 2009 (em R\$ milhões)
Cenário de reduções da taxa Selic (em p.p.)		-2	-2	-0,25	9,08	35.956
Evolução da taxa Selic (em %)	11,25*	9,25	7,25	7,00		

Fonte primária: Banco Central do Brasil – Elaboração: DIMAC/IPEA

*Taxa em vigor

Tabela 3 - Taxas básicas nominais de juro em diversos países

Taxas Básicas de Juro (a.a., em %)			
Países	Taxa anterior	Taxa Atual	
		Data da alteração	Taxa
Islândia	12,00	28-out-08	18,00
Turquia	13,00	20-fev-09	11,50
Brasil	13,75	11-mar-09	11,25
Egito	11,50	13-fev-09	10,50
África do Sul	11,50	5-fev-09	10,50
Hungria	10,00	19-jan-09	9,50
Índia	7,50	2-jan-09	5,50
China	5,58	22-dez-08	5,31
Polónia	4,25	25-fev-09	4,00
Austrália	4,25	3-fev-09	3,25
Nova Zelândia	3,50	11-mar-09	3,00
Coreia do Sul	4,00	11-dez-08	3,00
Eslováquia	3,25	10-dez-08	2,50
Noruega	3,00	4-fev-09	2,50
República Tcheca	2,25	5-fev-09	1,75
União Europeia	2,00	5-mar-09	1,50
Taiwan	2,00	7-jan-09	1,50
Suécia	2,00	11-fev-09	1,00
Canadá	1,00	3-mar-09	0,50
Reino Unido	1,00	5-fev-09	0,50
Hong Kong	1,50	17-dez-08	0,50
Suíça	0,50	12-mar-09	0,25
EUA	1,00	16-dez-08	0,25
Japão	0,30	19-dez-08	0,10

Fonte primária: <http://www.fxstreet.com/fundamental/interest-rates-table/>.
Elaboração: DIMAC/IPEA

dade monetária. Conforme o Anexo 1, a exclusão dos títulos em carteira e a inclusão das operações compromissadas evidenciam a real situação patrimonial do governo, passando a incorporar no conceito de dívida bruta toda a dívida mobiliária em poder do mercado.

A partir de tais dados disponíveis na NI, calculou-se os fluxos de juros hipotéticos a serem pagos sobre o estoque da dívida líquida indexada à Selic (posição em janeiro de 2009) nos diversos cenários

propostos. A economia se refere à diferença entre o montante de juros que seria pago caso a Selic se mantivesse em 13,75% e o montante que seria pago em cada situação hipotética.

Segundo o quadro XI da NI de Política Fiscal, divulgada em 27/02/2009, o estoque “selicado” da dívida pública líquida em janeiro de 2009 era de R\$ 769.278,27 milhões. Considerando este estoque como uma proxy para o estoque médio do ano de 2009, o cálculo da economia fiscal pode ser representado pela seguinte equação:

Economia fiscal: $Efi = (0,1375 - ri) \times R\$ 769.278,27$ milhões, onde ri é a taxa Selic média em 2009 segundo o cenário i .

versus
ACADÊMICA

www.versus.ufrj.br

Notas

¹ Este artigo recebeu comentários bastante proveitosos feitos pelos colegas André de Melo Modenesi, Anna Carolina Saba dos Reis, Claudio Hamilton dos Santos, Denise Gentil, Félix A. Manhiça, Marcos Vinicius Chilliato Leite, Mario Rubens de Mello Neto, Miguel Bruno, Renaut Michel, Roberto Messenberg e Salvador Teixeira Werneck Vianna. Como é de praxe, cabe eximi-los de qualquer responsabilidade sobre a versão final do trabalho.

² O último trimestre do ano passado deve ser analisado com cautela. Provavelmente, outros fatores além da crise, podem ter contribuído para que o desempenho econômico tenha sido, em particular, da indústria, tão negativo: (i) a indústria automobilística vinha acumulando estoques em excesso ao longo do ano de 2008, que em algum momento teriam que ser ajustados; (ii) grande parte da frota de veículos leves e pesados já tinha sido renovada e, portanto, seria esperada uma queda de demanda; e (iii) a política de aperto monetário iniciada pelo Banco Central em março do ano passado estava fazendo efeito.

³ A partir de outubro de 2008, o governo adotou uma série de medidas para tentar compensar a retração do fluxo externo de crédito: i) retirou a alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para operações de empréstimos e financiamentos externos; ii) passou a utilizar as reservas cambiais para financiar as exportações, por meio de leilão de compra de títulos de bancos que financiam o comércio exterior brasileiro (os contratos preveem a recompra desses papéis); iii) abriu a possibilidade de empréstimos em moeda estrangeira do Banco Central do Brasil a bancos privados voltados exclusivamente para o atendimento de necessidades de financiamento do comércio exterior; e iv) repassou ao BNDES R\$ 5 bilhões para adiantar receitas ao exportadores, através do chamado apoio financeiro pré-embarque.

⁴ Tais cálculos foram feitos pelos técnicos Roberto Messenberg e Anna Carolina Saba dos Reis com base no método apresentado no anexo.

versus
ACADÊMICA

Liberalización financiera, política anti-inflacionaria y crecimiento económico, el caso de México: 1961-2007

Juan Alberto Vázquez Muñoz*
Blanca Lilia Avendaño Vargas*

I. Introducción

En abril de 1989 se dio un proceso de Liberalización Financiera (LF) en la economía mexicana a fin de promover la generación de ahorro, la inversión, el crecimiento y el desarrollo económicos. La premisa que sustentaba dicha estrategia es que la Represión Financiera (RF) inhibía el ahorro a través de la imposición de límites a la tasa de interés pasiva; generaba racionamiento de crédito vía el establecimiento de techos a la tasa de interés activa, los créditos selectivos y los encajes legales y, con ello propiciaba un régimen de baja inversión, crecimiento y desarrollo económicos lentos.

A veinte años de la implementación de la LF los resultados en términos de crecimiento y desarrollo económicos no han sido los esperados, debido a que la LF aunada a la política monetaria de estabilización de la inflación, seguida por el Banco de México (BM), han provocado un estancamiento del coeficiente de la inversión y, por consiguiente, de la

tasa de ahorro de la economía. Asimismo, a pesar de que sería posible incrementar el ahorro financiero sin incrementar el ahorro total de la economía, los resultados indican que el primero no ha aumentado debido a la presencia de una estructura de competencia oligopólica que ha mantenido una tasa de interés pasiva real negativa. Finalmente, se supone que la LF podría aumentar la productividad de la economía ya que al liberalizar las tasas de interés los agentes económicos con los proyectos productivos más rentables obtendrían los créditos del sistema bancario, sin embargo, esto no ha sucedido debido a la existencia de selección adversa y daño moral presentes en los mercados crediticios y a que la política de desinflación del BM se ha basado en la apreciación del tipo de cambio real y una tasa de interés activa real alta, lo que en su conjunto ha disminuido la productividad de la economía, medida como la productividad de la inversión. Entonces, mientras que la LF no provocó una modificación del coeficiente de inversión, aunada a la política anti-inflacionaria del BM, si ha causado una disminución de la productividad de la inversión y, por consiguiente, una caída del crecimiento económico.

El resto del artículo se compone de tres seccio-

* Profesores - Investigadores de la Facultad de Economía de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México. Correos electrónicos: valberto@eco.buap.mx y blav@eco.buap.mx, de forma respectiva. Agradecemos los edificantes comentarios de Ignacio Perrotini. Los errores persistentes han de imputarse a los autores exclusivamente.

nes. En la segunda desarrollamos la hipótesis de la LF de McKinnon (1973). En la tercera analizamos el efecto de la LF y la política anti – inflacionaria en la tasa de crecimiento, la inversión, la tasa de ahorro, la productividad de la inversión y la industrialización, asimismo comparamos el desempeño de estos indicadores con respecto al registrado durante el periodo de RF, de 1960 a 1988. En la cuarta parte presentamos nuestras conclusiones.

II. La Hipótesis de LF, crecimiento y desarrollo económicos

De acuerdo con la hipótesis de la LF de McKinnon (1973), una condición necesaria para el desarrollo de los países subdesarrollados es la liberalización de su sistema financiero. Lo anterior resulta del hecho de que esas economías se caracterizan por un bajo ingreso real per cápita por lo que su preferencia marginal por ingreso presente a futuro es alta; una elevada tasa de inflación, lo que aunado a la presencia de límites institucionales a la tasa de interés, encajes legales y créditos selectivos, genera una baja tasa de ahorro total y financiero, racionamiento de crédito¹ y la ineficiente asignación de recursos de la economía ya que no se puede competir por ellos vía el precio de los créditos. Por ende, la desregulación del mercado financiero permitirá la competencia entre los inversionistas para obtener deuda mediante la tasa de interés, lo que a su vez igualará a esta última con la preferencia marginal por ingreso presente a futuro aumentando el ahorro financiero y, por consiguiente, la inversión y el crecimiento económico.

McKinnon (1973) enfoca su análisis en el mercado financiero. Según su hipótesis “la fragmentación en el mercado de capital –endémica en el ambiente subdesarrollado sin políticas públicas cuidadosamente consideradas- causa el uso ineficiente del trabajo y la tierra, suprime el desarrollo empresarial y condena a sectores importantes de la economía a tecnologías inferiores. Entonces, una política apropiada en el mercado de capital interno es la clave para la liberalización general y, particularmente, para la retirada de intervenciones públicas indeseadas de los mercados de mercancías” (McKinnon, 1973: p. 8).

Los supuestos considerados por McKinnon (1973) en la elaboración de su teoría de la LF son los siguientes:

1. El ingreso promedio de los agentes económicos es bajo lo que conlleva una alta preferencia social marginal por ingreso presente a futuro.
2. Existe RF en la economía, lo que aunado al primer supuesto implica la presencia de racionamiento de crédito.
3. El segundo supuesto expresa que las unidades económicas existentes son autofinanciadas y, por lo tanto, no hay una distinción útil entre ahorradores e inversionistas.
4. El tamaño de las unidades económicas medido por su nivel de ingreso corriente es pequeño, en consecuencia, hay indivisibilidades en la inversión.
5. El gobierno no participa directamente en la acumulación de capital, pero tiene el control de variables claves de la economía tales como la tasa de crecimiento de la oferta monetaria y la tasa de interés a depósitos de ahorro.

Los primeros cuatro supuestos conllevan las siguientes premisas: el sistema financiero no es desarrollado y se compone principalmente del sistema bancario; los agentes económicos pueden ahorrar en producto o depósitos bancarios dado que no existe una amplia gama de activos financieros y los existentes son de alto riesgo; las inversiones se realizan en capital de baja tecnología debido al fenómeno de autofinanciamiento y al alto costo de la tecnología de punta.

El análisis del efecto de la LF en la tasa de crecimiento desarrollado por McKinnon (1973) discurre en dos fases. En la primera identifica el efecto del incremento de la tasa de interés pasiva en el ahorro financiero y la inversión. Mientras que en la segunda examina los efectos de la LF en el ahorro financiero, la inversión y la tasa de crecimiento.

De acuerdo con la primera fase del análisis, puesto que los agentes económicos ahorran no solo para transferir poder adquisitivo hacia el futuro sino que además lo hacen para poder realizar sus inversiones productivas, si el gobierno incrementa la tasa de interés pasiva estimulará una mayor disposición al ahorro financiero con fines de autofinanciamiento de los proyectos productivos². Conforme a lo anterior, puede postularse la siguiente

función agregada de demanda de depósitos bancarios:

$$sf_t = sf\left(y_t, i_t^p, \frac{I_t}{y_t}\right)z \quad (1)$$

donde sf_t , y_t , i_t^p e $\frac{I_t}{y_t}$ e representan el ahorro financiero real, el ingreso real, la tasa de interés pasiva real y el coeficiente de inversión en el periodo t . Además, la función es creciente respecto a sus tres argumentos.

Como se mencionó anteriormente las tecnologías de alto rendimiento implican un mayor monto de inversión, considerando esta relación podemos replantear la ecuación (1) de la siguiente manera:

$$sf_t = sf(y_t, i_t^p, r_t) \quad (1')$$

donde r_t es la tasa de retorno a capital en el periodo t . Entonces, el efecto del aumento de la tasa de interés real a depósitos bancarios es incrementar el ahorro financiero y en consecuencia, la cantidad y la calidad de la inversión asociado a una mayor tasa de crecimiento económico. Por consiguiente, podemos postular la siguiente función de inversión agregada:

$$I_t = I(r_t, sf_t) \quad (2)$$

donde la función es creciente respecto a sus dos argumentos. Sustituyendo la ecuación (1') en la (2) obtenemos la siguiente función de demanda de inversión agregada:

$$I_t = I(y_t, i_t^p, r_t) \quad (3)$$

donde la función I es creciente respecto a y_t y r_t , mientras que su relación con i_t^p es positiva cuando esta última es menor que r_t y negativa cuando es mayor³.

Ahora bien, dado el contexto económico de la existencia de unidades económicas autofinanciadas con proyectos productivos indivisibles, la simple estimulación del ahorro financiero real no implica que se puedan llevar a cabo inversiones en avances tecnológicos de producción cuyo monto rebasa los recursos propios de las empresas. De acuerdo con la segunda fase del análisis, debe liberalizarse al sistema financiero, es decir, eliminar los encajes legales y los créditos selectivos impuestos a las instituciones financieras y permitir que los agentes económicos con las mejores oportunidades de inversión compitan por los fondos prestables vía la tasa de interés activa (i_t^a), esto permitirá el incremento del ahorro financiero, la inversión y la asignación óptima de los recursos económicos.

En equilibrio, este mercado financiero competitivo estará caracterizado por las siguientes igualdades:

$$\begin{aligned} sf_t &= I_t \\ r_t &= i_t^a = i_t^p + \pi^B \end{aligned}$$

donde π^B son los beneficios normales de las instituciones financieras por cada unidad monetaria intermediada.

Podemos resumir lo antes expuesto de la siguiente forma: la LF estimula el crecimiento y el desarrollo económicos a través del incremento del ahorro financiero - y por tanto, de la inversión - y mediante el aumento de la productividad de la inversión resultante de la competencia vía la tasa de interés por la obtención de crédito para financiar proyectos productivos.

En la siguiente sección realizamos una evaluación de los resultados obtenidos por la economía mexicana en términos de crecimiento, inversión e industrialización a través de la estrategia de LF llevada a cabo en 1989.

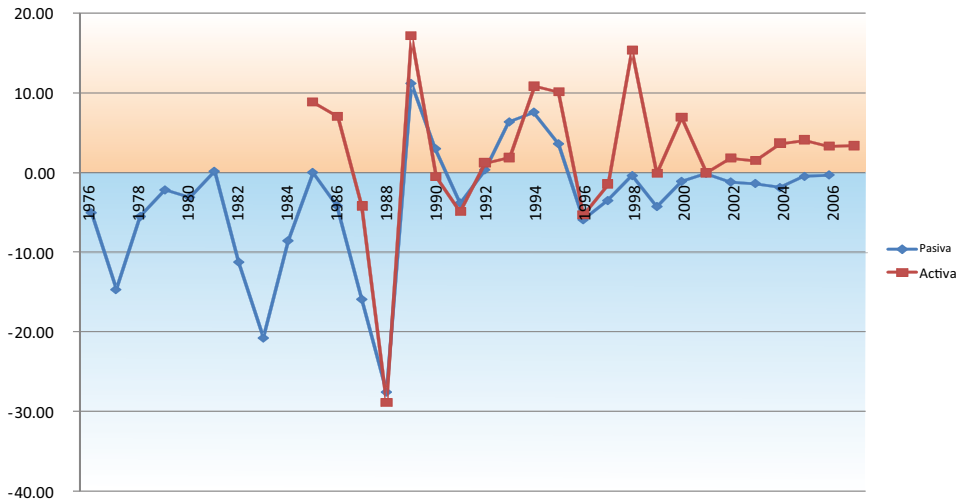
III. LF en la economía mexicana: desindustrialización, pérdida de productividad y estancamiento económicos, 1960 - 2007

En abril de 1989 se liberalizó plenamente al sistema financiero mexicano con el objetivo de estimular el ahorro, la inversión, el crecimiento y el desarrollo económicos. Un primer hecho a destacar es que las tasas de interés reales activas y pasivas, medidas como la tasa a depósitos bancarios y la tasa de rendimiento a CETES a 28 días ajustadas por la tasa de inflación anual de forma respectiva, se incrementaron en comparación con el periodo de RF; sin embargo, la tasa de interés pasiva, luego de la crisis financiera de 1995, se ha mantenido negativa (véase la gráfica 1), esto puede ser resultado de un cambio de estructura del sistema bancario, ya que transitó a una de tipo oligopólica a partir de la reprivatización bancaria llevada a cabo entre 1991 y 1992⁴.

La persistencia de valores negativos de la tasa de interés real puede explicar porqué a pesar de la LF no se ha estimulado un mayor ahorro financiero en la economía⁵ (véase la gráfica 2). De hecho, el promedio del ahorro financiero como porcentaje

Gráfica 1

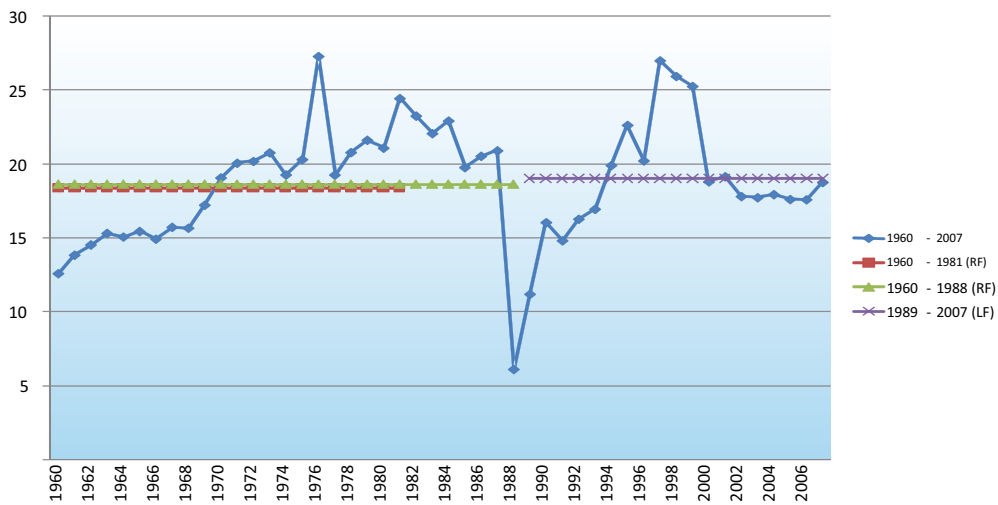
Tasa de Interés Pasiva y Activa Reales, 1976-2006



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

Gráfica 2

Ahorro Financiero (M3-M1 como % del PIB), 1960-2007



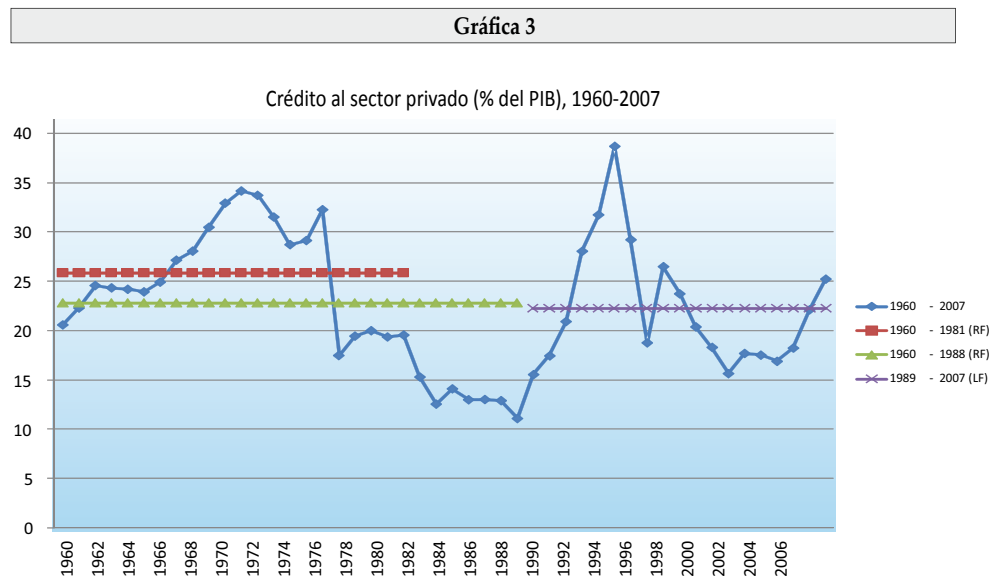
Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

del PIB aumentó en menos de un punto porcentual después de la LF en comparación al periodo de RF, esto sigue siendo válido incluso si se toma en cuenta el periodo de crisis que experimentó la economía entre 1982 y 1988 en la etapa de RF.

A pesar de que la LF no ha generado un incremento del ahorro financiero, se esperaría que eliminara el fenómeno de racionamiento de crédito causado por la RF a través de los créditos selectivos, los encajes legales y/o los límites a las tasas de interés activas. Sin embargo, de acuerdo con la gráfica 3, el resultado no ha sido el esperado, es más, el promedio del crédito otorgado al sector privado como porcentaje del PIB cayó 3.6 puntos porcentuales durante el periodo de LF respecto al de RF, aunque cabe mencionar que si en el periodo de RF incluímos el periodo de 1982 a 1988 la disminución solo es de 0.55 puntos porcentuales. Asimismo, es necesario señalar que a partir de la reprivatización bancaria se experimentó un auge de crédito que no correspondió a la situación real de la economía sino que se debió a otros factores, tales como: a) el precio de venta de las instituciones bancarias estu-

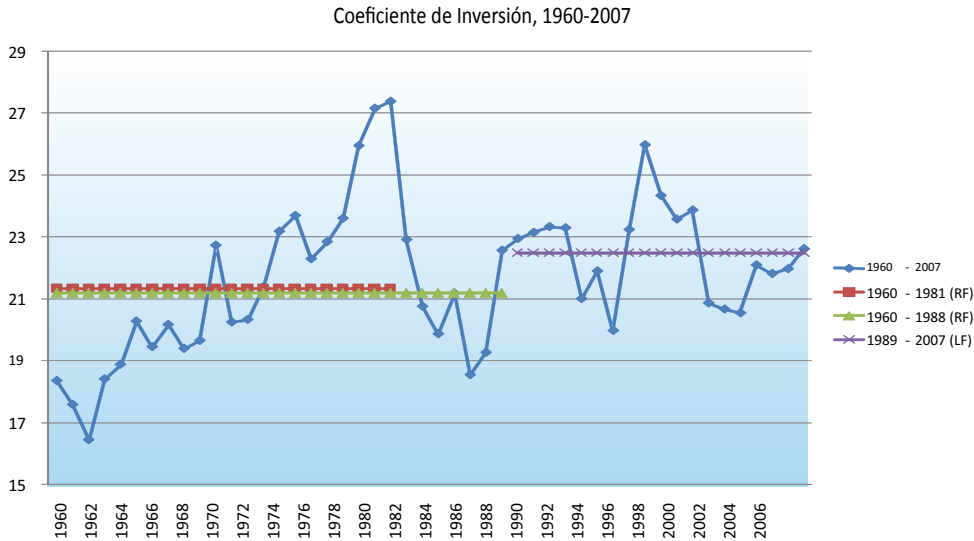
vo muy por encima de su valor en libros⁶, debido a lo cual los nuevos dueños estuvieron dispuestos a realizar préstamos sin una adecuada evaluación del riesgo ni de la composición de la cartera crediticia total⁷ y, b) no todos los noveles propietarios pertenecían con anterioridad al gremio, por consiguiente, no tenían experiencia en técnicas de valoración del riesgo de los créditos⁸ (Hernández y López, 2001). Luego de este boom crediticio y del acaecimiento de la crisis financiera de 1994 - 1995 el crédito se ha contraído hacia niveles más bajos que los registrados entre la segunda mitad de los sesenta y la primera mitad de los setenta. Cabe hacer mención que los bancos tienen la capacidad de generar crédito en una cantidad distinta a sus fondos prestables, es decir, el crédito bancario es endógeno y responde a la demanda, la cual a su vez depende de la rentabilidad de la inversión, por consiguiente, la contracción crediticia también puede estar ligada a una caída de la productividad de la inversión, lo que parece haber sucedido en la economía mexicana a partir de la LF como mostraremos más adelante.

Gráfica 3



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

Gráfica 4



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

En relación al coeficiente de inversión, luego de la LF el promedio de dicho indicador apenas se incrementó en 1 punto porcentual en comparación con el periodo de RF, y 1.3 puntos porcentuales si incluimos el periodo 1982 - 1988 en la etapa de RF; sin embargo, cabe aclarar que de 1960 a 1981 la inversión como porcentaje del PIB se mantuvo en constante aumento, durante este periodo se incrementó 9 puntos porcentuales, mientras que de 1989 al 2007 continuó estancado alrededor de su media (véase la gráfica 4).

Finalmente, el promedio del crecimiento económico durante el periodo de LF (3%) ha sido menor que el correspondiente al de RF, si incluimos el periodo 1982 a 1988 el promedio de crecimiento es de 5% y si no lo incluimos es de 7% (véase la gráfica 5).

¿A qué se debe que la LF no haya producido los resultados esperados en términos de inversión, crecimiento y desarrollo económicos? Enseguida analizamos diversos elementos que nos pueden conducir a una respuesta.

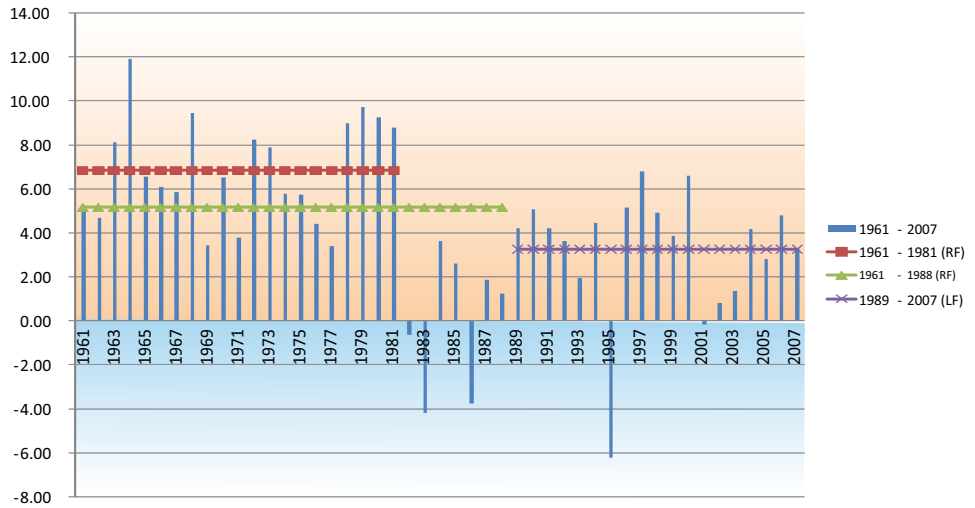
Un primer problema con la hipótesis de la LF es que no distingue entre el ahorro financiero y el ahorro total de la economía, es importante notar que el primero es un componente del segundo. Por consiguiente, aunque la LF pudiera incrementar el ahorro financiero a través del aumento de la tasa de interés pasiva real, el ahorro total podría no ser afectado y solo ocurriría una sustitución de activos que mantendría inalterada la tasa de ahorro total⁹.

A continuación analizamos el efecto de la LF en los componentes de la tasa de ahorro total de la economía, la tasa de ahorro doméstico y la tasa de ahorro externo. La LF produjo un leve aumento de 1.2 puntos porcentuales del promedio de la tasa de ahorro doméstica en relación con el registrado durante la RF, aunque si incluimos el periodo 1982 - 1988 en el de RF, la LF más bien dio lugar a una caída de 0.4 puntos porcentuales de dicha tasa (véase la gráfica 6).

Usando datos de panel para 62 economías durante el periodo de 1967 a 1995, Hussein y Thirwall (1999) encuentra que la tasa de interés real (rt)

Gráfica 5

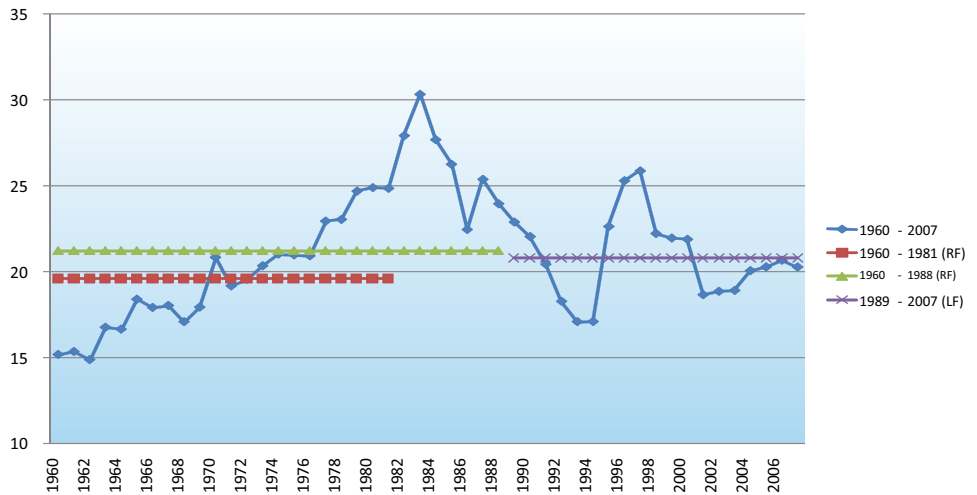
Tasa de Crecimiento Anual del PIB, 1961 - 2007



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

Gráfica 6

Ahorro Bruto Doméstico (% del PIB), 1960 - 2007



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

no es un determinante significativo de la tasa de ahorro doméstico y que en cambio el ingreso per cápita (y_t), la tasa de crecimiento del ingreso per cápita (g_t), la tasa de crecimiento de la población (n_t), el ahorro financiero como porcentaje del PIB (sf_t) y la tasa de inflación (π_t) son determinantes estadísticamente significativos.

A fin de verificar los determinantes de la tasa de ahorro doméstica en el caso de la economía mexicana, siguiendo a Hussein y Thirlwall (1999), estimamos la siguiente ecuación:

$$s_t = \beta_0 + \beta_1 y_t^{-1} + \beta_2 g_t + \beta_3 n_t + \beta_4 sf_t + \beta_5 \pi_t + \beta_6 \pi_t^2 + \beta_7 r_t + \mu_t \quad (4)^{10}$$

Los resultados generados de la estimación de la ecuación (4) por el Método de Mínimos Cuadrados Ordinarios indican que los parámetros correspondientes a (rt) y (nt) no son estadísticamente significativos para el periodo de 1976 al 2006¹¹. Al eliminar (rt) y (nt) y reestimar la ecuación (4) para el periodo 1961 – 2007 obtenemos:

$$s_t = 16.27 - 29940.91 y_t^{-1} + 0.24 g_t + 0.19 sf_t + 0.21 \pi_t - 0.001 \pi_t^2 + \mu_t \quad (5)$$

(9.54) (-2.68) (3.08) (3.16) (7.65) (-4.89)

R² ajustada = 0.83

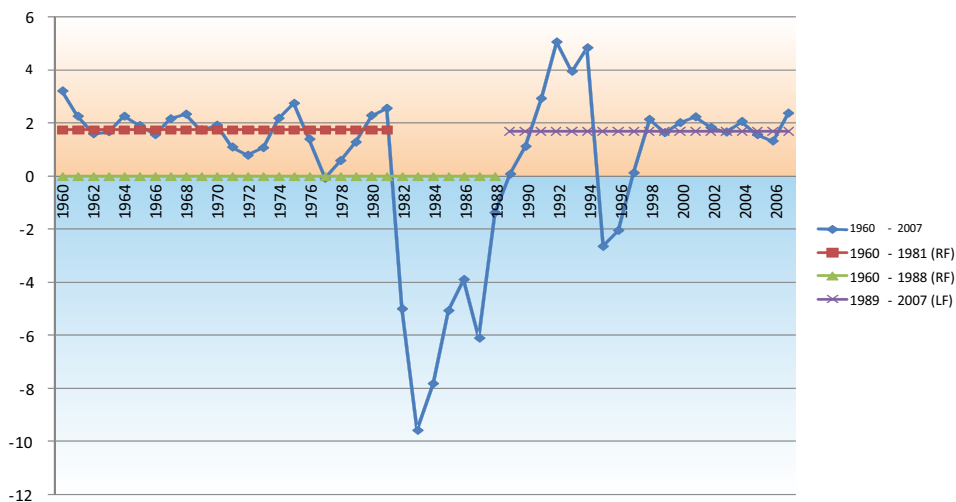
donde los valores entre paréntesis son los estadís-

ticos t de los parámetros. Todas las variables son estadísticamente significativas al 1% a excepción de (y_t) la cual, sin embargo, lo es al 2%. Es interesante hacer notar que con base en la ecuación (5) y los promedios de las variables durante los periodos 1961 a 1981 y 1989 a 2007, podemos indicar que la tasa de ahorro pronosticada aumentó 1.41 puntos porcentuales, de los cuales 1.16 se deben al ingreso per cápita, -0.48 a la tasa de crecimiento del ingreso per cápita, 0.06 a la tasa de ahorro financiero y 0.67 a la tasa de inflación. Con lo anterior podemos afirmar que la caída en la tasa de crecimiento del ingreso per cápita, aunada a la política de disminución de la inflación del Banco de México, ha provocado que el ahorro doméstico se mantenga estancado.

Por otro lado, la liberalización de la cuenta de capitales que implicó la LF no ha representado un mayor ahorro externo. El promedio del ahorro externo como porcentaje del PIB de 1960 a 1981 fue de 1.73% mientras que de 1989 al 2007 fue de 1.68%, aunque si incluimos el periodo de 1982 a 1988 el promedio durante la RF fue de -0.3% (véase la gráfica 7). Cabe hacer mención aquí que Bresser-

Gráfica 7

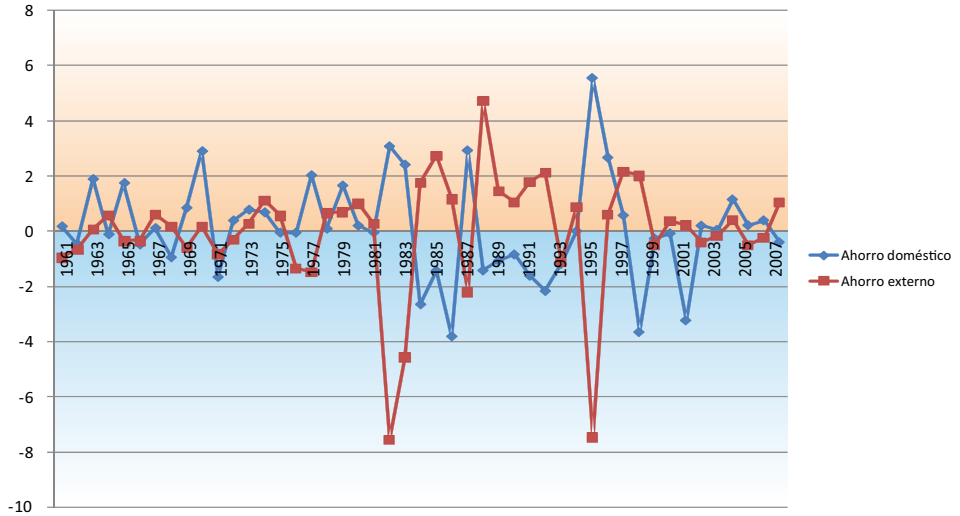
Ahorro externo (% del PIB), 1960-2007



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

Gráfica 8

Variaciones anuales de la tasa de ahorro doméstico y de la tasa de ahorro externo, 1961 - 2007



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

Pereira y Gala (2008) indica que, en el contexto de la LF, las variaciones en el ahorro externo pueden ser compensadas por variaciones en el ahorro doméstico, por lo que la LF no aumentaría la tasa de ahorro total y hasta podría disminuirla. De acuerdo con la gráfica 8, en el caso de la economía mexicana hay una correspondencia negativa entre las variaciones anuales de la tasa de ahorro doméstico y las correspondientes a la tasa de ahorro externo a partir de la LF, fenómeno que no se observó durante el periodo de RF cuando a la par del aumento del ahorro doméstico el ahorro externo se mantuvo constante (véase el cuadro 1).

Con base en lo anterior podemos concluir que la estrategia de LF llevada a cabo en la economía mexicana a partir de 1989 no ha dado lugar a un incremento de la tasa de ahorro agregada de la economía. No obstante, resta explicar la caída de la tasa de crecimiento de la economía a partir de la LF (véase la gráfica 5).

Harrod (1939) postula que la tasa de crecimiento

de una economía puede expresarse de la siguiente forma:

$$g_t = \frac{s_t}{c_t} \quad (6)$$

donde g_t es la tasa de crecimiento de la economía, s_t es la tasa de ahorro, la cual es a su vez es igual al coeficiente de inversión y , c_t es la inversa de la productividad de la inversión. Es importante destacar

Cuadro 1

Promedio de las variaciones anuales		
Periodo	Tasa de ahorro doméstica	Tasa de ahorro externa
1961 - 1981 (RF)	0.46%	-0.03%
1961 - 1988 (RF)	0.31%	-0.16%
1989 - 2007 (LF)	-0.19%	0.20%

Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

que la igualdad entre la inversión y el ahorro se explica porque el ahorro debe fundear la inversión a fin de que ésta se realice. ¿Cómo ha influido la LF en el coeficiente de inversión (tasa de ahorro) y en la productividad de la inversión?

A partir de la LF el objetivo principal del Banco de México ha sido la consecución de una tasa de inflación baja y estable. Dado el alto coeficiente de correlación entre la tasa de depreciación del tipo de cambio y la tasa de inflación, el control de la tasa de inflación se ha basado en el manejo del tipo de cambio. Así de 1988 a 1994 la disminución de la inflación se logró mediante la instauración de un tipo de cambio semi-fijo, mientras que luego de la crisis financiera de 1994 – 1995 se alcanzó a través del uso de una regla de Taylor – Ball en la que la ponderación relativa del tipo de cambio en el Índice de Condiciones Monetarias ha ido en constante aumento¹². En ambos casos la meta de las autoridades monetarias se consiguió rezagando el tipo de cambio nominal y, consecuentemente, apreciando el tipo de cambio real (véase la gráfica 9).

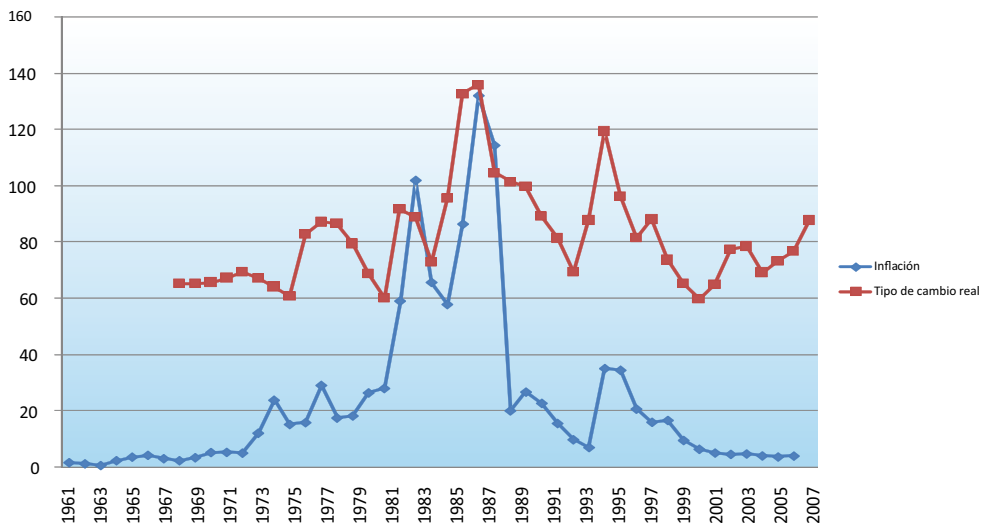
La apreciación del tipo de cambio real puede

explicar la relación negativa en el ahorro externo y el ahorro doméstico, ya que conforme ingresan flujos de capital del exterior a la economía el tipo de cambio real tiende a apreciarse y a estimular el consumo agregado. Por otro lado, la apreciación del tipo de cambio real desplaza la demanda de bienes producidos internamente por la demanda de bienes producidos en el exterior, al mismo tiempo que disminuye la productividad de empresas productoras de bienes comerciables, lo que desestimula la inversión productiva.

Asimismo, para poder controlar al tipo de cambio nominal, una economía con un sistema financiero débil como la mexicana debe acumular una gran cantidad de reservas a fin de poder hacer frente a ataques especulativos contra la moneda, de hecho el Banco de México ha sostenido que el rápido acopio de reservas es uno de sus principales logros luego de la crisis financiera de 1994 – 1995. El problema es que para atraer capitales del exterior el Banco de México debe mantener una tasa de interés atractiva para los inversionistas extranjeros que a su vez puede ser restrictiva para los inversio-

Gráfica 9

Índice del Tipo de Cambio Real y Tasa de Inflación Anual (1961-2007)



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

nistas domésticos. Entonces la apreciación del tipo de cambio real, aunada a la instauración de una tasa de interés real alta, pueden explicar el estancamiento del coeficiente de inversión y, en consecuencia, de la tasa de ahorro total de la economía.

De acuerdo con la ecuación (6), la otra variable que puede ser afectada por la LF y la política monetaria es la productividad de la inversión. Se supone que la LF afectaría negativamente a ct a través de la competencia por la obtención de créditos vía la tasa de interés. En este sentido, de acuerdo con Stiglitz y Weiss (1981) es perfectamente posible que en mercados de crédito competitivos los solicitantes de crédito con los proyectos productivos más rentables queden racionados debido al riesgo que conllevarían y, por tanto, ct no será afectada de la forma esperada. Por otro lado, la constante apreciación del tipo de cambio aunada a una tasa de interés alta desestimulan la inversión principalmente en el sector industrial originándose un proceso de desindustrialización (véase la gráfica 10), con lo que, de acuerdo con las leyes Kaldor, disminuye la

productividad agregada de la economía, es decir, habría un aumento de ct (véase la gráfica 11).

En efecto, como puede observarse en la gráfica 11, el promedio de la productividad de la inversión de 1960 a 1981 fue de 25% mientras que durante la LF fue de 16%, y aún si tomamos en cuenta el periodo de 1982 a 1988 en el periodo de RF su valor fue más alto (20.5%).

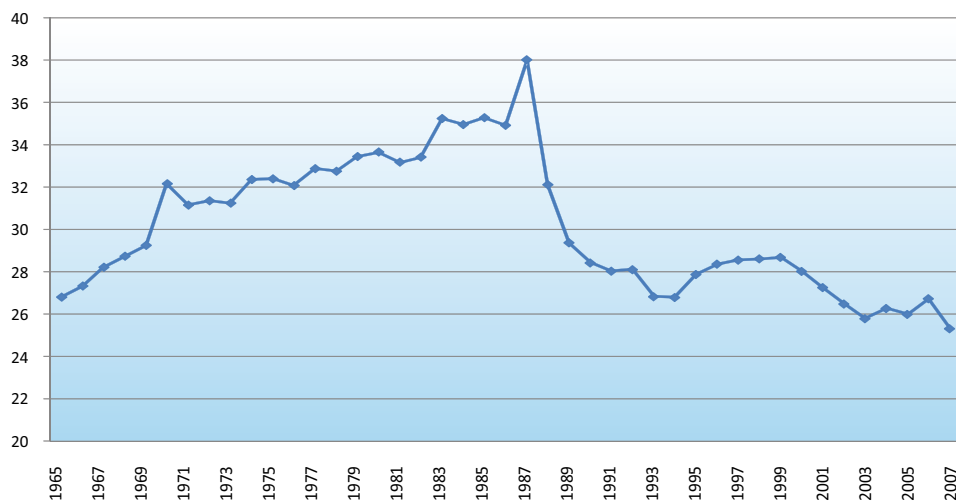
Finalmente podemos mencionar que si bien la LF y la política monetaria de desinflación no coadyuvaron a incrementar la tasa de ahorro, si han provocado una disminución de la productividad de la inversión con el consecuente efecto negativo en la tasa de crecimiento de la economía.

IV. Conclusiones

La LF aunada a la política monetaria de control de la inflación no han logrado incrementar la tasa de ahorro de la economía mexicana, más bien ésta se ha mantenido estancada junto con el coeficiente de inversión. Por otro lado, lo que si se ha conseguido con las estrategias antes mencionadas es un

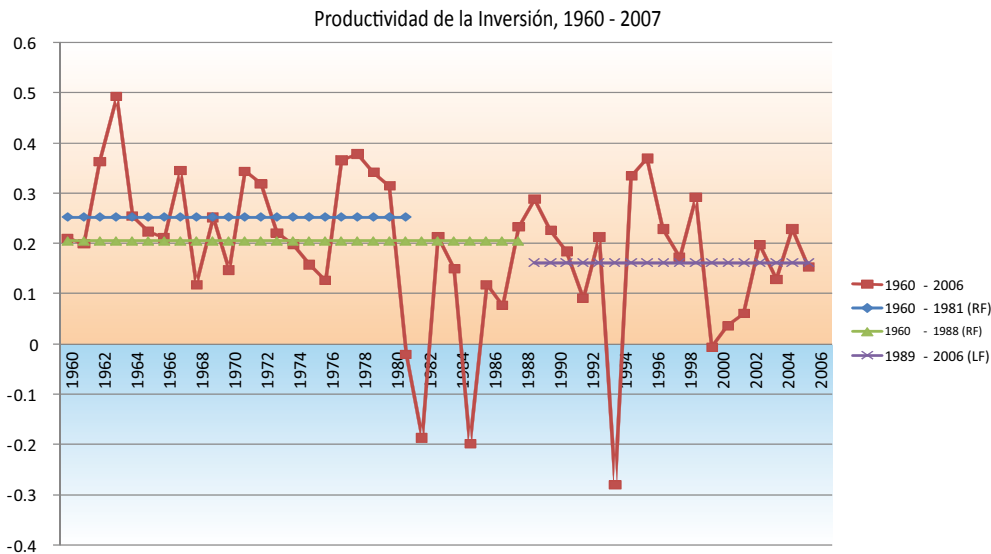
Gráfica 10

Sector Industrial (% del PIB), 1965 - 2007



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

Gráfica 11



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.

proceso de desindustrialización y una caída de la productividad de la economía, con lo que también se ha reducido la tasa de crecimiento económico.

La estrategia de estabilización de la inflación basada en el control del tipo de cambio nominal ha dado lugar a una apreciación constante del tipo de cambio real y una tasa de interés real activa alta, lo que a su vez provoca un círculo vicioso de caída de la productividad de la economía, desindustrialización, mayor caída de la productividad, mayor desindustrialización, etc.

La estructura oligopólica del sistema financiero no ha permitido que la tasa de interés pasiva aumente y promueva el ahorro financiero, por tanto se debería estimular una mayor competencia por fondos prestables en el sistema bancario vía la tasa de interés pasiva.

Finalmente, se debería de modificar la apertura de la cuenta de capitales a fin de implementar controles de capital y así coadyuvar a una disminución de la tasa de interés activa. Esto a su vez permitiría que el tipo de cambio no se apreciase tanto, con lo que aumentaría la productividad de las empresas productoras de comerciables, además de que desplazaría la demanda de bienes producidos en el extranjero por demanda de bienes producidos al interior. Todo esto estimularía la productividad de la inversión y por ende el crecimiento económico.

Notas

¹ En efecto, según Stiglitz y Weiss (1981) un método tradicional para explicar el fenómeno de racionamiento de crédito es asociándolo con desequilibrios de largo plazo, resultado de restricciones gubernamentales.

² McKinnon le llama a esto el efecto "conducto" del dinero (McKinnon, 1973: p. 61).

³ Este es el efecto "activo competidor".

⁴ Para un resumen del proceso de reprivatización bancario véase Hernández y López (2001).

⁵ Warman y Thirlwall (1994) encuentra que el ahorro financiero es afectado de forma positiva por la tasa de interés real para el periodo 1960 a 1990.

⁶ Según Hernández y López (2001), en promedio el precio de venta de los bancos durante el proceso de privatización fue 3.53 veces su valor en libros.

⁷ De acuerdo con Hernández y López (2001) los créditos al consumo y a la vivienda representaban el 25% de la cartera de crédito total del sistema bancario en diciembre de 1994.

⁸ Este problema también es apuntado por Mishkin (1996) en su estudio de la crisis financiera mexicana de 1994 - 1995.

⁹ Warman y Thirlwall (1994) encuentra que hay una relación positiva y significativa entre el ahorro financiero y la tasa de interés real pero no hay una relación significativa entre la tasa de ahorro total y la tasa de interés real para el periodo 1960 - 1990.

¹⁰ En la ecuación se considera la inversa del ingreso per

cápita debido a que se espera que la tasa de ahorro exhiba una relación positiva decreciente con el nivel de ingreso per cápita. Por otro lado, la relación de la tasa de ahorro con la tasa de inflación parece ser no lineal, siendo positiva para valores bajos de la inflación y negativa para valores altos, de ahí que se modele como una relación cuadrática.

¹¹ Se espera que la tasa de crecimiento poblacional no sea significativa cuando la población no está creciendo de forma balanceada. En el caso de México, de 1970 al 2007 dicho indicador ha estado cayendo con lo que se está modificando la tasa de población activa a población no activa.

¹² De acuerdo con Ball (1998), la regla de Taylor para el caso de una economía abierta relaciona las brechas del producto y de la inflación con un Índice de Condiciones Monetarias (ICM) que es un promedio ponderado de la tasa de interés y de la tasa de apreciación del tipo de cambio nominal. Si bien Ball (1998) sostiene que con el transcurso del tiempo y la estabilización de la tasa de inflación, el tipo de cambio perderá importancia en el ICM, en un estudio que estamos elaborando en coautoría con Ignacio Perrotini encontramos que en el caso de la economía mexicana la importancia relativa del tipo de cambio nominal en el ICM ha ido en aumento, y esto es lo que ha permitido la disminución de la tasa de inflación, al menos hasta antes de la depreciación del tipo de cambio en el presente año debida a la crisis financiera de Estados Unidos.

REFERENCIAS

Ball, L. (1998), 'Policy Rules for Open Economies', Reserve Bank of Australia Research Discussion Paper No. 9806.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos and Paulo Gala (2008) "Foreign savings, insufficiency of demand, and low growth". *Journal of Post Keynesian Economics* 30 (3): 315-334.

F. Warman and A.P. Thirlwall (1994), Interest Rates, Saving, Investment and Growth in Mexico 1960-90: Tests of the Financial Liberalisation Hypothesis, *The Journal of Development Studies*, July.

Harrod, Roy, (1939). "An Essay in Dynamic Theory", *Economic Journal*, 49 (junio), 14-33.

Hernández y López, 2001, "La Banca en México, 1994-2000", *Economía Mexicana*, Vol. 10-2, segundo semestre: pp. 363-390.

Hussein and A.P. Thirlwall (1999), Explaining Differences in the Savings Ratio Across Countries: A Panel Data Study, *The Journal of Development Studies*, October.

McKinnon, Ronald I., (1973). *Money and Capital in Economic Development*, The Brookings Institution, Washington, D.C.

Mishkin, Frederic S. (1996). "Understanding Financial Crises: A Developing Country Perspective," *Annual World Bank Conference on Development Economics*: 29-62.

Stiglitz, Joseph E., and Andrew Weiss (1981), "Credit Rationing in Markets with Imperfect Information", *American Economic Review* 71, 393-410.

Juros, miséria e democracia

Alcino Ferreira Camara Neto
Matias Vernengo*

Introdução

O Brasil estagnou nos últimos anos, antes mesmo da crise atual, não tendo participado da expansão dos primeiros anos do século XXI (a despeito da recém-abortada aceleração do crescimento, a média de crescimento do Brasil de 2002 até 2008, perto de 3,8%, permaneceu abaixo do crescimento global até a crise, de aproximadamente 4,5%), também conhecida como Bretton Woods revivido que beneficiou muitos países periféricos, nem tampouco nas últimas duas décadas do século XX, porque, em última análise, o crescimento não é essencial para a acumulação de capital. Construímos na periferia capitalista um paraíso do capitalismo rentista. Nossa elite globalizada e cosmopolita manteve os padrões de consumo compatíveis com o centro

capitalista. E se nosso atraso e estagnação relegam à miséria mais abjeta boa parte de nossa população, numa sociedade com passado colonial e escravista, isto não tira o sono de nossas elites.

Este passado que faz do Brasil uma das sociedades mais injustas do mundo levou-o a ser denominado Rússia Tropical por um de nossos mais famosos cientistas sociais. De fato, segundo Gilberto Freyre (1933, p. 51) “nesta espécie de Rússia americana que é o Brasil – de mística revolucionária, de messianismo ... sente-se o laivo ou o resíduo masoquista.” Por isso aqui haveria “menos a vontade de reformar ou corrigir determinados vícios de organização política ou econômica que o puro gosto de sofrer” (ibid. p. 52). Se Gilberto Freyre via na formação agrária, escravista, apoiada na grande propriedade e no monocultivo do açúcar o balizamento da formação cultural do Brasil, nos parece que na transformação da economia após a crise da dívida nos anos 80 podem entender-se as características centrais de nossa sociedade, que se recusa a crescer e distribuir os frutos do desenvolvimento.

*Alcino Camara é decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e Matias Vernengo é professor do CCJE e da University of Utah.

O masoquismo de nossas políticas monetária e cambial só pode ser entendido à luz da formação de uma classe rentista com padrões de consumo internacionalizados, os modernos senhores de engenho, que vivem das nababescas remunerações de suas contas bancárias, possibilitadas pelo Banco Central, a Casa Grande da globalização financeira. Para esta elite, que vive dos gastos exorbitantes com a conta de juros, os problemas da atual senzala, a favela, fazem lembrar “aquele mórbido deleite em ser mau com os inferiores” que seria “bem nosso,” e aparentemente ainda é (ibid. p. 370). A chibata de antanho é a taxa de juros Selic, que impõe a disciplina do mercado, supostamente essencial ao desenvolvimento.

Se a Casa Grande e a Senzala criaram uma sociedade desigual e polarizada, a Conta de Juros Grande e a Favela potencializaram nossas iniquidades. O sentido da colonização, a produção de bens primários para o mercado internacional e a necessidade da mão-de-obra escrava relegaram os grupos sociais não diretamente envolvidos nessas atividades à marginalidade econômica, como meros apêndices. Na nossa formação tivemos uma sociedade de senhores e escravos, o resto sendo apenas desajustados.

De fato, Caio Prado Júnior (1942, pp. 281-82) dizia que: “entre estas duas categorias [senhores e escravos] definidas e entrosadas na obra da colonização, comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma.” De alguma forma isto ainda é verdade. Entre os rajás financeiros e os intocáveis trabalhadores informais da favela comprime-se a maioria da população brasileira, envolvida em tarefas produtivas que são secundárias para a lógica do nosso capitalismo, embora sejam, ou deveriam ser, centrais para o desenvolvimento.

O problema é que, da crise da dívida para cá, criou-se um sistema no qual o crescimento é, por assim dizer, inorgânico, desnecessário e subsidiário para o funcionamento da economia. A especulação e o bscate, a riqueza fácil e a miséria ubíqua, são centrais, para entender nossa sociedade. A economia produtiva é, de certo modo, inadaptada, como dizia Caio Prado. Por isso mesmo, a estagnação é

instrumental para a acumulação de capital. Na verdade, esta patologia não é um fenômeno local.

Nossa elite rentista é o resultado de um fenômeno global, que se iniciou com o colapso da ordem monetária de Bretton Woods nos anos 70. Da Grande Depressão, e, em particular, a partir da Segunda Guerra Mundial, até o colapso do sistema de taxas de câmbio fixas em 1973 os fluxos de capital foram mantidos sob controle. Com isso, como queriam os arquitetos de Bretton Woods, as taxas de juros foram mantidas em níveis relativamente baixas, possibilitando a expansão dos gastos sem, contudo, levar ao endividamento insustentável.

Se por um lado as taxas de juros baixas permitiram a expansão do crédito, o consumo de massas, e o endividamento estatal para o alargamento dos benefícios sociais, particularmente nos países centrais, de outro, os rentistas, aqueles que vivem da remuneração do capital, sofreram perdas relevantes. Ao longo dos anos 50 e 60 os bancos americanos foram criando um mercado paralelo, fora dos EUA, e, portanto, não regulado pelo FED. O euromercado foi a ponta de lança da liberalização financeira (Helleiner, 1994).

A abertura financeira e a elevação das taxas de juros a partir da posse de Paul Volcker no FED mudaram radicalmente a estrutura do sistema monetário e financeiro internacional. A eutanásia do rentista de Keynes transmutou-se na revanche dos rentistas, como diria Pasinetti (1997). As taxas de juros mais elevadas dificultaram os gastos do governo, incrementando o peso financeiro da dívida, e aumentando os gastos com encargos da dívida em detrimento dos encargos sociais. Um mundo mais favorável aos credores do que aos devedores implicou menores taxas de expansão da demanda, e maiores níveis de desemprego. Estes, por sua vez, reduziram o poder de barganha da classe trabalhadora e mantiveram em xeque as pressões inflacionárias.

Isto levou a uma deteriorização da distribuição de renda, tanto no centro como na periferia. No caso dos EUA, a distribuição de renda hoje atingiu os mesmos níveis de desigualdade de antes do New Deal de Roosevelt (Piketty e Saez, 2003). Embora alguns autores argumentem que a desigualdade teria sido causada pelas mudanças tecnológicas, que aumentaram o prêmio à educação (e.g. Goldin

e Katz, 2008), como mostrado por Krugman (2007), foram as mudanças políticas dos anos 70 que permitiram a revolução contra as políticas redistributivas da Era Dourada do capitalismo. Galbraith e Kum (2002) enfatizam o papel do choque dos juros do fim dos anos 70 na elevação da desigualdade no mundo como um todo.

A abertura financeira no Brasil começou lentamente como resultado da estratégia governamental para lidar com os dois choques nos preços do petróleo nos mesmos anos 70, mas somente foi completada nos anos 90, após o Plano Real. No Brasil, a partir de 1994, não somente as taxas de juros foram positivas e elevadas, mas invariavelmente tivemos as taxas mais altas do mundo.

No Brasil a forma mais fácil de ganhar dinheiro ainda é emprestando para o Estado. Basta adquirir títulos públicos para ganhar taxas de remuneração espetaculares. A riqueza fácil de uns, entretanto, está assentada na miséria das massas. Como era de se esperar, a distribuição de renda piorou, e os salários como proporção da renda foram comprimidos em quase 10%, ao mesmo tempo em que os salários médios caíram, a despeito do ufanismo da mídia e de parte dos economistas, que sugerem erroneamente que a distribuição melhorou e que somos um país composto majoritariamente pela classe média.

A política macroeconômica do governo, desde o Plano Real, e ainda durante o governo Lula, sustentou e amplificou as desigualdades centenárias do nosso país. A política fiscal, fundamentada nos permanentes superávits primários, é o principal elemento da nossa ortodoxia econômica. Os gastos exorbitantes com os juros, que alimentam a conta de juros grande, implicam que nossos governos estão fundamentalmente a serviço dos rentistas. Mas isto somente é possível pela coordenação com a política monetária, que mantém as taxas básicas de juros reais mais elevadas do planeta.

A política monetária, por sua vez, está assentada na independência operacional do Bacen. A independência do Bacen, por sua vez, depende de uma teoria peculiar, segundo a qual este somente pode afetar a inflação no longo prazo, e qualquer desvio desta meta reduziria sua credibilidade, repercutindo negativamente em sua relevância como instrumento anti-inflacionário. A evidência empírica,

entretanto, para a proposição de que os bancos centrais, aqui ou alhures, não têm efeitos reais sobre o nível de atividade é inexistente.

Na verdade, a evidência sugere que os bancos centrais têm pouca capacidade de controlar a inflação quando esta é de custos, e eles têm efeitos significativos sobre o nível de atividade, no curto e no longo prazo. Em outras palavras, o Bacen pode reduzir o crescimento médio da economia, e ao mesmo tempo pode não ser instrumental para manter a inflação sob controle. Nos últimos anos, parece claro que o Bacen ao manter a taxa básica em níveis estratosféricos foi central para explicar o desempenho comparativamente pobre da economia brasileira.

Pior ainda, a aceitação da independência operacional do Bacen, e o medo demonstrado pelo PT ao escolher um presidente para a instituição que não era ligado ao partido, ou às ideias do partido, mas que vinha do mercado financeiro, e, portanto, os acalmaria, mostra que vitórias eleitorais não são suficientes para alterar a política econômica. Esta dependeria muito mais do que os mercados demandam do que o que o eleitorado votou. Isto implica que o significado da democracia não é bem aquele que a maioria julga ser.

Democracia e Banco Central independente

Para muitos a democracia resulta da existência de mecanismos formais que garantem a eleição do presidente pela maioria da população, e a proteção dos direitos das minorias. Poucos, se é que algum, analistas associam a democracia com as instituições econômicas. A partir dos anos 80, e crescentemente nos anos 90, os economistas passaram a defender a ideia da independência dos bancos centrais. Embora isto seja defendido como medida técnica, tem efeitos profundos sobre o processo democrático.

Não é surpreendente que a profissão tenha passado a defender a independência do banco central no mesmo período em que houve uma maior liberalização financeira. O papel do discurso sobre a independência do Banco Central é prestar autoridade aos argumentos favoráveis aos mercados financeiros. A estabilidade financeira e os ganhos reais dos rentistas estariam acima do bem e do mal.

Interessantemente, a crise americana, que começou em agosto de 2007, pode representar o começo do fim da chamada vingança dos rentistas.

Ben Bernanke disse, há poucos meses, ao anunciar o resgate da gigante dos seguros AIG, que “não existem ateus nas trincheiras ou ideólogos em crises financeiras”. De fato, nenhum liberal ortodoxo, avesso à intervenção estatal, foi encontrado para criticar as medidas do FED e do Tesouro. Fica claro neste momento que frente à profundidade da crise um pacote fiscal considerável maior até do que o que foi recentemente aprovado será necessário para tirar os EUA da recessão.

Poderíamos dizer, em certo sentido, que a frase de Nixon – “agora somos todos keynesianos” – continua válida, já que ninguém questiona a necessidade de intervenção estatal, mas apenas a forma mais adequada da intervenção já que, ainda que timidamente, todos, até os antigos arautos de desregulamentação, do estados mínimos e da privatização, começaram a concordar que os mercados não são autorregulados. A desregulamentação é vista, pela maioria, como a principal causa da *débâcle* de Wall Street, e a necessidade de re-regular passou a ser vista com bons olhos.

O Federal Reserve, embora criado em 1913, teve sua estrutura reformada em 1935, durante o New Deal de Franklin Delano Roosevelt. Foi nesse período que a função de empregador de última instância e a necessidade de coordenar a política monetária e fiscal foram estabelecidos como princípios de boa administração macroeconômica. Em meio à maior crise financeira desde a Grande Depressão as instituições criadas durante o New Deal mostram como, apesar de quase três décadas de revoluções conservadoras, atuam no mesmo espírito com o qual foram desenhadas e até mesmo estendem suas funções, resgatando instituições que não estariam na alçada do Fed.

A importância da recuperação norte-americana para o resto do mundo, e para o Brasil, não pode nem deve ser minimizada. Apesar das repetidas afirmações de economistas do governo e do mercado sobre o descolamento da economia brasileira dos mercados externos ou sobre nossa capacidade de manter taxas de crescimento superiores ao do resto do mundo, em particular o mundo desenvolvido, estamos, como seria de se esperar após anos de li-

beralização, mais integrados à economia global. Ou seja, se a crise americana não for contida e atingir proporções dramáticas, terá efeitos ainda maiores sobre a Ásia e a Europa, não só diretamente, mas restringindo o crédito e a capacidade de importações dessas regiões e tendo um efeito multiplicador que nos atingirá em cheio. Todas as regiões – e não somente os EUA – com as quais comerciamos seriam afetadas, e nossa capacidade de importar ficaria limitada, exigindo uma contenção da demanda doméstica.

Além disso, a crise já está tendo outros efeitos sobre a economia brasileira que poderão até se ampliar. Não é surpreendente que os preços de várias *commodities*, que cresceram significativamente desde 2002, tendo efeitos positivos na balança comercial de vários países periféricos, incluído aí o Brasil, tenham parado de subir e algumas venham a cair de forma significativa. Isto imporá adicionais restrições à capacidade de financiamento dos déficits em conta corrente. A tese do descolamento, portanto, não se sustenta.

O keynesianismo, longe de ser contraditório, ou representar um “novo socialismo”, como sugeriu Nouriel Roubini recentemente (até porque há décadas que os Republicanos são mais keynesianos que os Democratas, que se transformaram no partido da responsabilidade fiscal) é parte da estabilidade institucional dos EUA.

Ao contrário do Brasil, e desde a depressão, as políticas macroeconômicas por lá são anticíclicas. Nesse sentido, a despeito da retórica sobre a necessidade de restabelecer a responsabilidade fiscal após os 8 anos de George W. Bush na Casa Branca, o que se pode esperar nos próximos quatro anos são déficits fiscais crescentes e maior endividamento público. Mesmo com a expansão fiscal, e com taxas de juros moderadas, o desemprego irá aumentar. Há ainda a possibilidade de que a crise se estenda por um período mais longo do que esperado anteriormente e tenha efeitos similares aos da crise que se abateu sobre a economia japonesa na década de 1990, com consequências muito maiores para o resto do mundo.

Enquanto isso no Brasil a crise tem levado a uma redução gradual e lenta das taxas de juros pelo Bacen, e a uma redução tímida da meta de superávit primário (ainda alta), a despeito de já

se notar reações em certos setores do governo, especialmente no Ministério da Fazenda, que pregam uma queda mais acentuada. Apesar disso, é bem possível que a taxa de câmbio se desvalorize, como de fato já tem ocorrido, e que a economia desacelere, apesar de já estar crescendo menos do que a média da América Latina, desempenho que se repete por quase todo o período de expansão na região (2003-2008).

A solução para a crise, que virá e será significativa no Brasil, passa por fazer do Bacen uma instituição que responda aos anseios da sociedade, e que, portanto, seja independente do mercado financeiro e dos interesses dos rentistas, mas não do governo eleito pelo povo. Sem comprimir a Conta de Juros Grande não há solução nem para crise, no curto prazo, nem para a miséria da favela. Sem democracia de verdade, que passa por acabar com a independência do Bacen, não reduziremos nossa imensa dívida social.

À guisa de conclusão

Acreditamos que a crise financeira, lastimavelmente, não servirá para que reavaliemos as políti-

cas dos últimos 6 anos. A notícia de que, em função da queda da receita tributária, pretende-se cortar gastos e reduzir a política de contratação e recuperação salarial que vinha sendo anunciada reforça a tese de que não teremos uma transformação de política na direção e na magnitude que se necessita. Entre o medo de arriscar do governo e a invulnerável fortaleza das elites rentistas acasteladas no Comitê de Política Monetária (Copom), restam poucas esperanças.

É provável, portanto, que a opressão da conta de juro grande sobre a favela se mantenha, e que nosso déficit democrático continue favorecendo os privilegiados que votam no Copom, em lugar dos pobres coitados que o fazem em seus respectivos distritos eleitorais!

VERSUS
ACADÊMICA

www.versus.ufrj.br

Nota

Para uma análise da abertura financeira no Brasil, ver Freitas e Prates (2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Freyre, Gilberto (1933), *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: Record, 1998.

Galbraith, James e Hyunsub Kum (2002), "Inequality and Economic Growth: Data Comparisons and Econometric Tests", UTIP Working Paper N° 21.

Goldin, Claudia e Lawrence Katz (2008), *The Race between Education and Technology*, Cambridge, MA: Belknap Press.

Helleiner, Eric (1994), *States and the Reemergence of Global Finance*, Ithaca: Cornell University Press.

Krugman, Paul (2007), *The Conscience of a Liberal*, New York: Norton.

Pasinetti, Luigi (1997), "The Social Burden of High Interest Rates," em P. Arestis, G. Palma e M. Sawyer (orgs.), *Capital Controversy, Post-Keynesian Economics and History of Economics*, London: Routledge.

Piketty, Thomas e Emmanuel Saez (2003), "Income Inequality in the United States, 1913-1998", *Quarterly Journal of Economics*, 118(1), pp. 1-39.

Prado Júnior, Caio (1942), *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1982.

VERSUS
ACADÊMICA

Crise da finança desregulada*

Luiz Gonzaga Belluzzo**

O mundo da finança viveu uma relativa calma, nas três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Há quem sustente que a escassez de episódios críticos deve ser atribuída, em boa medida, à chamada “repressão financeira”. Esta incluía a prevalência do crédito bancário sobre a emissão de títulos negociáveis (*securities*), a separação entre os bancos comerciais e os demais intermediários financeiros, controles quantitativos do crédito, tetos para as taxas de juros e restrições ao livre movimento de capitais.

O ambiente regulatório de então permitiu que o pêndulo se inclinasse, durante um bom tempo, para a presença importante dos bancos públicos, para o controle e direcionamento do crédito. O propósito da segmentação dos mercados de crédito era impedir o envolvimento dos bancos comerciais no financiamento de posições especulativas nas bolsas e nos mercados imobiliários.

A desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros e cambiais iniciaram-se antes da ruptura do sistema de Bretton Woods e contribuíram para a sua derrocada. Desde meados dos anos 60, começaram a aparecer os primeiros sintomas de desorganização deste arranjo “virtuoso”. No que respeita aos sistemas monetários e financeiros, os fenômenos mais importantes na etapa de dissolução do consenso keynesiano foram, sem dúvida: 1) a subida do patamar inflacionário, tornando insustentáveis os limites impostos às taxas de juros; 2) a criação do Euromercado e das praças

off-shore, estimuladas pelo “excesso” de dólares produzido pelo déficit crescente do balanço de pagamentos dos Estados Unidos e, posteriormente, pela reciclagem dos petrodólares; 3) a substituição das taxas fixas de câmbio por um “regime” de taxas flutuantes, a partir de 1973. Os defensores das taxas flutuantes proclamavam perseguir um duplo objetivo: permitir um realinhamento das paridades e dar maior liberdade às políticas monetárias domésticas.

Já entre o final dos anos 60 e o início dos 70, as tensões entre a regulamentação dos sistemas nacionais e o surgimento de um espaço “desregulamentado” de criação de empréstimos (e depósitos), num ambiente de inflação ascendente, haviam acarretado mudanças nas formas de concorrência bancária, provocando uma onda de inovações financeiras.

A captura dos devedores do Terceiro Mundo é uma das dimensões importantes desta primeira etapa de internacionalização do capital financeiro. Ela se inicia na segunda metade da década dos 60 e se intensifica depois do primeiro choque do petróleo e da introdução do regime de taxas de câmbio flutuantes.

Na década de 70, num ambiente de crescente liberalização dos movimentos de capitais e instabilidade das taxas de câmbio e de juros, os governos dos países centrais deram continuidade às políticas anticíclicas, com sua ênfase na sustentação do crescimento da renda e do emprego e sua “aversão” à deflação de ativos. Esta combinação e a assincronia cíclica das economias centrais levaram a uma maior instabilidade entre as taxas de câmbio e de juros, impulsionando uma segunda onda de inovações, de “desregulamentação”, de expansão dos instrumentos de *hedge* e crescimento dos mer-

* Este texto é uma síntese de outros trabalhos do autor

**Economista e professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

cados de emissão e negociação direta de títulos de dívida.

O declínio do chamado “consenso keynesiano” culminou com o choque monetário provocado pela subida das taxas de juros americanas em outubro de 1979. Importante para a revitalização da finança de mercado foi o papel desempenhado, no início dos anos 80, pela ampliação do endividamento público americano, de maior qualidade, fenômeno crucial para socorrer as carteiras e conter o colapso dos bancos envolvidos com a crise da dívida do Terceiro Mundo. As dívidas públicas dos Estados Unidos e da Europa cresceram rapidamente na década de 80, engordadas pelas taxas de juros elevadas. O crescimento “endógeno” do endividamento público foi acompanhado de uma maior dependência dos governos em relação aos mercados financeiros internacionalizados.

A partir de então, de forma inédita na história da internacionalização capitalista, os Estados Unidos passaram da sua posição de maiores credores à de maiores devedores do mundo — tanto do ponto de vista interno quanto externo. O Estado americano usou o peso de sua dívida para sustentar a supremacia do dólar como moeda central do mercado financeiro mundial e forçou a liberalização dos sistemas financeiros de outros países, sobretudo na Ásia e na América Latina.

Sem a pretensão de ser exaustivo, vou enumerar as tendências que considero as mais importantes: 1) o maior peso da riqueza financeira na riqueza total; 2) o poder crescente dos administradores da massa de ativos mobiliários (fundos mútuos, fundos de pensão, seguros) na definição das formas de utilização da “poupança” e do crédito; 3) a generalização da abertura das contas de capital, dos regimes de taxas flutuantes e do uso de derivativos; 4) as agências de classificação de risco assumem o papel de tribunais, com pretensões de julgar a qualidade das políticas econômicas nacionais.

A finança direta e “securitizada” ganhou maior importância: os bancos comerciais perderam posição, quer na atração de depósitos, quer na participação no total do crédito concedido. As massas de capital líquido das empresas e a poupança das famílias estão cada vez mais concentradas sob o comando de grandes investidores institucionais. São fundos de pensão, fundos mútuos e fundos de

hedge que — operando em vários praças financeiras — usam intensamente a técnica de “alavancar” posições em ativos. Simultaneamente, a desregulamentação financeira rompeu os diques impostos — depois da crise dos anos 30 — à ação dos bancos comerciais que voltaram a operar como supermercados financeiros e passaram a se valer da “securitização” de créditos, o que facilitou o seu envolvimento com o financiamento de posições nos mercados de capitais e em operações “fora do balanço” com derivativos.

Esta nova configuração institucional acirrou a concorrência entre as instituições financeiras na atração da clientela e na aceleração das inovações financeiras. Os gestores de porta-fólios — bancos, fundos mútuos e de pensão — no afã de carrear mais recursos sob o seu controle e na ânsia de bater os concorrentes, procuram exibir as melhores performances. Os administradores mais ousados abrem espaço em suas carteiras para produtos e ativos de maior risco, passando a fazer aplicações nos *hedge funds*.

No âmbito internacional — desde o colapso do sistema de taxas de câmbio fixas no início dos anos 70 — os países centrais caminham na direção de um sistema de taxas flutuantes. Tratava-se, na visão de muitos, de escapar das aporias da “trindade impossível”, ou seja, da convivência entre taxas fixas, mobilidade de capitais e autonomia da política monetária doméstica.

As flutuações cambiais pronunciadas exacerbaram o papel das expectativas de valorização/desvalorização das moedas na avaliação dos diferentes ativos. Para os países de moeda conversível, sobretudo para o gestor da moeda central, a política monetária — encarnada num regime de metas de inflação ou algo similar — tornou-se, de fato, um instrumento eficaz de estabilização do nível geral de preços. Mas ao mesmo tempo em que as taxas de inflação de bens e serviços produzidos retrocediam, ampliavam-se as possibilidades de ocorrência de “bolhas” nos mercados de crédito, suscitando “inflação” de ativos e ampliando o risco de recorrentes crises sistêmicas. Estas últimas costumam se precipitar quando os possuidores de riqueza, surpreendidos por movimentos bruscos e não antecipados de preços, são obrigados à liquidação de posições, em geral excessivamente “ala-

vancadas”, o que aumenta de forma desmesurada os riscos de mercado e de liquidez.

A dominância dos Mercados da Riqueza impôs, assim, o desenvolvimento das inovações financeiras. Estimulou, sobretudo, o aperfeiçoamento das técnicas de proteção contra os riscos de mercado, de crédito e de liquidez, mediante o uso de derivativos. Associados à intensa informatização dos mercados, esses procedimentos permitiram aumentar o volume e acelerar a velocidade das transações. Essas características, combinadas com os mecanismos de alavancagem que envolvem os bancos, explicam o enorme potencial de realimentação dos processos altistas (formação de bolhas), assim como a ampliação das oportunidades de ganhos patrimoniais mediante fusões e aquisições.

Os mercados financeiros contemporâneos apresentam grande inclinação a produzir episódios de euforia e de alavancagem imprudente, o que se contrapõe à sua extrema sensibilidade diante dos riscos de contração súbita da liquidez. Tais episódios de euforia e alavancagem excessiva terminariam em *crashes* espetaculares não fossem as repetidas intervenções de última instância dos bancos centrais mais poderosos.

Em 1998, o *hedge fund* administrado pelos vencedores do prêmio Nobel, Merton e Scholes, entrou na rota da quebra. Os administradores apostaram na convergência entre os preços dos bônus do governo americano e papéis semelhantes de países emergentes. Como o movimento esperado de preços não se verificou, os cientistas fogueteiros, tiveram que botar grana no negócio à medida que os preços se afastavam da direção imaginada pelos jogadores. Para cumprir esta obrigação, os administradores foram forçados a “buscar liquidez”, mediante a venda de ativos, provocando uma queda adicional de seus preços. O Federal Reserve teve que intervir, obrigando os bancos financiadores a sustentar a liquidez dos especuladores, com o propósito de evitar uma crise sistêmica.

As transformações financeiras foram acompanhadas de mudanças na estratégia da concorrência entre as empresas dominantes. Particularmente significativas são implicações sobre a *governança corporativa*, os regimes de previdência, a natureza e a direção do investimento direto estrangeiro e a divisão internacional do trabalho. A dominância

da “criação de valor” na esfera financeira expressa o poder do acionista, agora reforçado pela nova modalidade de remuneração dos administradores, efetivada mediante o exercício de opções de compra das ações da empresa. Esta lógica financeira suscitou, além dos escândalos conhecidos, surtos intensos de demissões, eliminação dos melhores postos de trabalho, enfim, a maníaca obsessão com a de redução de custos. Ao mesmo tempo, a finança contemporânea trata de reduzir a contribuição das empresas nos planos de previdência privada e cuida de estimular os esquemas de capitalização, com contas individuais de contribuição definida, mas de benefícios incertos.

Enron, WorldCom, Adelphia, Tyco, Círio, Xerox, Parmalat e Adecco. A sucessão de escândalos empresariais e financeiros parece não ser fruto de malfetorias isoladas, mas o resultado lógico e sistêmico da abertura e desregulamentação dos mercados de capitais e de crédito. Foi a chamada globalização financeira que impulsionou, conjuntamente, a nova estratégia de internacionalização multimercados e multimoedas da grande empresa produtiva, os circuitos de dinheiro mal-havido no mundo do crime organizado e a espantosa ampliação do papel dos paraísos fiscais na intermediação das transações.

Estas foram, sem dúvida, as condições propiciatórias de comportamentos e práticas financeiras que, ademais de ousadas, se revelaram viciosas. Quem acompanha o noticiário econômico sabe que a malfetoria generalizada não poderia prosperar sem o concurso de alguns protagonistas e suas circunstâncias. Vamos aos principais: 1) a promiscuidade entre empresas de auditoria e seus auditados, 2) a conivência dos bancos de investimento que passam os “micos” de empresas mal avaliadas para os poupadores desinformados e 3) a irresponsabilidade e muito freqüentemente, a incompetência das agências de avaliação de risco.

A experiência da privatização nos países emergentes da América Latina deixou claro que, no auge da bolha dos anos 90, a aquisição de empresas públicas serviu para enfeitar os balanços das matrizes e valorizar as quotas dos fundos, jogando mais combustível na capitalização das bolsas de valores. Os investidores cuidaram de criar *holdings* nos paraísos fiscais e enfeitar seus balanços

com receitas fictícias, ativos supervalorizados ou simplesmente inventados, enquanto escondem os passivos nas subsidiárias da periferia. O contubernio entre agentes poderosos, controladores da riqueza alheia, sobrevive à custa da ignorância dos investidores de menor porte que estão obrigados a “comprar” como boas as informações e avaliações de um grupo de administradores dotados de grande influência sobre a “opinião dos mercados”. Eles podem manter, exacerbar ou inverter tendências. Podem até mesmo inventar “novidades”, manipular preços de ativos e engambelar a clientela.

Os problemas aparecem inevitavelmente quando o risco de inadimplência do devedor não foi bem apurado ou quando os mercados secundários que avaliam diariamente a riqueza mobiliária – títulos de dívida ou direitos de propriedade, como as ações – colocam em dúvida o valor desses ativos amparado no crédito emitido pelos bancos. As perspectivas de perdas e, no limite, da quebra e da falência obrigam os possuidores de riqueza a fazer caixa, vender o que há de melhor e mais líquido no seu porta-fólio. Subitamente os mercados de dívida e de direitos de propriedade, antes eufóricos, tornam-se ilíquidos. A queda dos preços afugenta os eventuais compradores dos ativos, impedindo a mão invisível de cumprir o seu papel.

Na ausência de um socorro tempestivo do Banco Central – o “emprestador de última instância” – a propagação do pânico pode levar à ruptura do sistema de pagamentos e à corrida bancária. Quando se acentua a percepção de que há risco de insolvência dos devedores – como é o caso da massa de créditos subprime – as intervenções do Banco Central podem falhar. Ainda que possa aliviar a crise de pagamentos, o socorro do BC não será eficaz para reverter a subida dos juros no mercado interbancário, evitar a contração do crédito e impedir o aumento dos *spreads* para os clientes de maior risco.

Desde a segunda metade dos anos 90, como já foi dito, os bancos comerciais, pressionados pela concorrência e pela queda dos lucros, decidiram participar mais ativamente brincadeira. Passaram a “securitizar” recebíveis de todos os tipos, em especial os baseados em empréstimos hipotecários, dívidas de cartões de crédito, mensalidades escolares, em suma, todo tipo de *cash flow* com alguma

possibilidade de ser pago pelos devedores finais. Os bancos trataram de “empacotar” os créditos, os bons, os ruins, os péssimos e remover a “mercadoria” dos balanços, mediante a criação de Special Investment Vehicles.

Os SIVs são criaturas dos bancos, incumbidas de distribuir o risco. Não só cumprem a função de liberar capital próprio das instituições para a garantia de novos empréstimos, como servem para manter asseadas as carteiras “originárias”. Tais artimanhas contornam as regras da Basileia que impõem o custo dos requerimentos de capital próprio para a cobertura de riscos. Os SIVs e os demais bancos-sombra, ou seja, instituições que não recebem depósitos, emitiram *commercial papers* para financiar posições em ativos securitizados – os Asset Backed Commercial Papers. Instrumentos de curto prazo emitidos para “carregar” posições em papéis mais longos, os *commercial papers* são especialmente sensíveis às mudanças nas condições de liquidez dos mercados financeiros. Sendo assim, os bancos estavam obrigados, nos momentos de estresse, a prover liquidez para manter suas criaturas à tona. O colapso de preços dos créditos sub-prime detonou os mercados de *commercial papers* e obrigou os bancos a retornar os ativos ilíquidos a seus balanços.

Até ontem celebrados com invenções geniais, os SIVs e demais bancos-sombra são, hoje, a *bête noire* dos investidores assustados. Por isso, o Tesouro dos Estados Unidos e o FED tentaram, ainda em 2008, organizar a formação dos super-SIVs, encarregados de recolher detritos financeiros desvalorizados. Um *pool* de grandes bancos compraria a “gororoba intragável” por um preço acima do valor de mercado. O economista Nouriel Roubine e o consultor John Mauldin suspeitaram que o contribuinte americano estivesse diante de mais uma tapeação engendrada pelos senhores da finança. Perguntam: já engasgados com a gororoba intragável, estariam os bancos e fundos com apetite para engolir mais do mesmo, pagando preços acima dos fixados pelo mercado e agravando seus problemas de rentabilidade e liquidez? A resposta só poderia ser uma: na calada da noite, violando as normas do Federal Reserve, as autoridades monetárias tratariam de prover os recursos para financiar, a custos módicos, os super-SIVs. A ideia, arquivada por um

bom tempo, retornou sob a direção de Barak Obama e Thimoty Geithner, agora sob outra denominação e com amplos subsídios dos contribuintes à banca depauperada.

Nos ciclos econômicos recentes, comandados pela finança “securitizada”, as decisões de gasto das empresas e das famílias estão sujeitas às flutuações nos preços dos ativos. Os mecanismos de transmissão são rápidos, variados e poderosos. A economia americana atingiu o auge de um ciclo expansivo, turbinada pela inflação de ativos.

No ciclo recente, o circuito crédito-riqueza-consumo teve como “fundamento” a valorização dos imóveis residenciais, avançou com a queda de preços da manufaturas produzidas pelos trabalhadores asiáticos e terminou na hiperlavançagem dos novos instrumentos financeiros. “Originados” na concessão de empréstimos hipotecários, os filhotes da criatividade dos mercados eram “carregados” pelos fundos e bancos-sombra, avaliados pelas agências de classificação de riscos e garantidos pelas seguradoras de crédito.

Ao fim e ao cabo, o circuito riqueza-crédito-consumo “criava” poder de compra adicional para as famílias de baixa e média renda, ao mesmo tempo em que as aprisionava no ciclo infernal do endividamento crescente. No topo da pirâmide da distribuição da riqueza e renda, os credores líquidos se apropriavam de frações cada vez mais gordas da valorização dos ativos reais e financeiros.

No mundo comandado pela dinâmica dos mercados da riqueza, os vencedores e perdedores se dividem em duas categorias sociais: os que, ao acumular capital fictício, gozam de “tempo livre” e do “consumo de luxo”; os que se tornam dependentes crônicos da obsessão consumista e do endividamento, permanentemente ameaçados pelo desemprego e, portanto, obrigados a competir desesperadamente pela sobrevivência.

O colapso do preço dos imóveis levou rapidamente a economia à recessão, devido ao caráter cumulativo do processo de ajustamento da riqueza e da renda. As famílias — enclacradas entre a queda do preço dos imóveis e o aumento do serviço da dívida — buscaram desesperadamente reduzir o seu coeficiente de endividamento. No entanto, a tentativa das famílias de, em conjunto, contrair os gastos (isso também vale para as decisões de

gasto corrente e de investimento das empresas) de consumo, vem afetando negativamente a renda e o emprego.

Os consumidores “empobrecidos” buscam recompor a relação desejada riqueza/renda, devendo, para isso, aumentar a poupança corrente. Isto significa que o corte nos gastos de consumo não será modesto, atingindo particularmente os setores que se alimentaram da inflação de ativos e da expansão do crédito, ou seja, os imóveis e os bens duráveis. São exatamente estes setores os que experimentaram maior crescimento relativo na expansão recente.

No caso das empresas, a relação dívida/capital próprio ficou estabilizada no ciclo recente, mas a queda do consumo vai certamente comprimir a rentabilidade, piorando o *rating* e desestimulando os gastos de investimento. Essa deterioração do desempenho das empresas não será bem recebida pelos investidores, o que, provavelmente, vai suscitar ulteriores desvalorizações de suas ações.

A reação do sistema bancário, diante da ampliação dos riscos e da depreciação das garantias contratuais, foi a contração e encarecimento dos empréstimos. Nos ciclos comandados pela expansão imoderada do crédito e pela inflação de ativos, as autoridades monetárias estão sempre colocadas diante da iminência de um *crash* financeiro, o que as obriga a baixar os juros, na tentativa de impedir que o sistema bancário desencadeie *credit crunch*. Diante do agravamento da crise, a política monetária perdeu a parada para as “forças de mercado”: a queda vertiginosa da *policy rate* não conseguiu conter a elevação das taxas de juros no mercado interbancário. Também subiram as taxas para o tomador final, aquelas formadas pelas expectativas dos investidores, contribuindo para piorar as condições em que o crédito é oferecido. Os juros mais elevados na ponta do tomador agravam a deflação de ativos e degradam o valor das garantias oferecidas pelos devedores, comprometendo a própria base de capital dos bancos.

versus
ACADÊMICA

www.versus.ufrj.br

INTERNACIONAL

ENTREVISTA

FERNANDO LUGO

“Este é um país sério

O ex-bispo Fernando Lugo lidera um governo progressista no Paraguai que envolve mudanças internas e novas relações com os países da região, especialmente o Brasil

Luiz Carlos Maranhão*

De Assunção

* A produção da matéria e a tradução foram feitas pelas jornalistas Elisa Monteiro e Ana Cristina C. Machado, respectivamente. Julio Frankel e Ney Sant'Anna, da equipe de audiovisual da Coordenação de Comunicação da UFRJ, filmaram a entrevista para o site www.versus.ufrj.br.



ARQUIVO APC



Paraguai quer receber “um preço justo” pela exportação para o Brasil de seus megawatts excedentes gerados pela hidrelétrica de Itaipu. A reclamação do governo paraguaio foi um dos eixos principais da surpreendente campanha que levou o ex-bispo Fernando Armino Lugo Méndez, de 58 anos, à presidência em agosto do ano passado. Ele é a primeira novidade na política paraguaia em mais de meio século, polarizada historicamente pelos partidos Liberal Radical Autêntico e Colorado – este último de Alfredo Stroessner, que mergulhou o país numa longa ditadura e manteve o Paraguai no isolamento político. Fernando Lugo foi eleito por uma coalisão (Aliança Patriótica para a Mudança), com apoio da base da igreja católica, que tem forte presença no país. Com a receita adicional proveniente da renegociação do Tratado de Itaipu (transformada em bandeira nacional), Lugo quer financiar projetos sociais e investir em obras de infraestrutura num país devastado nesse item.

Voz pausada, barba e cabelos grisalhos emoldurando o rosto sereno, Lugo não disfarça sua origem de pastor. Formou suas preocupações sociais ao aproximar-se da Teologia da Libertação (doutrina que abrigou a esquerda da Igreja Católica) e inclui entre seus amigos brasileiros o ex-frei Leonardo Boff. “Meu governo significa um verdadeiro corte com o passado” diz, com firmeza. “Usávamos na campanha [eleitoral] uma frase muito forte, que era *romper com a ‘rosca’ [camarilha, cambada] mafiosa*. E rompemos com isto, a ‘rosca’ se foi.” Em relação ao futuro, a queda dos preços dos produtos agrícolas com a crise internacional é a grande preocupação. Nesta entrevista concedida à VERSUS na manhã escaldante de verão em Assunção, no histórico Palácio de López, Fernando Lugo traçou as linhas de seu governo e não refugou temas: reforma agrária, brasiguaios, combate ao crime na fronteira com o Brasil, Chávez e companhia, reeleição e, é claro, Itaipu. A seguir os principais trechos.

Versus — O problema mais candente nas relações entre Brasil e Paraguai é a revisão do Tratado de Itaipu, certo? Qual a posição do Paraguai?

Lugo — Sinto que há de parte de muitos cidadãos, diante do novo governo do Paraguai, que assumiu no dia 15 de agosto passado, uma certa curiosidade, uns com dúvidas, outros com mais simpatia. O que é certo é que isto [a coalizão governamental] é uma aliança patriótica para a mudança. E um dos eixos fundamentais da nossa campanha eleitoral foi, justamente, a questão de Itaipu. Isto marca um tipo de relação com o Brasil diferente do passado. O Tratado de Itaipu estabelece que, para haver mudança, é preciso haver acordo de ambas as partes. Se o Brasil não estiver de acordo, o Paraguai não pode forçar uma mudança. Mas há reivindicações porque acreditamos que há injustiça, e é disso que o Paraguai reclama.

Ao mesmo tempo, temos motivo para muita alegria, porque o presidente Lula acolheu nossas reivindicações, abrimos a negociação por meio de um grupo de discussão técnico, outro grupo de discussão político. Temos um conjunto de seis reivindicações sobre o Tratado de Itaipu, mas para nós são fundamentais dois pontos: a garantia de que temos livre disponibilidade sobre 50 por cento da energia produzida pela usina e um preço justo [pelo excedente que vendem ao Brasil]. E preço justo se baseia em critérios técnicos, critérios econômicos, mas também em critérios políticos. Estamos em meio a essas conversações, e o Paraguai joga com as cartas na mesa, abertas, jogamos um jogo limpo, com o objetivo de fortalecer uma relação de equidade e justiça, especialmente no direito a usufruir dos benefícios [lucros] da represa que construímos com o Brasil, uma represa que é binacional.

ARQUIVO APC

ESTILO. Fernando Lugo faz do contato direto com os trabalhadores uma marca política do seu governo. Ao lado, o ex-bispo num recente encontro com Leonardo Boff, o formulador da Teologia da Libertação. A doutrina, da qual o brasileiro é um dos fundadores, inspirou as preocupações sociais do presidente



“HÁ REIVINDICAÇÕES
PORQUE
ACREDITAMOS
QUE HÁ INJUSTIÇA
E É DISSO QUE O
PARAGUAI RECLAMA”

Em relação à Itaipu

O preço do petróleo pode ser uma referência nessa negociação?

O preço do petróleo é tão flutuante que em certos momentos pode ser uma referência importante para o Paraguai e na semana seguinte favorecer a outro país. Por isso, não é uma referência sólida por causa da especulação. Porém, cremos que o preço da energia na região é um referencial fundamental. Nós não podemos desconhecer a realidade (do preço da energia) que há no Chile, na Argentina, no Uruguai, no Brasil e mesmo no Paraguai.

Qual a expectativa de seu governo em relação ao Mercosul?

Em relação ao Mercosul nós, com esta presidência *pro tempore*, queremos abrir diálogos com diferentes setores. Não queremos o Mercosul somente como um organismo para relação entre governos, mas uma relação entre povos, entre países, ou seja, muito além do ingrediente puramente comercial. Tem o campo social, o campo cultural. Há muitos pontos em comum entre os países da região. Neste sentido, teremos que conver-

gir com a Argentina, com o Uruguai e com o Brasil. Devemos aproveitar, sem dúvida, este momento de genuína integração. E a energia é um elemento fundamental nisso. Entendo que este é o melhor momento para fortalecer o sonho dos que criaram o Mercosul.

Qual é o modelo econômico-político que seu governo defende para o Paraguai?

O Paraguai não sofreu muito economicamente nos últimos anos, porque o País é grande exportador de matérias-primas, de soja, de carne, que é muito boa. Não podemos ficar nisso. Os recursos e condições do país, com sua energia elétrica, com suas terras férteis, com as chuvas regulares, com o sol. O Paraguai precisa dar um passo adiante em sua agroindústria, elevando o valor agregado de seus produtos. Como os preços agrícolas serão prejudicados pela crise internacional, temos que nos precaver apostando nas pequenas empresas, que posam garantir emprego à maioria dos cidadãos, particularmente ao povo do campo, e sermos agroexportadores, mas de produtos semi-industrializados. E o desenvolvimento da região do Chaco, pelo qual passa o de-



ARQUIVO APC



BRASIGUAIOS. Em relação à presença de brasileiros nas atividades do agronegócio (ao lado), Lugo quer que eles implantem unidades de beneficiamento para agregar valor aos produtos. Acima, o presidente com representantes dos índios guaranis

envolvimento do Paraguai. Há ainda questões geopolíticas, como soberania, elemento ao qual todos os países da região têm posto uma ênfase especial. Temos que desenvolver relações mais equitativas, mais harmoniosas para devolver dignidade ao povo do Paraguai.

No cômputo das relações comerciais entre os dois países, o Brasil é extremamente superavitário. O seu governo pretende mudar esse quadro, buscar compensações do governo brasileiro?

Na última conversa que tive com o presidente Lula, agora no Fórum Mundial em Belém do Pará (janeiro e fevereiro de 2009), nós justamente falamos sobre isso. Acredito que há uma tremenda disposição do presidente Lula. Mais do que isso: creio que há uma iniciativa no sentido de que mais empresários do Brasil invistam no Paraguai e que o mercado brasileiro seja o receptáculo de mais exportações paraguaias, a um preço melhor, porque o grande dilema hoje em dia do comércio é o transporte. E se temos um mercado tão grande e tão próximo, como o

Brasil, creio que podemos garantir, graças à proximidade, um preço maior pelo menos para os produtos primários, aos quais essa crise mundial mais afeta. Vejo um futuro de esperança nas relações com o Brasil, contando que estejam garantidas a soberania, a dignidade, as leis ambientais, coisas que hoje nenhum país do planeta desconhece.

Que tipo de problema gera para a economia paraguaia e para o povo do Paraguai a forte presença brasileira na atividade de soja e no agronegócio em geral?

Nós dizíamos que queremos agregar valor a nossos produtos, que a soja não seja exportada em grão, mas que seja aqui transformada. Importante seria que esses grandes empresários brasi-

leiros da soja pusessem unidades de beneficiamento, indústrias, aqui o Paraguai.

A proposta de reforma agrária do seu governo se contrapõe de alguma forma à presença no Paraguai desses empresários brasileiros?

Não, de maneira nenhuma. Nossa proposta de reforma agrária se embasa em argumentos jurídicos saudáveis. O fato, mesmo, de não termos um cadastro nacional de propriedades dificulta a presença de proprietários estrangeiros. Muitos deles, incluindo brasileiros, com muito boa vontade, vieram comprar terras no Paraguai e foram enganados. Repassaram a eles terras que já tinham títulos de propriedade anteriores. Mesmo com boa vontade, eles saíram perdendo. Tenho certeza de que com a reforma agrária, da qual estamos dando os primeiros passos, e com o cadastro nacional de propriedades, vamos garantir a legalidade e a equidade na posse da terra. E isso vai facilitar a chegada de novos empresários, porque vamos dar a eles segurança jurídica, a segurança de que este é um país sério. Nisso estamos apostan-

do. A reforma agrária é um processo em etapas. Não se faz da noite para o dia, nem com traumas e violência. Queremos que seja uma reforma agrária planejada e com a participação de diferentes setores sociais interessados nessa reforma.

Qual sua leitura do fenômeno Fernando Lugo? Seu governo pode ser definido com um governo de esquerda? Que tipo de resistência o senhor tem enfrentado neste processo de mudanças?

Nos governos anteriores havia uma situação ditada por um único partido. Na saúde, na educação, as relações eram totalmente partidárias. Isso também acontecia em relação às outras instituições. Hoje estamos colocando essas instituições a serviço de todos os paraguaios. Meu governo significa um verdadeiro corte com o passado. E, do ponto de vista do país, a tentativa do Paraguai de se colocar à altura dos governos da região e deixar de ser essa ilha. Este governo é um governo pluralista, que não persegue ninguém. Enfrentamos em primeiro lugar dificuldades estruturais. Temos dificuldades jurídicas, e, temos que reconhecer, dificuldades com grupos humanos. Sobre as estruturais, usávamos na campanha uma frase muito forte, que era “romper com a ‘rosca’ [camarilha, cambada] mafiosa”. E rompemos com isto, a ‘rosca’ se foi. Mas, ao mesmo tempo, temos dificuldades institucionais muito grandes, é muito difícil mudar as instituições. E também temos as dificuldades pessoais.

As dificuldades têm sido maiores do que o senhor imaginava?

Muitos me criticam porque eu não seria preparado, não seria político, não teria experiência na administração do Estado. A essas acusações podemos responder, como costumamos dizer na Teologia: sim e não. É verdade porque não venho, não vimos todos da prática dos partidos políticos tradicionais. Vimos dos grupos sociais, das comunidades eclesiais de base, da Teologia da Libertação, nos quais a horizontalidade é mais forte que a verticalidade. Não temos a suposta experiência da verticalidade, de alinhar todos numa só voz a partir do que manda o Executivo. Nós credi-

tamos numa democracia muito mais participativa e horizontal. Por isso talvez o processo seja muito mais lento. E eu creio que o que o povo espera não é um alinhamento a uma só voz, mas a múltiplas vozes, múltiplas cores, num processo muito mais diverso, muito mais lento, mas muito mais participativo e original, por tudo isso muito mais democrático.

O senhor acha que no Paraguai existe movimento social consistente para sustentar um processo de democracia mais amplo como o senhor está sugerindo.

Eu digo que sim. Sempre houve movimentos sociais no Paraguai, porém foram descaracterizados com o tempo. A experiência das ligas agrárias, dos sindicatos, dos movimentos de camponeses, dos grupos indígenas, das mulheres e dos jovens organizados é grande neste país. O que falta é uma maior articulação para dar-lhes sustentação, o que está mudando.

DEMOCRACIA NO CONTINENTE.

**Lugo recebe
em Assunção
o presidente
do Equador,
Raphael Correa.
O presidente
paraguaio confessa
sua sintonia com
a atmosfera de
mudança que
envolve países
como Bolívia,
Venezuela e
Equador**



O senhor esteve recentemente no Fórum Mundial Social em Belém e teve uma participação visível ao lado dos presidentes do Equador, da Venezuela e da Bolívia. É possível estabelecer um paralelo do seu governo com estes governos de mudança que se estabeleceram no continente?

Muito tenho pensado sobre este tema. Creio que o processo (político e econômico) na Bolívia, por exemplo, tem ingredientes importantes. Em relação a isso (os governos) acredito que indica, sobretudo, que o modelo neoliberal excludente se esgotou. Há um ator político que não podemos desconhecer, que são os movimentos. Esses ingredientes nos aproximam desses países. Os partidos políticos reacionários estão sentindo uma profunda crise. Crise de participação, credibilidade, e suas propostas fracassaram. Por isso, creio que um dos elementos importantes dessa nova realidade é a realização de

governos participativos, democráticos, progressistas. As grandes reivindicações que foram esquecidas vão ser respondidas dentro desse processo de participação.

Chávez, Correa e Evo Morales têm recorrido, com frequência, a referendos para legitimar mudanças no ambiente de uma nova ordem surgida a partir da ascensão dessas lideranças ao poder. O senhor pretende, em algum momento, recorrer a referendos aqui no Paraguai para discutir alterações na Constituição.

Os líderes dos partidos políticos tradicionais temem muito isto. Eles têm um certo medo, um certo temor. Mas nós acreditamos na institucionalidade, em uma democracia representativa e, ao mesmo tempo, participativa. Só não queremos que esse caminho dependa só de uma pessoa. Temos que democratizar o processo, em primeiro lugar.

ARQUIVO APC







A usina da discórdia

Itaipu é alimentada pelo rio Paraná, que serve de fronteira entre Brasil e Paraguai. É uma das usinas hidrelétricas com maior poder energético do mundo. Os dois países estão discutindo há meses uma saída para a reivindicação do Paraguai. Atualmente, o Paraguai consome apenas 8% da energia total gerada por Itaipu. A exportação de seus excedentes, 46 milhões de megawatts/hora, lhe rende apenas US\$ 400 milhões ao ano. Mas se pudesse vender essa energia ao preço de US\$ 80 por megawatt/hora, fixado para o mercado atacadista brasileiro pela agência reguladora nacional, o total anual subiria para US\$ 3,5 bilhões, segundo argumenta o governo paraguaio. O Tratado de Itaipu (que estabeleceu as regras que vigem até hoje) foi assinado em 1973 pelos ditadores Alfredo Stroessner e Garrastazu Médici. (VERSUS com IPS/Envolverde e Carta Maior)

Por outro lado, ainda estamos com as feridas abertas. A ditadura paraguaia está muito fresca na memória e temos que pensar em nunca mais repetir essa situação. Muito pelo contrário. A nova realidade é processo que vai se realizar não centrada na presença de uma só pessoa. Trata-se de um processo coletivo. Fernando Lugo é um líder, alguém que crê na participação dos outros, num processo diferenciado.

O senhor está dizendo que não pensa, em nenhum momento, na possibilidade de tentar a reeleição?

Eu penso, em primeiro lugar, garantir a continuidade do processo. Isso é mais importante do que pensar na minha continuidade através de uma reeleição.

Um assunto polêmico: existe base militar americana no Paraguai, como o governo boliviano chegou a suspeitar?

Absolutamente não. Essa afirmação não se sustenta. Entendendo uma base militar como força que pode operar rapidamente interferindo em outros países, isso não existe. O que existe é um acordo, um convênio para a formação e treinamento entre o exército paraguaio e alguns oficiais norte-americanos. Esse acordo foi feito há alguns anos e começou a ser usado recen-

temente. Porém, base militar com autonomia, com liberdade e capacidade de atuar em outros países, não.

Na agenda com o Brasil, há os problemas relacionados com a atuação do crime organizado (tráfico de drogas e armas) na fronteira entre os dois países. Como o seu governo trata o assunto? Há plano conjunto de combate ao crime?

Mais do que um projeto. E digo mais: neste momento já se está trabalhando conjuntamente. Creio que na fronteira há muitos que cometem atos ilícitos no Paraguai e é fácil passar para o outro lado. O mesmo acontece no Brasil, e é fácil passar para o Paraguai. Hoje temos que planejar uma engenharia de controle de segurança para que esses fatos não aconteçam nem no Brasil nem no Paraguai. Temos que agilizar os processos de extradição entre Paraguai e Brasil para que eles sejam mais rápidos. A imigração está trabalhando neste sentido. A nossa Secretaria Nacional Antidrogas está trabalhando com muita eficácia junto à fronteira.

VERSUS
online

Vídeo na internet

www.versus.ufrj.br



Paraguai: os números da economia

inflação de 2008 **7,5%**

previsão para 2009 **6,5%**

crescimento em 2008 **5,8%**

previsão para 2009 **2%**

balança comercial com o Brasil
saldo em 2008, déficit para Paraguai

\$ -1.642.423

PIB do Paraguai em 2007
dólares correntes

12.260.045.000

Versões para uma guerra

Carlos Nogueira*



ACERVO BIBLIOTECA NACIONAL

Entre os governos de José Francia (1811-1840) — tão bem traduzido pelo escritor paraguaio Augusto Roa Bastos em *El Supremo* — e o de Carlos López (1840-1862), estava erradicado o analfabetismo no Paraguai e a produção de alimentos aumentou em decorrência da reforma agrária que possibilitou aos camponeses produzirem com o apoio de insumos e de infraestrutura.

A principal questão para Solano López, que chegara ao poder em 1862, além da manutenção das mudanças promovidas por seus antecessores, era a falta de saídas marítimas para o escoamento da produção

industrial paraguaia, que precisava atravessar a Bacia do Prata, que cortava terras do Brasil, Uruguai e Argentina.

Alguns historiadores consideram o projeto de expansão territorial de Solano López, visando a saídas para o mar, que incluía a expansão do exército e a produção de armamentos, a principal motivação para a deflagração da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Outra corrente historiográfica, no entanto, atribui o início da guerra aos interesses econômicos da Inglaterra, que a financiou através da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) objetivando a destruição do Paraguai, que despontava como concorrente comercial autônomo e poderia servir de modelo na região. Os versos de Raquel Naveira sintetizam essa visão.**

Ao final da guerra, com a derrota do bravo exército paraguaio, que resistiu o quanto pôde, o saldo foi catastrófico. Com aproximadamente 80% de sua população jovem e adulta dizimada, o Paraguai inicia um longo período de recessão e empobrecimento sem precedentes. No Brasil, além das narrativas ufanistas das batalhas e seus heróis, a herança da Guerra do Paraguai foi uma enorme dívida do governo imperial com a Inglaterra e a vocação golpista de nossas forças armadas.

*Pesquisador e autor do livro *Samba, Cuíca e São Carlos*.

**“Quem é esse esquilo
Que incomoda a sua cauda?
Essa república insubmissa
Fora do controle de suas unhas?
É o Paraguai,
(...)
Ruge o Leão Britânico,
Seu peito sangra libras esterlinas,
Há que esmagar o Paraguai
Com intrigas e chacinas,
Há que se jogar irmão contra irmão
Na América Latina.”

Sugestão para leitura

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NAVEIRA, Raquel. *Guerra entre irmãos: poemas inspirados na Guerra do Paraguai*. Gráfica Ruy Barbosa – Campo Grande – MS, 1993.

TAUNAY, Alfredo d’Escrangnolle Taunay. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

Oriente Médio

Berço das três religiões monoteístas, a região é estratégica e alvo de disputas desde a Antiguidade

Ainda no ambiente das feridas abertas pela recente ofensiva militar israelense sobre Gaza, Dina Lida Kinoshita e Esther Kuperman abrem o debate sobre as raízes históricas do conflito entre israelenses e palestinos que são dissecadas num artigo corajoso e instigante. Dina é membro da cátedra da Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância junto ao Instituto de Estudos Avançados da USP. Esther integra a Coordenação dos Amigos Brasileiros do Paz Agora – grupo de pacifistas que atua no âmbito internacional e que defende o entendimento entre israelenses e palestinos. As autoras mergulham no tempo e oferecem ao leitor de VERSUS novos ângulos sobre o drama no Oriente Médio.

Esse é o primeiro de uma série de artigos que a revista irá publicar sobre a disputa sangrenta que envolve interesses econômicos, políticos e o fundamentalismo religioso. Autor do livro *Oriente Médio, uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver*, o professor Márcio Scalécio, da PUC-Rio, será o próximo articulista a escrever sobre o assunto.



Com olhos em Gaza*

Dina Lida Kinoshita **

Esther Kuperman ***

*Do rio que tudo arrasta se
diz que é violento
Mas ninguém diz violentas as
margens que o comprimem*

Bertolt Brecht

A questão do Oriente Médio costuma ser reduzida ao conflito entre palestinos e israelenses, no qual todos os árabes apoiam, pelo menos na retórica, os primeiros, e os países desenvolvidos do Ocidente – especialmente os EUA – dão sustentação a Israel. Este modelo binário de interpretação, no qual eram delineados apenas dois lados, é ainda uma herança do maniqueísmo que caracterizava muitas das análises políticas durante o período da Guerra Fria. Mas o Oriente Médio é exemplo

típico do que não pode ser tratado num esquema binário, mas no plano da complexidade. Ao construir uma nova imagem da natureza e da sociedade, o universo, antes concebido como um engenho mecânico, passa a ser interpretado como um organismo vivo, cujo comportamento não pode ser previsto, mas ao mesmo tempo, e por isso mesmo, é mais aberto e criador. Abordando a questão desta maneira, poderemos encontrar outras facetas no Oriente Médio, onde vários conflitos afloram, não só o palestino-israelense.

O Oriente Médio, berço das três religiões monoteístas, é região estratégica e alvo de disputas desde a Antiguidade. Ao longo da história, vários povos vêm convivendo na região e grandes impérios tentam controlá-la. Babilônios, gregos, romanos, otomanos, franceses, ingleses e a partir da segunda metade do século XX, americanos e soviéticos. Um dos povos que habitaram a região na antiguidade, os hebreus, foram dominados após a

*Utilizando como referência o título do livro de Aldous Huxley, *Sem olhos em Gaza*, que trata da incapacidade humana de enxergar, contrariamos o autor, mostrando que é possível ver a paz nos arredores de Gaza.

**Dina Lida Kinoshita é doutora em Física, professora da USP, membro do Conselho da Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância junto ao Instituto de Estudos Avançados desta Universidade. Membro da Coordenação dos Amigos Brasileiros do Paz Agora.

***Esther Kuperman é historiadora. Doutora em Ciências Sociais, é membro da Coordenação dos Amigos Brasileiros do Paz Agora – grupo de pacifistas que defende o entendimento entre israelenses e palestino e que atua em âmbito internacional.

derrota pelas tropas romanas, na batalha de Beit-Horon, travada no ano de 66 d.C. A vitória romana, baseada no emprego de táticas de guerrilha, teve como consequência o cerco de Jerusalém e a destruição do Templo, resultando na Diáspora judaica (SANTOS, 2007:2). Expulsos da antiga Palestina em 135 d.C., após a queda do II Templo construído pelo Rei Salomão, em Jerusalém, os judeus passaram a viver espalhados por todos os recantos do mundo. Do Templo de Jerusalém, destruído pelo comandante Cesto Galvus (JOSEFO, 2007:1238), a única parede que restou de pé foi a denominada de Muro das Lamentações.

Durante todo o tempo da Diáspora, as perseguições aos judeus ocorriam em todas as regiões onde estes haviam organizado comunidades. Considerados estranhos ou estrangeiros, especialmente pela insistência em preservar suas tradições e hábitos, em detrimento das culturas vizinhas, os judeus referiam-se a Israel e a Jerusalém como a terra mítica, de onde haviam saído e para a qual voltariam algum dia.

Na Era Moderna dois processos marcaram a história e o imaginário judaicos, como ícones da intolerância: a Inquisição e a expulsão da Península Ibérica em 1492. Decorrente destas duas situações foi a migração judaica para a América, em particular para o Brasil, para onde veio enorme contingente de cristãos-novos ou “marranos”. Outras levas migratórias de judeus também saíram da Península Ibérica em direção à Holanda e para as comunidades judaicas já existentes na França, além da Europa Central e do Leste.

Durante o século XIX, com a difusão das ideias liberais e nacionais, surgiram inúmeras articulações que apontavam para a

proposta da criação de um Estado Judeu. A primeira delas ocorreu na Alemanha, em 1862, a partir do livro *Roma e Jerusalém*, de Moses Hess, seguida da publicação, em 1881, da *Auto Emancipação*, de Judah Loeb Pinsker. O aumento dos pogroms¹, especialmente na Europa Oriental, fez crescer as organizações nacionalistas judaicas, consequência do sentimento de que era preciso encontrar uma saída para as perseguições que aumentavam em número e exacerbavam a violência. É deste período (final do século XIX) a fundação do *Hibbat Tzion*² e a emigração do primeiro grupo organizado de judeus rumo ao Oriente Médio. Outro fator determinante para o surgimento das propostas de autodeterminação judaica foi o crescimento do antissemitismo, fruto do desenvolvimento das teorias racistas na Europa do século XIX, e da noção, disseminada pela Igreja Católica³, de que os judeus eram “culpados pela morte de Cristo”.

No final do século XIX, os judeus da Europa Ocidental ainda buscavam integração nas sociedades em que viviam, desinteressados por qualquer projeto que apontasse para a realização de um projeto nacional judaico. Neste período ocorreu, na França, o caso Dreyfus. Decorrente deste episódio, ocorrido em pleno contexto da Guerra Franco-Prussiana, a desconfiança quanto à lealdade dos judeus que habitavam a Alsácia-Lorena por parte dos franceses mobilizou as comunidades judaicas da Europa no sentido de produzir um projeto nacional, sucedido, também, pela primeira migração dos judeus ashkenazitas⁴ para o Brasil.

O caso Dreyfus também mobilizou o jornalista húngaro Theodor Hertzl, levando-o a propor outra forma de superação para a questão judaica. Em 1896, com a publica-

ção de sua obra mais conhecida, o livro intitulado *O Estado Judeu*, Hertzl defendia a necessidade premente da criação de um Lar Nacional Judaico, que pudesse servir de refúgio para os judeus de todo o mundo. Seguindo a mesma linha, Hertzl publicou também, em 1902, uma novela – *A velha-nova terra* – na qual antecipava algumas características deste país e suas contribuições para a humanidade.

Com a publicação de *O Estado Judeu*, Hertzl passou à organização dos Congressos Sionistas, visando aglutinar simpatizantes para a causa. O primeiro realizado em 1897, na Suíça, desencadeou negociações com vários chefes de Estado, para o estabelecimento de um Estado Judeu na Palestina, na África ou na Argentina (BOTELHO, 2007:7).

A ideia de assentar judeus em Uganda, na África, não foi bem recebida pelas comunidades judaicas europeias. A proposta de permitir a construção de um Estado judeu em seu território não entusiasmou o governo argentino. Mas a ideia do retorno à Palestina entusiasmava muitos judeus europeus. Hertzl insistiu, então, nas negociações com o sultão otomano, visando ao estabelecimento de judeus naquela área. Mas estas articulações não foram bem-sucedidas, fazendo com que a migração de judeus para a região continuasse ocorrendo de maneira ilegal. Durante este período, a continuação dos pogroms levou os judeus russos a buscar abrigo em outros continentes. As maiores levas migratórias desta fase tinham como destino os EUA, mas uma pequena parte foi para a Palestina.

O sionismo não era a única corrente política que crescia entre as comunidades judaicas da Europa. Havia também o Bund, nome derivado do termo alemão Bund, que

significava federação ou sindicato. Era o Partido dos Trabalhadores Judeus da Lituânia, Polônia e Rússia, ou em idish *Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poyln un Rusland*. Esta Federação dos Trabalhadores Judeus era um partido político que operava entre 1890 e 1939 em vários países da Europa e foi um dos grupos fundadores do Partido Operário Social-Democrata da Rússia.

Tanto o movimento sionista quanto o movimento bundista foram filhos legítimos do Iluminismo e da Revolução Francesa. O primeiro, contemporâneo dos nacionalismos europeus do século XIX, pode ser caracterizado como uma manifestação tardia da aspiração pela cidadania em sua versão liberal, na tradição girondina, em que prevaleciam os direitos de primeira geração, ou direitos civis, a questão democrática e a questão do Estado-Nação. O segundo, na tradição jacobina, em sua versão marxista, privilegiava os direitos de segunda geração, isto é, os direitos sociais, conquistados e definidos através das lutas dos trabalhadores desde o século XIX.

É muito difícil acomodar numa lógica binária que perdurou durante toda a Era dos Extremos — como Eric Hobsbawm define o breve século XX — a noção de que o sionismo nunca foi um ideário monolítico. Desde sua fundação, por Hertzl, surgiram várias tendências, com diferentes concepções sobre o Estado judeu, que se expressam, ainda hoje, através de diferentes práticas políticas, desembocando nos partidos políticos israelenses. A primeira concepção do sionismo advogava a criação de um Estado Judeu a partir da iniciativa da comunidade internacional. Para esta corrente, liderada por Hertzl, as nações hegemônicas — Inglaterra, Alemanha e Império

Otomano — iriam capitanear o empreendimento, que seria, portanto, fruto de uma grande articulação de caráter mundial.

A corrente dos sionistas marxistas, liderada por Ber Borokhov⁵ e por Nahman Syrkin⁶, entendia que a existência de um Estado judeu só poderia ser resultante da luta de classes. Syrkin nunca aceitou a idéia de uma aliança com a burguesia judaica da Europa, pois considerava que o Estado judeu somente poderia existir a partir do genuíno movimento de massa (LAQUEUR, 2003:272). Para Borokhov e Syrkin, cabia aos judeus pertencentes à classe trabalhadora o retorno à Palestina para edificar o socialismo através da consolidação de um operariado nas cidades e de um campesinato nos kibutzim. Para os sionistas marxistas a convivência com os demais habitantes da região — os palestinos — seria pacífica e fraterna, uma vez que seriam todos incorporados ao novo Estado. O Estado judeu idealizado por Borokhov e Syrkin congregaria, em condições de igualdade, todas as etnias e grupos culturais existentes na Palestina. Deste projeto emanou a proposta de criação de um Estado binacional, defendida pelo partido Mapam, no início da história do Estado de Israel.

Outra corrente do sionismo, liderada por Jabotinsky⁷, mais conhecida como Sionismo Revisionista, possuía concepções a respeito do nacionalismo judaico muito próximas do fascismo, na medida em que apontava para a criação de um país essencialmente judaico. Seu principal objetivo consistia em tomar as terras situadas nas duas margens do rio Jordão para construir o Estado judeu, contando com a ajuda da Grã Bretanha (que possuía mandato sobre as terras da Palestina).

Entre as principais correntes do pensamento sionista há uma

gradação de tons e semitons que o Holocausto e a Guerra Fria acabaram alinhando, como se o sistema fosse um ferromagneto, um alinhamento de ímãs numa direção privilegiada, de forma artificial. O resultado tem sido o entendimento do sionismo apenas da maneira como é concebido por Jabotinsky e seus seguidores, e a consequente perda da compreensão de um projeto de afirmação da identidade nacional judaica pertencente ao campo socialista.

Enquanto os judeus que viviam na Europa Ocidental adquiriram sua cidadania depois da Revolução Francesa, no contexto da consolidação dos Estados nacional-liberais, as grandes massas judaicas que viviam na Europa Oriental continuavam sob a autoridade da aristocracia feudal. A maioria destes judeus vivia na Palestina — região onde era autorizada a moradia de judeus no Império Czarista — em pequenas aglomerações urbanas, denominadas de “shtetl” e rodeadas por populações hostis. Para o Império, os judeus constituíam perfeito bode expiatório: apontados como os responsáveis pelos problemas econômicos e étnicos que grassavam no país, eram vítimas dos ataques constantes do exército e da população civil que invadiam suas aldeias, destruindo, saqueando e massacrando os habitantes. Eram os chamados pogroms.

Os judeus que habitavam a Europa Oriental no século XIX pertenciam às camadas miseráveis de pequenos artesãos: alfaiates, marceneiros, padeiros, sapateiros e pequenos comerciantes. Com exceção de Kharkov, São Petersburgo, Moscou, Vilna, Varsóvia, Lodz e Bialystok, o padrão de trabalho ainda era artesanal, embora na última década tenha havido uma multiplicação do número de

operários fabris, fruto do grande desenvolvimento capitalista na Rússia. Neste contexto cresciam as lutas sociais que levavam à ampliação das medidas repressivas. Assim, no limiar do século XX, os cárceres encontravam-se repletos, pois ali se encontravam milhares de revolucionários, ansiosos por liquidar o despotismo reinante. Os judeus, como parte integrante dos trabalhadores urbanos, estavam envolvidos neste movimento (GROL, 1976:418).

Enquanto os judeus da Europa Ocidental desfrutavam da cidadania e adquiriram a cultura, os hábitos e a língua do país em que se encontravam, manifestando seu judaísmo apenas através de sua fé, aqueles que viviam no Império Czarista eram mantidos como cidadãos de segunda classe, tendo seus direitos civis, políticos e econômicos restritos, não lhes sendo permitido possuírem terras, exercer determinadas profissões, movimentar-se por todo o território do império, ou habitar certas cidades ou regiões. Também não podiam ter acesso à educação, pois ao longo do tempo vigia ora o “*numerus clausus*” ora o “*numerus nulus*” quanto à matrícula escolar⁸. Decorrente disto foram organizadas escolas nas comunidades judaicas. Laicas ou religiosas, ministravam o ensino em hebraico e iídiche⁹. Muitos membros destas comunidades, por terem sido educados apenas nestas escolas, não sabiam sequer falar a língua da região em que viviam. Tais circunstâncias originaram uma cultura específica, comportamentos e hábitos típicos dos judeus pertencentes às comunidades judaicas que viviam no império czarista. Num contexto de pouca ou nenhuma educação formal, muitos destes trabalhadores vinculavam-se aos círculos socialistas.

Segundo Deutcher, em 1903, durante o Segundo Congresso do Partido Social Democrata, o Bund exigiu o direito de ser o único representante das massas judaicas e de ter um comitê central próprio, além de garantir uma política cultural independente, o que significava manter as escolas judaicas e o ensino da língua iídiche. Os participantes do Congresso decidiram não permitir esta autonomia, uma vez que este precedente faria do Partido uma federação de várias agremiações. Mas como o Congresso foi organizado logo após o *pogrom* de Kishinev — famoso pela sua violência, pelos estragos e vítimas entre os judeus daquela região — decidiram que os membros judeus do partido, Trotsky e Martov, seriam oficialmente encarregados de contestar o Bund (DEUTCHER, 1968:85).

Naquela ocasião, Trotsky, partidário da solução socialista para as questões nacionais, inclusive para os judeus, concordou com a proposição de que fosse concedida aos judeus apenas a possibilidade de terem escolas em língua iídiche. Para Trotsky, naquele momento, a questão judaica não seria solucionada com a criação de um Estado judeu, mas “numa reformulação coerentemente internacionalista da sociedade”. Mas a posição de Trotsky sobre o sionismo mudou após o nazismo. Em entrevista concedida em 1937, ele afirmou que “depois da experiência do nazismo era difícil acreditar na assimilação dos judeus por ele esperada”. Assim, para ele, o sionismo não resolveria o problema, mas, mesmo numa sociedade socialista, talvez fosse necessário aos judeus instalarem-se num território separado (DEUTCHER, 1968:88).

Ao final da Primeira Guerra Mundial, após a Revolução Bol-

chevique, constituíram-se diversos novos Estados, originados do colapso dos antigos impérios czarista, austro-húngaro e otomano, como Polônia, Lituânia, Hungria, Romênia, Checoslováquia etc. Com exceção dessa última, a estrutura de poder nestes países era profundamente conservadora, e estas novas organizações políticas passaram a funcionar como uma espécie de “cordão sanitário” para que “a praga bolchevique não se alastrasse”, persistindo também as políticas de perseguição às minorias étnicas, em especial os judeus. Em virtude destes fatores, o número de judeus que migravam para a Palestina desde o início do século experimentou um crescimento substancial. Influenciados pelas ideias socialistas, em sua maioria, estes passaram a organizar as primeiras fazendas coletivas, denominadas *kibutzim*¹⁰. Nelas, passaram a colocar em prática as propostas de vivência igualitária e de retorno à terra, tornando-as a experiência pioneira e mais duradoura de relações sociais baseadas no trabalho, na educação e, especialmente, na igualdade de direitos.

A saída da Rússia da Primeira Guerra, com a paz de Brest-Litovsk, alterou a correlação de forças no continente europeu, criando ameaças para os aliados. Encerrada a Primeira Guerra Mundial e com o fim do Império Otomano, a Palestina passou para o domínio inglês. Segundo Dubnov, a Grã-Bretanha, visando angariar o apoio das populações judaicas da Europa, assinou a Declaração Balfour (DUBNOV, 1953:174). Através deste documento, Lord Balfour, Ministro das Relações Exteriores inglês, admitia que

(...) o governo de Sua Majestade vê com simpatia a criação na Palestina de um lar

nacional para o povo judeu e fará os maiores esforços para facilitar o alcance desse fim (DUBNOV, 1953:174).

Apesar do apoio à presença de judeus expresso na Declaração Balfour, a Grã-Bretanha não seguiu tais orientações à risca, criando restrições à entrada de imigrantes de origem judaica na Palestina. Durante toda a Segunda Guerra Mundial, muitos navios carregados de refugiados foram impedidos de aportar na região. Muitos eram bombardeados ou forçados a retornar à Europa pelos ingleses, o que significava cair em mãos dos nazistas. Ainda no pós-Segunda Guerra, os ingleses não permitiam aos sobreviventes entrarem na Palestina. Até a criação do Estado de Israel, a imigração judaica para a Palestina era considerada ilegal, sendo fortemente combatida pelos ingleses. Mesmo assim, a região tornou-se polo de reunião dos judeus que buscavam no Oriente Médio um espaço para construir um novo lar. Os *chalutzim*¹¹ chegavam da Europa para trabalhar nas colônias agrícolas que prosperavam, e nas novas fábricas que surgiam, fruto dos investimentos dos empresários judeus europeus que também abraçaram o projeto nacional. Assim, ao final da Primeira Guerra Mundial, estimava-se que a Palestina já contava com cerca de 600.000 judeus (LAQUEUR, 2003:75).

O período entre as duas guerras mundiais foi marcado pelo crescimento do sentimento e das ações antisemitas na Europa. A violência e o alcance dos pogroms do final da década de 1910 e dos anos vinte era cada vez maior. Apesar da atuação de Pilsudsky¹², tentando atenuar as perseguições às minorias, a Polônia — que abrigava o maior contingente de judeus na

Europa — recusava-se a respeitar seus direitos. Na Romênia, judeus foram declarados oficialmente “estrangeiros”, passando a ocorrer o que Dubnov denominou de “pogrom frio”, ou seja, “a exclusão dos judeus das posições econômicas, profissões liberais, centros de ensino e da vida política em geral” (DUBNOV, 1953:480). A Hungria, terceiro país em população judaica no continente, também iniciou um movimento antijudaico, sob o pretexto de que Bela Kun, que esteve à frente do governo comunista instaurado no país em 1919, tinha origem judaica. Na Lituânia, Letônia e Estônia, em virtude das pressões da Alemanha e da Polônia, a autonomia cultural dos judeus foi eliminada¹³.

A proposta de criação de um Estado judeu nem sempre foi majoritária entre os judeus da Europa. Na URSS, após a revolução de 1917, com a linha soviética para as nacionalidades, os judeus adquiriram garantias de seus direitos, e o antisemitismo foi considerado fora da lei. Assim, parcelas significativas da juventude judaica que eram socialistas ou comunistas inclinavam-se para a participação no novo tipo de sociedade que estava sendo construída na URSS. Embora muitos pretendessem preservar sua cultura e tradição, todos estes jovens viam no socialismo, uma sociedade igualitária, um caminho para a aquisição da cidadania. Eles entendiam que a questão judaica não poderia ser resolvida de forma particular, uma vez que fazia parte da solução dos problemas universais. Até o início da Segunda Guerra Mundial esta era a proposta de solução para a questão judaica advogada pelos marxistas do Bund e pelos comunistas e estas ideias tinham grande penetração em amplos setores das comunidades judaicas em todo o mundo.

Com as mudanças econômicas resultantes da revolução bolchevique, os judeus soviéticos precisaram se readaptar, muitas vezes mudando para outras regiões, em busca de trabalho. Durante o governo de Stalin, a proposta da criação de um território autônomo judeu — em Biro-Bidjan, extremo oriente do território da URSS — atraiu milhares de judeus soviéticos. A área, situada na fronteira com a China e o mar do Japão, era estratégica para a URSS. Garantir a ocupação daquele território foi o principal motivo para que Stalin incentivasse a migração judaica. Mas logo os judeus que chegavam a Biro-Bidjan tomaram consciência de que lhes faltava autonomia política e econômica, jamais concedida por Stalin. O sonho de uma Palestina Siberiana não durou muito. Alguns milhares de judeus foram para lá, mas a maioria voltou para seus lugares de origem em alguns meses (LAQUEUR, 2003:427).

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, na maioria dos países europeus a situação dos judeus deteriorava-se rapidamente, especialmente em virtude da ascensão dos regimes fascistas. Em 1935, na reunião do Partido Nazista Alemão, foram adotadas as leis de Nuremberg¹⁴, institucionalizando o antisemitismo. Com o início da Segunda Guerra, a expansão da Alemanha e a consolidação do projeto nazista, milhões de judeus foram assassinados pela morte lenta nos guetos e nos campos de trabalho ou pela eliminação sumária e metódica nos campos de extermínio. Na verdade, o Holocausto já se anunciava através das condições em que as sociedades europeias se encontravam, especialmente na Alemanha, como analisa Bauman:

Relembremos também a conclusão a que chegou Raul Hilberg

no final do seu magistral e insuperado estudo sobre a consumação do Holocausto: “A máquina de destruição não era, pois, estruturalmente diferente da sociedade alemã organizada como um todo. A máquina de destruição era a comunidade organizada num de seus papéis especiais” (BAUMAN, 1998:27).

A partir dos anos 30, por razões econômicas e em virtude da ascensão do nazi-fascismo, chegavam à Palestina grandes contingentes de imigrantes, da Alemanha e do Leste Europeu, que engrossaram as levas de imigrantes antes originárias, em grande parte, da Rússia e da Polônia. Passavam a viver nas cidades e também nos kibutzim. Nesta fase, suas relações com as populações árabes residentes na região eram amistosas. Neste período, a maioria dos judeus que viviam na região era de tendência socialista, daí o crescimento dos kibutzim e a convivência pacífica com os árabes da região, uma vez que a esquerda judaica advogava a criação de um Estado Binacional. No entanto, aumentava a presença dos sionistas de direita (os chamados revisionistas) que não admitiam nenhuma proposta de coabitação com os árabes. Organizados em torno do Irgun, estes últimos empreendiam ações de sabotagem e de guerrilha contra os palestinos.

Por outro lado, os dirigentes árabes na Palestina não viam com bons olhos a chegada de judeus para a região, disposição que se radicalizou em 1937, quando o Mufti¹⁵ de Jerusalém, Hadj Amin Husseini, lançou uma campanha de apoio árabe à Alemanha nazista. Difundindo esta resolução pela população árabe da Palestina, ele inviabilizou uma possível aliança ou cooperação entre as duas comunidades da região.

Após a Segunda Guerra Mundial, em parte por força da difusão dos horrores do Holocausto, os judeus socialistas e comunistas entenderam a importância do povo judeu ter uma pátria, resguardando os mesmos direitos para os palestinos. Ao mesmo tempo, as comunidades judaicas demonstravam simpatia pela esquerda e pela URSS, especialmente em virtude da participação soviética na derrota alemã. Estas comunidades viviam, então, um momento de incomum unidade entre sionistas e comunistas, visto que os dois campos apoiavam a criação do Estado de Israel. Para os primeiros essa criação simboliza a realização de um sonho milenar de volta à “Terra Prometida”; para os segundos, trata-se de um movimento de libertação nacional em que o apoio soviético para um Estado judeu afetaria os interesses imperialistas numa região altamente estratégica.

No primeiro momento a URSS havia proposto um Estado Binacional árabe-judeu, mas a recém-criada ONU constituiu, em 1947, uma comissão para verificar os anseios dos árabes e judeus que viviam na Palestina. A opção majoritária foi pela divisão e criação de dois Estados na região. Na histórica Assembleia Geral das Nações Unidas que decidiu pela partilha da Palestina, os britânicos e os franceses, potências imperialistas no ocaso, se abstiveram, os norte-americanos foram relutantes na aprovação, ao passo que o projeto contou com o apoio decisivo da URSS. Concretizada a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, a grande maioria dos árabes palestinos não aceitou a divisão. Insuflada por ingleses e franceses, preocupados com a perda de hegemonia na região, a Liga dos Estados Árabes, estabele-

cida no Cairo desde 1945, fez um anúncio público de que não aceitaria a divisão definida pela ONU, ao mesmo tempo em que tropas da Jordânia, Líbano, Síria, Iraque e Egito invadiram simultaneamente o país.

Utilizando armas enviadas pela República Popular da Tchecoslováquia, Israel acabou expandindo as fronteiras, que foram estabilizadas em 1949, nas linhas de armistício reconhecidas internacionalmente como a “Linha Verde”. Para os israelenses, este conflito ficou conhecido como Guerra de Independência. Para a população árabe que vivia na região foi denominada *nakba* (tragédia).

Ao final da Guerra de 1948 veio o armistício e a negociação das fronteiras. Com exceção do Iraque, todos os países que haviam participado da guerra contra Israel assinaram acordos, definindo os primeiros limites entre o novo Estado e seus vizinhos. Desta forma, em março de 1949, Israel controlava a Galileia, o Neguev, a faixa costeira, e a parte oeste de Jerusalém. A Jordânia ocupou a montanha a oeste do rio Jordão e a parte oriental de Jerusalém – que deveria ter sido internacionalizada, e o Egito ocupou a faixa de Gaza. Quanto aos palestinos, permaneceram nos acampamentos de refugiados, sem que tivessem sido incluídos nos tratados assinados entre os países árabes e Israel. Tais fatos explicitavam a situação destes novos refugiados, pois, incitados pelos governantes árabes – que asseguravam o retorno às terras abandonadas, após a expulsão sumária dos judeus – ou apenas pelo medo de serem atingidos pelo confronto, os milhares de habitantes das terras que passaram a fazer parte do Estado de Israel fugiram para os países vizinhos. Mas, apesar do apoio promovido pelos go-

vernantes destes países para que saíssem do território que passou para o controle de Israel, os antigos habitantes daquela região não foram absorvidos pelos países que supostamente os acolheriam. E os espaços que haviam sido designados para a criação de seu Estado, na partilha definida pela ONU em 1947, continuaram em poder dos países árabes. Assim, sem encontrar acolhida em nenhum país árabe, os antigos habitantes das terras designadas pela ONU para o Estado de Israel, transformaram-se em refugiados, passando a viver em acampamentos, em situação de extrema pobreza. Desta forma, começou a se consolidar, entre eles, a compreensão de que haviam passado a pertencer a uma nova categoria: aqueles que, saídos da região onde se instalara o Estado de Israel, reivindicavam uma terra para viver. Nascia, assim, uma nova nacionalidade, a palestina, mais um complicador no confronto entre Israel e seus oponentes, e fator que adquire cada vez mais peso no conflito, segundo Akcelrud:

Os governos árabes, acumpliciados com a política bifronte dos Estados Unidos, sempre juraram em falso contra Israel. Ao mesmo tempo, traíam descaradamente os palestinos, usando-os como pretexto para se armarem uns contra os outros, como se acreditassem que lhes era permitido destruir Israel pelo tutor comum (AKCEL-RUD, 1986:70).

A imigração judaica para a Palestina que deu origem à população do Estado de Israel não foi apenas proveniente da Europa, mas também dos países árabes, onde também viviam grandes contingentes de judeus. Mas esta migração se iniciou mais tarde, pois,

até a criação do Estado de Israel, os judeus orientais, denominados de sefaradim e mizrahim, tinham status elevado nos países em que viviam. Diferente dos judeus da Europa, os orientais possuíam boas relações com as classes dominantes de seus países, portanto, antes da criação do Estado de Israel não eram forçados a abandonar seus lares e migrar. Assim, a criação do Estado de Israel, de certa forma, tendo sido uma iniciativa dos judeus ocidentais, foi uma resposta à “questão judaica” europeia. Fato pouco conhecido foi a expulsão de cerca de 700 mil judeus dos países árabes a partir da criação do Estado de Israel, como forma de retaliação, por parte dos governantes. Despojados de suas propriedades, muitos deles vieram para a América Latina, mas um grande contingente migrou para Israel. Assim, a criação do Estado de Israel deu origem a dois diferentes movimentos migratórios: dos palestinos que viviam naquela região, em direção aos países árabes vizinhos e dos judeus que viviam nos países árabes que entraram em guerra com Israel.

A desintegração do Império Otomano, resultante da Primeira Guerra Mundial, deixou em seu rastro uma plêiade de pequenas nações-estado fracas e geralmente instáveis que deu origem ao que conhecemos como “Mundo Árabe”. Sobre estes territórios, dentre eles a Palestina, a Liga das Nações criou uma série de mandatos e protetorados ingleses e franceses. Desde os anos 30, a política ocidental para o Oriente Médio tem sido ditada por duas prioridades: a) o livre acesso ao petróleo a preços baixos, que é de vital importância para a economia mundial e, b) uma vontade de conter e neutralizar a “ameaça soviética” que vigorou até o final dos anos 80, ou

seja, durante a Guerra Fria. Dentro dessa lógica da Realpolitik, considerações sobre os direitos dos povos ou a respeito dos direitos da pessoa humana praticamente não foram levadas em conta (GRESH, 1997:96). Como já foi afirmado anteriormente, até o final dos anos 50, quem ditava as regras na região eram os imperialismos inglês e francês. Foi na Guerra de Suez¹⁶ que estas potências se retiraram, abrindo espaço para uma nova disputa em torno do controle da região, desta vez entre os norte-americanos e a URSS.

Durante os primeiros anos de sua existência, o Estado de Israel esteve próximo da área de influência soviética. Afinal, Stalin articulou para que este Estado fosse reconhecido em 1948, através de Andrey Gromiko, representante soviético nas Nações Unidas, e estimulou vários governantes da Europa Oriental a permitir a migração para a Palestina dos judeus que tinham sobrevivido ao Holocausto nos seus países. Seu objetivo era contribuir para a dissolução do Império Britânico, processo que tinha se acelerado com o ingresso dos judeus na Palestina. Como os EUA apoiavam Israel, Stalin também considerava que o seu apoio iria aprofundar as relações russo-americanas. Mas esta tática provou-se inócua, tendo Israel pendido para a área de influência dos EUA (DEUTCHER, 1976:591).

Contribuíram para esta tendência vários fatos. Do ponto de vista econômico, a viabilidade econômica do Estado de Israel, em seus primeiros anos, era uma grande preocupação. O pagamento das indenizações de guerra para os sobreviventes do Holocausto, no qual Israel foi indenizado pelos seis milhões de judeus exterminados, permitiu a construção das

bases materiais do país. Este pagamento, obtido através de acordo com a RFA, garantiu uma infra-estrutura mínima, além de melhorar o padrão de vida de parte muito expressiva da população, que era constituída, em grande parte, de refugiados, tanto ocidentais quanto orientais. Do ponto de vista político, em 1951 ocorre a reorganização da Internacional Socialista (IS)¹⁷. Filiam-se a esta organização os partidos social-democratas, os trabalhistas e os socialistas. Trabalhistas e socialistas israelenses – Mapai, atual Avodá e Mapam, atual Meretz — são membros plenos da Internacional Socialista desde o início e, especialmente o Mapai, sempre esteve ideologicamente mais próximo da social-democracia do que do campo socialista. No contexto da Guerra Fria, com a criação da OTAN, os partidos da Internacional Socialista, sobretudo os europeus, alinharam-se com os EUA. Os partidos da esquerda israelense, Mapai e Mapam, seguiram esta direção, contribuindo para a guinada conservadora da política israelense. Por outro lado, durante o macartismo, muitos judeus americanos foram acusados de serem comunistas, gerando uma percepção de ameaça à comunidade judaica americana, num momento em que o extermínio das comunidades judaicas europeias ainda era recente. Outro fator determinante na alteração das relações entre Israel e a URSS foi o acirramento da política stalinista com relação aos judeus soviéticos. O assassinato de escritores e artistas soviéticos que se expressavam em iídiche bem como o processo e assassinato dos médicos judeus acusados de traição também conduziram o Estado de Israel e setores expressivos da esquerda judaica na Diáspora para fora do campo político soviético.

Em contrapartida, na medida em que a URSS se encontrava cercada por bases militares do Ocidente por todos os lados, passou a procurar novos parceiros, especialmente no Oriente Médio. As parcerias soviéticas variavam ao longo do tempo: ora o Egito, ora a Síria, chegando a adotar a causa palestina com ênfase total, o que levou ao rompimento de relações com o Estado de Israel, após a Guerra dos Seis Dias, no que foram acompanhados por todos os países socialistas em 1967.

No entanto, mesmo durante o período da Guerra Fria, embora Israel fosse o parceiro privilegiado dos EUA na região, vários países árabes também possuíam status semelhante, como é o caso da Arábia Saudita e, em determinados períodos, o Irã (país de população não árabe, mas muçulmano xiita). Neste sentido, reduzir a questão da correlação de forças no Oriente Médio a um alinhamento automático de Israel com os EUA e dos palestinos com a URSS não alcança toda a complexidade da questão. Os chamados países árabes não constituem um bloco monolítico: eles têm interesses diversificados, divergências profundas e conflitos de fronteira, como foi demonstrado nas diferentes guerras — Irã-Iraque, Iraque contra o Kuwait e entre Síria e Líbano. A maioria dos países árabes possui regimes anti-democráticos e oligárquicos. A única questão que os une é a questão palestina-israelense, que na verdade serve para camuflar problemas internos e a aspiração de camadas da população por mudanças democráticas. Assim, a questão palestina torna-se mero exercício de retórica. Não há interesse em solução, na medida em que deixaria de ser o fator de unidade, abrindo espaço para uma luta pelas mudanças políticas internas. Cabe

ainda assinalar que, na época da Perestroika e da Glasnost, a URSS reconheceu e criticou sua política para o Oriente Médio, admitindo ter sido bastante unilateral.

Os sionistas trabalhistas e socialistas, fundadores do Estado de Israel, aspiraram construir um Estado-Nação modelo, democrático e igualitário. Mas as contradições deste processo logo afloraram, uma vez que foi feito à custa da opressão de outro povo, agravando-se com a Guerra dos Seis Dias, que se desdobrou na ocupação dos territórios de Gaza, Cisjordânia, Golan, Sinai e Jerusalém Oriental, em 67. Mais do que uma conquista territorial, o resultado deste novo confronto foi o aprofundamento das contradições, pois, ao incorporar os territórios conquistados, “os israelenses trouxeram o problema palestino das bordas das fronteiras para dentro de casa” (SCALERCIO, 2003:169).

A ocupação destas regiões ampliou o confronto entre Israel e os palestinos que ali viviam. Do ponto de vista destes últimos a situação resultou em deterioração crescente de suas condições de vida. No início da ocupação e no período dos Acordos de Oslo ainda era permitido aos palestinos entrar em território israelense, desde que comprovassem possuir algum vínculo de trabalho. De fato, os palestinos constituíam a maior parte da mão-de-obra com baixa qualificação existente em Israel. Com as *intifadas* foram impedidos de entrar em território israelense e substituídos, gradativamente, por imigrantes chineses, coreanos, ou tailandeses. Por sua vez os palestinos também não encontravam ocupação nos acampamentos ou vilas onde viviam, nas quais a infraestrutura é precária, não há escolas, hospitais ou qualquer aspecto de cidadania. Em Gaza, a situação é

mais grave: uma das maiores densidades populacionais do mundo e ao mesmo tempo um dos menores índices de desenvolvimento humano, ali tudo é escasso, até a água para consumo. Todos estes fatores levaram à irrupção das *intifadas*, revoltas contra a ocupação. A primeira em dezembro de 1987 e a segunda em setembro de 2000 foram seguidas por confrontos localizados e atentados ao longo de todos estes anos. Desta forma, quanto maior a violência utilizada por um dos lados, maior é o revide do outro, o que resulta em uma espiral de ressentimento, ódio e violência sem fim.

Centenas de milhares de palestinos vivem em campos de refugiados ou estão na Diáspora espalhados pelos quatro rincões do mundo, a maioria em países árabes. Mesmo os que permaneceram no Estado de Israel vivem como cidadãos de segunda classe, sem acesso sequer aos serviços públicos básicos. Desta forma, a tragédia palestina não tem fim. Numa situação diferente dos cerca de 700 mil judeus expulsos dos países árabes em 1948, que foram acolhidos pelo Estado de Israel e absorvidos pela sociedade israelense, os palestinos não encontraram refúgio nos países árabes da região. A administração dos territórios habitados pelos palestinos está, desde os acordos de Oslo, a cargo da Autoridade Nacional Palestina (ANP), composta por um parlamento, eleito por voto direto, e o ministério. Mas suas principais lideranças encontram-se bastante divididas. A OLP (Organização pela Libertação da Palestina), fundada em 1969 por Yasser Arafat, tinha como objetivo inicial a luta por um Estado palestino independente. Desde a morte de Arafat, em 2004, vem sendo presidida por Mahmoud Abbas. Seu braço arma-

do, o Fatah, é um movimento secular e nacionalista, fundado por Arafat, em 1964, que reconheceu o direito de existência do Estado de Israel. Atualmente, a OLP tem como principal objetivo manter o comando da Autoridade Palestina, e o controle do Executivo. Em 2006, nas primeiras eleições ocorridas entre os palestinos que vivem nos territórios ocupados, a OLP perdeu o controle do legislativo para o Hamas¹⁸.

O Hamas, cujo nome significa, em árabe, Movimento de Resistência Islâmica, foi criado em 1987. É o braço armado da organização fundamentalista Irmandade Islâmica, que existia desde 1928, no Egito. Além da organização militar, o Hamas tem atuação assistencial, prestando ajuda à população nas situações e lugares onde a Autoridade Nacional Palestina é omissa. Distribuindo víveres, patrocinando atendimento médico e educação na Cisjordânia e especialmente em Gaza, o Hamas tem conquistado o apoio da população palestina. A carta de princípios do Hamas defende a necessidade de destruir Israel para construir, nestas terras, juntamente com Gaza e a Cisjordânia, a República Islâmica Palestina.

Estes dois principais grupos políticos encontram-se em disputa. Em 2005 o Hamas transformou-se em partido político, disputando as eleições de 2006, tendo obtido significativa vitória. Desde então o Hamas tem entrado em confronto com o Fatah. Em 2007, mais um ato desta disputa: o presidente da ANP, Mahmoud Abbas, decretou a ilegalidade das milícias do Hamas, ao mesmo tempo em que substituiu vários membros deste grupo dos cargos que ocupavam no governo por membros do Fatah. Como resposta, na Faixa de Gaza, onde é hegemônico, o Hamas per-

segue e executa membros do Fatah sob a acusação de traição. Além da divisão interna, ainda há a cisão no que diz respeito a um futuro acordo para o estabelecimento de um Estado Palestino no Oriente Médio. Dentre estes grupos, somente o Fatah e a OLP reconhecem Israel e são considerados parceiros para uma possível negociação de paz pelos governantes israelenses e pelos organismos internacionais. O Hamas, não reconhecendo a existência de Israel, até agora não foi visto como interlocutor pelo governo israelense e pelas instituições internacionais responsáveis pelas negociações entre os povos do Oriente Médio.

Os israelenses, por sua vez, também estão divididos. O fato de a população israelense estar constituída majoritariamente por judeus, não resulta em unidade cultural, muito menos política. Do ponto de vista religioso, os judeus laicos ou seculares são maioria, entretanto, os diversos matizes da ortodoxia são o fiel da balança política. No entanto, do ponto de vista cultural Israel é um país multiétnico. Absorvendo imigrantes vindos de diversos países europeus ou dos países árabes¹⁹, a diversidade de línguas e costumes entre os judeus de diferentes origens culturais poderia ter sido um entrave para a consolidação da nova sociedade, mas, desde o início, este foi mais um fator positivo, contribuindo para a formação de um país multicultural. Judeus que viveram durante longos períodos em diferentes países, quando em contato, foram adquirindo hábitos e costumes diferenciados. Mas os conflitos culturais também estão presentes: no final da década de 1960 e início dos anos 70, judeus orientais e ocidentais experimentavam certo estranhamento. Como nas comunidades negras ameri-

canas daquele período, os judeus orientais organizavam-se em grupos autodenominados “Panteras Negras” e realizavam manifestações nas principais cidades israelenses, denunciando o preconceito com que eram tratados e reivindicando maiores oportunidades na sociedade israelense. Nos anos 90, a chegada dos imigrantes russos tem motivado polêmica e conflito entre os israelenses. O Estado de Israel e a sociedade israelense não são os únicos a ter dificuldade em lidar com a diversidade e a alteridade. Pode-se citar como exemplos a Espanha e seus problemas com os bascos, catalães e galegos, a Grã-Bretanha com irlandeses e escoceses ou a Polônia pré-Segunda Guerra com relação aos judeus e aos nacionalistas ucranianos.

O jogo político israelense também está impregnado das disputas culturais. Partidos como Moledet, Israel Beiteinu e Shas reivindicam a perpetuação de um Estado judeu que exclua os que não se enquadrem no seu padrão religioso – especialmente os muçulmanos. Por iniciativa destes grupos, ligados à ortodoxia religiosa, as instituições políticas e sociais israelenses ainda se mantêm impregnadas por regras que emanam da religião judaica. A manutenção destas regras, como definidores das relações entre os membros da sociedade civil israelense, constitui uma demonstração de que o Estado de Israel não é totalmente laico, nem totalmente ocidentalizado, aproximando-o, portanto, dos demais Estados teocráticos do Oriente Médio.

Com exceção da esquerda, os demais partidos também sofrem influência dos grupos fundamentalistas. Mesmo não exibindo uma ortodoxia explícita em sua plataforma, orientam suas propostas no sentido de obter apoio dos partidos religiosos, tendo neles

sua opção preferencial de coligação e sua base de sustentação no Knesset (Parlamento). Estamos nos referindo ao Likud, partido que se originou do Herut (de Menahem Begin) e que tem entre seus quadros o ex-Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, mas contava também com Ariel Sharon e Ehud Olmert, que saíram para formar outro partido, o Kadima. Este último, na prática, é uma continuação do Likud e tem em Tzipi Livni sua maior liderança. Ambos são herdeiros ideológicos do sionismo revisionista. O Partido Trabalhista, ou Avodá, herdeiro do antigo Mapai, apesar de anunciar sua filiação à Internacional Socialista apresentando-se como social-democrata, pertence atualmente à coligação governista, ao lado do Kadima, tendo em Ehud Barak (ex-Primeiro-Ministro e atual Ministro da Defesa) sua principal liderança. A esquerda israelense está dividida entre o Meretz-Iahad – partido que se originou da união entre o Mapam e o Shinui – e o Partido Comunista de Israel, atualmente denominado de Hadash, que é composto por judeus e árabes. Há, também, os partidos árabes, que buscam representar os 20% da população composta por muçulmanos radicados em Israel. São eles o Balad e a Lista Árabe Unida. O primeiro, com posições de esquerda e o segundo, com tendência social-democrata. Estes dois partidos possuem apenas 7 cadeiras no Knesset (Parlamento israelense).

Os Naturei Karta, uma linha da ortodoxia judaica, afirmam que o Estado de Israel só será criado com a vinda do Messias, portanto sua grande maioria não apoiava o projeto sionista. Muitos religiosos deste campo mantêm até hoje esta posição, que se expressa através da contestação da legitimidade do Estado de Israel. Muitos vivem em

Israel sem reconhecer suas instituições seculares, recusando-se a participar da vida política. Apesar disto, buscam influenciar no funcionamento das instituições sociais e políticas israelenses, tentando adequá-las aos ritos religiosos.

Uma questão importante para o equilíbrio social israelense é a demografia. Os dados disponíveis acerca da população atual de Israel, produzidos pelo Bureau Central de Estatísticas, mostram 7,1 milhões de habitantes em 2006. Deste total, judeus e outros (cristãos, não árabes e aqueles cuja religião não foi classificada) constituíam 80,1% e os árabes (muçulmanos, drusos e cristãos) 19,7%.²⁰ Tais proporções ainda definem Israel como um país com maioria da população constituída de judeus. Segundo o mesmo Bureau, o maior índice de crescimento da população judaica deu-se pela imigração, especialmente no período entre 1948 e 1951, e nos anos 90, quando se registrou maior fluxo de entrada de imigrantes no país. De acordo com a mesma fonte, entre 1948 e 1951 chegaram a Israel cerca de 688 mil e nos anos 90, em torno de 1 milhão de imigrantes, sendo estes predominantemente judeus. No entanto, entre a população árabe, o crescimento populacional é fruto apenas do crescimento vegetativo (diferença entre o total de nascimentos e mortes), e se encontra em forte aceleração:

População de Israel, 2006 (Final do ano)

Percentual de crescimento populacional²¹

Total	Judeu e outros	Árabes
1.8	1.6	2.6

Os números mostram que o crescimento vegetativo da po-

pulação árabe é mais rápido do que o do segmento judaico e da população total. O fenômeno é decorrência de fatores econômicos e culturais, e, a médio e longo prazo, poderá gerar uma inversão do quadro populacional de Israel, levando os árabes a ser maioria dentro de algumas décadas. O fato deverá criar um impasse para o Estado de Israel, pois uma nova maioria étnica poderá cobrar uma redefinição de suas bases culturais e políticas, a menos que esta redefinição política não tome como referência fatores religiosos, o que levaria Israel a demarcar as fronteiras entre as instituições políticas e as religiosas, transformando-se em um Estado totalmente laico. Do ponto de vista da demografia, a ocupação dos territórios palestinos e a consequente incorporação deste contingente populacional a Israel (no caso destes territórios não serem transformados no Estado Palestino) também é um fator que se choca com a concepção de um Estado judeu, pois incorpora grande número de palestinos à população de Israel, ampliando o peso da população não judia. Para os partidos conservadores, a ideia de um Estado judeu não pode ser questionada, e será resguardada. Para fazer frente a esta “ameaça”, não se opõem ao crescimento do número de assentamentos e garantem a permanência dos colonos na Cisjordânia, apesar de todos os acordos definirem sua retirada. Tais colonos são, em sua grande maioria, judeus ortodoxos, cuja taxa de natalidade é semelhante à das famílias palestinas. Desta forma estaria resguardada a característica de Estado judeu para Israel.

As práticas do governo israelense frente aos seus cidadãos têm sido diametralmente opostas às suas atitudes em relação aos palestinos que habitam os territórios

ocupados, fato que aprofunda a divisão no seio da sociedade israelense. Os grupos de esquerda e de centro, seja por convicção ou por realpolitik, defendem a negociação e devolução dos territórios ocupados como a melhor solução para esta dicotomia, enquanto a direita prefere se entrincheirar, apostando no poderio militar e apoiando os judeus ortodoxos. Esta é uma questão que gera muitos atritos internos em Israel. A maioria laica serve ao exército e arca com altos impostos para manter o aparato militar, enquanto os ortodoxos só rezam, estudam os textos sagrados e geram filhos. Não servem ao exército, mas demandam a proteção militar, uma vez que insistem em fixar residência na Cisjordânia – região que denominam de “Israel bíblico” –, ocupando áreas pertencentes aos palestinos, constituindo fator de aprofundamento do conflito entre israelenses e palestinos.

O conflito também tem consequências para a economia israelense. Nas últimas décadas, Israel aderiu a quase todas as medidas que caracterizavam as políticas neoliberais: privatização do setor financeiro e dos serviços, redução do papel do Estado como regulador da economia, câmbio flutuante, etc. Entretanto, há uma particularidade que distingue Israel dentre os países desenvolvidos: a manutenção de uma forte presença do Estado como provedor de itens ligados ao bem-estar social: saúde e educação básica. Mas os gastos militares comprimem o orçamento, de forma a pressionar pela redução, ainda maior, da participação estatal da vida do cidadão israelense, motivo de questionamento por parte da sociedade israelense.

Embora ainda guarde resquícios de influência religiosa em suas instituições, a sociedade israelense é

das mais secularizadas da região, o que a coloca mais próxima do padrão ocidental. Por outro lado, as instituições sociais nos chamados países árabes são profundamente permeadas pela religião, o que poderia identificar estes estados como sendo de tipo oriental²². Tais fatores são determinantes para que os cidadãos destes países árabes possuam baixa capacidade de intervenção no rumo das políticas públicas, assim como pressionar os governos quanto aos conflitos externos. Para os palestinos e os cidadãos dos países árabes, o antagonismo, apesar de definido como necessário frente à ameaça representada pelo Estado de Israel para os povos árabes, tem no fator religioso sua justificativa de maior peso, adquirindo caráter de guerra sagrada. Mas mesmo que a sociedade israelense disponha de um grau maior de intervenção junto aos governantes, podendo redefinir os rumos do conflito, para o cidadão israelense o confronto com os palestinos e os países árabes é justificado a partir da ideia de que a segurança dos cidadãos só será alcançada e garantida com *manu militari*, isto é, através da coerção. Assim, temos duas sociedades extremamente motivadas pela manutenção do conflito, disposição que fortalece a cultura de guerra existente dos dois lados.

Com o fim da Guerra Fria e a globalização, a humanidade vem passando por uma forte crise de civilização, com o aprofundamento de alguns conflitos regionais antigos e surgimento de novos, agora adquirindo desdobramentos cada vez mais amplos. Um mundo cada vez mais complexo e interdependente, onde mudanças rápidas e surpreendentes ocorrem em todas as esferas e estão redefinindo a geopolítica, a economia, a sociedade, a cultura e a *media*. O

mundo bipolar, centrado no poderio militar, tornou-se multipolar e interdependente, centrado no poderio econômico e no conhecimento tecnocientífico. Contudo, isto não significa necessariamente um mundo de paz. Embora uma série de conflitos regionais, insuflados e polarizados durante a Guerra Fria, pouco a pouco apresentem saídas pela via diplomática, a questão do Oriente Médio perdura e outras tensões nacionais, outrora contidas pelos grandes blocos, afloram em toda a sua crueza. O tráfico internacional de armas, que ocupa o primeiro lugar na economia internacional, muda de caráter na medida em que ocorre uma maior difusão das armas nucleares e um verdadeiro contrabando de tecnologia nuclear, de difícil controle. Como exemplo, temos a posse de armas nucleares pela Ucrânia e Cazaquistão após a desintegração da ex-URSS. Mais graves, e ainda como consequência desta desintegração acompanhada de uma crise econômica e mudanças de prioridades, assiste-se à migração de cientistas nucleares para países periféricos, interessados em tais artefatos. Tais fatos merecem novas preocupações, pois os conflitos regionais podem levar a uma devastação sem precedentes. É segredo de polichinelo que Israel possui artefatos bélicos nucleares e que o Irã pode estar muito próximo ou já deter a tecnologia para este tipo de armamento. Assim, o conflito do Oriente Médio, que também expressa a disputa entre Irã e EUA pela hegemonia na região, ainda se caracteriza pelos vários momentos de enfrentamento entre os aliados dos dois lados, mas poderá assumir características mais amplas e graves, extrapolando o âmbito regional e deixando de ser um confronto com armas tradicionais.

Neste novo mundo que se deli-

neia, assistimos à terceira onda da democracia, concebida como valor universal da humanidade e associada a conceitos como direitos humanos e preservação ambiental com desenvolvimento sustentável. No limiar do século XXI, ideias como democracia, nação e soberania nacional devem ser reformuladas para compatibilizá-las com um mundo cada vez mais globalizado, em que as novas tecnologias permitem o exercício cada vez maior da cidadania e os problemas globais não podem mais ser confinados aos limites tradicionais dos territórios nacionais.

Enquanto a expansão do capitalismo com formação de megablocos engendra novas formas de organização de comunidades mais amplas, é possível considerar uma soberania limitada. Mas uma vez consolidadas as novas configurações econômicas e políticas, será preciso repensar questões como soberania e definições territoriais. No entanto, boa parte das democracias dos países em desenvolvimento ainda é muito frágil e pouco participativa, o que também se aplica à maior parte dos países orientais, cujas relações políticas se definem pela predominância do Estado sobre a sociedade civil, com todas as consequências econômicas resultantes deste modelo, especialmente uma profunda desigualdade social. Nestes países, onde as crises de todo tipo predominam, o apelo nacionalista ainda exerce papel de fazer convergir as reivindicações dos diversos segmentos sociais.

É neste pano de fundo que a mundialização, a crise dos Estados nacionais e das instituições liberal-democráticas, faz ressurgir um nacionalismo de caráter defensivo, regressivo e separatista. A acentuação das desigualdades entre as regiões do planeta – especialmente entre norte e sul – estimula as

migrações e o choque cultural, que têm como contrapartida a ênfase no particularismo étnico, raiz do racismo e da xenofobia. Como postura defensiva, diante da “modernidade”, com seu individualismo massificante, e da generalização do capitalismo, surge o fundamentalismo religioso. Neste cenário, uma ação local deve levar em conta os efeitos globais e vice-versa, mas a política tradicional não está preparada para o cenário de incertezas e desafios, nos quais velhos e novos problemas convivem e misturam-se da mesma forma que os modos e meios para enfrentá-los, portanto, não contempla esse novo cenário.

Lutar pelo diálogo e pela paz no Oriente Médio é um imperativo contra a barbárie que pode atingir não só a região, mas a humanidade como um todo. Em primeiro lugar, é preciso derrotar todos os fundamentalismos que atuam na região, seja o palestino do Hamas ou os Goldstein e Ygal Amin. Se Goldstein é representante da extrema direita religiosa israelense que sonha com o Grande Israel bíblico, o caldo de cultura do Hamas e de Ygal Amin tem raízes comuns. No caso palestino, temos mais de um milhão de refugiados só na faixa de Gaza, já depauperados desde a perda de seus bens em 1948, que vivem praticamente sem água, sem trabalho e sem esperança, sob ocupação militar, submetidos a uma permanente humilhação. No caso dos judeus mizrahim, ou orientais, tradicionais eleitores da direita israelense, todos os indicadores sociais, seja na educação, trabalho, desemprego ou renda, mostram que estão em grande inferioridade em relação aos ashkenazim. Tensões de classe e de origem combinam-se com as consequências da ocupação (VIDAL, 1997:30). A cada vez que se vislumbra a pos-

sibilidade de avanço no diálogo, os fundamentalismos de ambas as partes inviabilizam através de atentados ou iniciando mais um período de confronto aberto.

O conflito entre israelenses e palestinos tem servido, até hoje, para a perpetuação dos regimes autoritários da região e para mascarar uma aspiração democrática não só entre palestinos, mas de forma generalizada entre os árabes. Também foi instrumento para a manutenção dos índices de votação favoráveis aos partidos israelenses comprometidos com a solução bélica e com uma organização social e econômica voltada permanentemente para a defesa, comprometendo o orçamento com a aquisição de armamentos e itens de guerra, em lugar de investimentos sociais. Mas começam a aflorar as insatisfações geradas em Israel por uma sociedade cada vez mais desigual, com significativas parcelas de excluídos. Começam a ter voz os jovens palestinos altamente educados, que possuem aspirações de-

mocráticas e não compactuam com governos e lideranças autoritárias ou populistas. A OLP reconheceu o Estado de Israel, colocando-se como interlocutor para as negociações de paz, e sendo reconhecida oficialmente por Israel como representante do Estado Palestino. Até agora não houve, por parte do Hamas e de Israel, uma atitude semelhante, o que poderia abrir espaço para a paz na região. Mas o reconhecimento mútuo será a primeira condição para o entendimento. No curto prazo não há como pensar na proposta de Estado Binacional defendida pelos sionistas marxistas no início do século XX, mas uma vez consolidados dois Estados democráticos e soberanos — Israel e o Estado palestino — poderemos pensar no estreitamento dos laços culturais, sociais e políticos. Este processo poderia ter como uma de suas etapas iniciais a ampliação das trocas comerciais, através de acordos aduaneiros, tal como foi feito na Europa com a criação da Comunidade Econômica Euro-

peia, passo que criará condições para a eliminação das fronteiras políticas, num momento posterior. O importante será garantir paz e justiça social que são a maior aspiração de todos os povos.

Entretanto, os últimos acontecimentos parecem demonstrar que esta paz não será consolidada, pelo menos a curto e médio prazo. Mesmo acreditando imprudente qualquer análise sobre o processo eleitoral realizado no Estado de Israel em fevereiro de 2009, por se tratar de fato recente, consideramos que estas eleições consolidam uma tendência que já vem ocorrendo há tempos de fortalecimento da direita que garante sua votação através da manipulação da questão da segurança deste Estado. Corroborar esta ideia o fato de que as eleições israelenses realizadas em 10 de fevereiro passado estiveram claramente influenciadas pelo acirramento do conflito com os palestinos durante os meses que antecederam o pleito. Neste sentido, vale a pena identificar o



MOHAMMED ABED/AFP/AGÊNCIA O GLOBO

VIOLÊNCIA.
Cena recorrente no interminável conflito no Oriente Médio. A Faixa de Gaza se transformou no território mais visível desse drama

encontro realizado logo após o 11 de setembro de 2001, entre o então Primeiro-Ministro israelense, Ariel Sharon, e o Presidente americano à época, George W. Bush. Foi um evento emblemático, na medida em que ambos afirmaram a prioridade de seus governos em combater o terrorismo.

Nos últimos meses este discurso pode estar sendo empurrado para a contramão da História, uma vez que há um realinhamento de forças em Israel, no qual Likud e Avodá se dividem e as forças dissidentes deram origem a um novo partido centrista no cenário político israelense: o Kadima. Apesar de todas as contradições, este novo partido concordou, pelo menos no discurso, com a criação do Estado Palestino. Por outra parte, a ultradireita xenófoba, cujo *leitmotiv* é a trans-

ferência de todos os palestinos do território israelense, saiu fortalecida destas eleições, embora seja provável que este fenômeno não tenha fôlego e possa ser algo semelhante ao fenômeno francês Le Pen, que após uma década tende ao refluxo. Mais importante para o entendimento da conjuntura na região é o contexto internacional, na medida em que o Presidente Obama foi eleito em nome de um novo cenário que vem se delineando. Em substituição ao unilateralismo que caracterizou o governo anterior, o novo governo americano tem reafirmado sua aposta no multilateralismo. Além do projeto de abandonar o lodaçal em que se transformou a Guerra do Iraque – embora tenha acenado com o reforço da presença norte-americana no Afeganistão –, o novo manda-

tário americano também procura desbloquear o diálogo com os setores que o ex-Presidente Bush definia como “as forças do mal”, apontando para a possibilidade de diálogo com o Irã e a Síria. Tais fatos não criam, de imediato, um novo cenário internacional, mas num horizonte visível podem acarretar grandes mudanças na região e o esvaziamento do discurso da segurança sem esquecer que a descarbonização energética americana prometida por Obama pode diminuir a importância estratégica do Oriente Médio, relativizando antigas alianças e suavizando velhas rivalidades.

VERSUS
online

www.versus.ufrj.br

Notas

¹ Ataque às comunidades judaicas, de forma espontânea ou premeditada, no qual as sinagogas, casas e oficinas eram destruídas e os judeus assassinados. Os pogroms, ocorridos no sul da Rússia entre 1881 e 1884, aumentaram o número de judeus que abandonavam suas aldeias nesta região, buscando refúgio em outros países, especialmente nos EUA (DUBNOV, 1953:452).

² Denominação, que significa Amor a Zion, da primeira organização sionista, criada em 1880.

³ A ideia de que os judeus eram responsáveis pela morte de Cristo foi aceita até as últimas décadas do século XX, ou seja, até o Concílio Vaticano II, ocorrido entre outubro de 1962 e dezembro de 1965.

⁴ Com a destruição do segundo Templo de Jerusalém, em 70 d.C., parte da população judia que migrou para a Europa se estabeleceu na Península Ibérica, dando origem à corrente denominada de sefaradí. Outros judeus se estabeleceram nos países da Europa Ocidental, e foram denominados de ashkenazim, termo hebraico que identifica a população da Alemanha.

⁵ Dov Ber Borokhov (1881-1917), nascido na Ucrânia, era marxista sionista e um dos fundadores do movimento denominado de Sionismo Trabalhista. Participou do Partido Operário Social Democrata Russo, de onde foi expulso por suas convicções sionistas, o que o levou à fundação do Partido dos Trabalhadores de Sion (Poalei Sion), partido ao qual dedicou grande parte de sua vida, além de organizar as brigadas judaicas do Exército Vermelho, e que deu origem ao partido MAPAM, em Israel, atualmente denominado Meretz.

⁶ Cf. Laqueur, Nahman Syrkin, nascido em Mohilev, era doutor em filosofia da Universidade de Berlim.

⁷ Zeev Jabotinsky, ou Wladimir Yevgenyevich Zhabotinsky (1880-1940), nascido na Rússia, foi escritor e fundador da Organização de Auto Defesa Judaica de Odessa. Também auxiliou na formação da Legião Judaica do Exército Britânico na Primeira Guerra Mundial, além de ser o fundador e líder da organização armada clandestina judaica Irgun.

⁸ Em alguns momentos era permitido a alguns judeus frequentar o ensino público (numerus clausus) e em outros, nenhum judeu tinha esta permissão (numerus nullus).

⁹ Língua vernacular surgida há cerca de mil anos, entre os judeus ashkenazim, que se espalhou e floresceu por toda a Europa Central e Oriental, sendo também utilizada para uma vasta produção cultural. O início de seu declínio deu-se a partir da ascensão do nazismo, quando a maioria da população que se comunicava através do iídiche foi eliminada.

¹⁰ Kibutzim é o plural da palavra kibutz, derivada do hebraico kvutzá, que significa grupo. Os colonos utilizavam o termo com o significado de comunidade. O kibutz era uma comunidade, em geral agrícola, onde a propriedade dos meios de produção e dos bens de consumo era coletiva.

¹¹ Termo utilizado para identificar os pioneiros.

¹² Após a Primeira Guerra Mundial e a consequente derrota do Império Austro-Húngaro, a Polônia recuperou a autonomia política, tendo o Marechal Józef Pilsudski – liderança do movimento de independência – se tornado chefe do novo Estado.

¹³ Segundo Laqueur, cerca de quinze mil judeus foram assas-

sinados nestes episódios, assim como as propriedades dos judeus foram destruídas. A vida humana havia se tornado sem valor após 1914, e enquanto que a morte de algumas dúzias de vítimas em Kishinev causou uma onda de protestos no mundo civilizado, o assassinato de milhares 1919-1920 não causou qualquer movimentação (LAQUEUR, 2003:441). Tradução Livre.

¹⁴ Leis propostas por Hitler que codificavam o comportamento dos alemães, baseadas na ideia de "pureza da raça ariana" e prescrevendo a eliminação daqueles que não se encontravam nesta categoria, em especial os judeus.

¹⁵ O nome Grande Mufti de Jerusalém é dado ao clérigo sunita muçulmano que exerce a autoridade religiosa nesta cidade e sobre os palestinos, sendo também responsável pelos lugares sagrados da religião islâmica.

¹⁶ Conflito entre Israel e Egito, ocorrido em outubro de 1956, motivado pela nacionalização do canal de Suez e o fechamento do porto de Eilat, situado no golfo de Akaba, por parte do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser.

¹⁷ A Internacional Socialista havia sido praticamente extinta com a ascensão de Hitler e a derrota dos republicanos na Guerra Civil Espanhola, bem como da Frente Popular na França.

¹⁸ O Hamas elegeu 45 parlamentares, de um total de 75, obtendo a maioria legislativa.

¹⁹ Segundo Dubnov, só em 1948 – ano da Guerra de Independência – imigraram para Israel 130.000 judeus refugiados, tanto da Europa quanto dos países árabes. Cf. DUBNOV, Simon. *Op. cit.*, pág. 516.

²⁰ Números obtidos no portal The Central Bureau of Statistics. Disponível em (http://www.cbs.gov.il/reader/?MIval=cw_usr_view_Folder&ID=141). Acesso em 27 de outubro de 2008.

²¹ Cf. Israel in figures. Publicado por The Central Bureau of Statistics. Disponível em (http://www.cbs.gov.il/reader/?MIval=cw_usr_view_Folder&ID=141). Acesso em 27 de outubro de 2008.

²² Tomamos como referência a concepção de Estado em Antonio Gramsci, que identifica como ocidental um Estado onde sociedade política e sociedade civil estão em relativo equilíbrio e como Estado de tipo oriental aquele no qual a sociedade civil – definida como gelatinosa ou primitiva – tem peso restrito, enquanto a sociedade política é tudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKCELRUD, Isaac. *O Oriente Médio*. São Paulo: Atual, 1986.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BEREZIN, Rifka. *O Hebraico: língua oficial do Estado de Israel*. In.: Portal Língua Hebraica. (Espaço dedicado aos estudos relacionados ao idioma hebraico).

Central Bureau of Statistics. *Israel in Figures. Statistical Abstract of Israel No. 58*. Jerusalém, 2007.

BOTELHO, José Francisco. História sem fim. In: *Revista Aventuras da História – Israel 60 Anos*. São Paulo: Ed Abril, 2007.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin. A Political Biography*. Middlesex: Penguin Books, 1976.

_____. *Trotsky – O Profeta Armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DUBNOV, Simon. *História Judaica*. Buenos Aires: Editorial S. Sigal, 1953.

GRESH, Alain. Les rendez-vous manqués. In: *Manière de voir*, n. 34, *Le Monde Diplomatique*, Paris, 1997.

GROL, Tuvie. *Gueshtaltn un perzenlikhkeitn in di yidisher un velt gueshikhte*, Paris, 1976.

HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOSEFO, Flavio. *Antigüedades judias*. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

KERSHNER, Isabel. Kibutz abandona o socialismo e renasce. In: *Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, segunda-feira, 3 setembro de 2007. Primeiro Caderno. Pág. 10.

LAQUEUR, Walter. *A History of Zionism – From the French Revolution to the Establishment of the State of Israel*. New York: Schocken Books, 2003.

SANTOS, João Henrique dos. Os deuses em armas. In e-Premissas: *Revista de Estudos Estratégicos*. n. 2 janeiro/junho de 2007. Campinas: UNICAMP. PP 70-77.

SCALERCIO, Márcio. *Orientes Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

United Nations Special Committee on Palestine. *Report to the General Assembly*. UN: Lake Success, 1947, Pág.21.

VIDAL, Dominique. Troublante normalization de la société israélienne. In: *Manière de voir*, n. 34, *Le Monde Diplomatique*, Paris, 1997.

Periódicos

Jornal O Estado de São Paulo. Setembro de 2007.

Revista Aventuras da História – Israel 60 Anos. São Paulo: Ed. Abril, 2007.



AS IMAGENS do crânio de Luzia foram processadas em computador por pesquisadores ingleses. O crânio foi reconstruído em material sintético e a face de Luzia foi reconstituída em argila. Resultado: fisionomia com olhos arredondados, nariz largo e queixo proeminente. Ou seja, traços negroides



ANTROPÓLOGA
Cláudia Rodrigues,
do Museu Nacional

O mistério de Luzia

Descoberta de fóssil com idade estimada de 12 mil anos, o mais antigo das Américas, abriu novo campo de investigação sobre a ocupação do continente

Marcio Castilho*

Uma caixa especial em ambiente com acesso restrito no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Quinta da Boa Vista, guarda o crânio de Luzia. A preciosidade arqueológica localizada no fundo de uma caverna nos arredores de Belo Horizonte é identificada por cientistas como o mais antigo fóssil humano encontrado nas Américas. A descoberta abriu novo campo de investigação sobre a ocupação do continente. A fisionomia de Luzia tem características mais próximas dos habitantes de algumas regiões da África e da Oceania, derrubando a tese segundo a qual o território teria sido ocupado uma única vez pelos antepassados dos atuais índios brasileiros.

Luzia teria pertencido a um grupo que vivia há cerca de 12 mil anos nas savanas da região de Lagoa Santa (onde fica hoje o Aeroporto dos Confins), nas proximidades da capital de Minas Gerais. Foi neste sítio arqueológico que o fóssil foi desenterrado em 1975, a partir de estudos de uma missão franco-bra-

sileira, liderada pela arqueóloga Annette Laming Emperaire, com a colaboração de pesquisadores do Museu Nacional. Mas o crânio só ganhou notoriedade nos anos 90, quando o antropólogo Walter Neves, do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva da Universidade de São Paulo (USP), iniciou o trabalho de reconstituição dos traços anatômicos de Luzia.

Com a ajuda de cientistas da Universidade de Manchester, na Inglaterra, os pesquisadores descobriram que a mulher, de apenas 1,50 metro de altura, tinha feições negróides, com nariz largo, queixo proeminente e olhos arredondados. Essa fisionomia – alcançada graças a avançados recursos tecnológicos, como um equipamento de prototipagem rápida, que não existia no Brasil na época – aproximava Luzia dos atuais aborígenes australianos.

No período da descoberta dos fósseis, como lembra a professora Claudia Rodrigues Carvalho, do setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional da UFRJ, “o contexto arqueológico do seu achado sugeria grande antiguidade, embora não houvesse uma datação precisa para os ossos humanos”. A partir dos estudos desenvolvidos por Walter Neves, essa indefinição

passou a objeto de investigação. Segundo a antropóloga, as análises “sugerem que a morfologia craniana peculiar de Luzia (e outros remanescentes de seu grupo) estaria mais próxima de grupos australomelanésicos (da população dos aborígenes italianos) do que dos grupos mongoloides que caracterizam as populações indígenas atuais.” A hipótese de Walter Neves, segundo Cláudia, é de que uma leva, com características não mongolizadas, teria ocupado nosso continente inicialmente.

Hábitos alimentares

Os primeiros habitantes teriam saído do sul da China atual e atingido o continente americano há cerca de 15 mil anos. Segundo essa linha de investigação, a população à qual pertencia Luzia vivera neste território por milhares de anos, isolados do resto do mundo, até ser extinta pela ação de uma segunda leva migratória, a dos povos mongóis, que deram origem, estes sim, aos índios que ocupavam a região antes da chegada dos colonizadores portugueses.

De acordo com a antropóloga do Museu Nacional, esta descoberta torna mais complexa e rica a dinâmica da ocupação do continente. Reside daí a importância do

* *Marcio Castilho é jornalista da Coordenadoria de Comunicação da UFRJ. Colaborou Cinthia Pascueto, estagiária da Agência UFRJ de Notícias.*



PRECIOSIDADE. Peça guardada em ambiente de acesso restrito

sítio arqueológico de Lagoa Santa para os pesquisadores. Esqueletos com características idênticas ao de Luzia também foram encontrados em Santana do Riacho, na Serra do Cipó, a cerca de 60 quilômetros de distância de Lagoa Santa. Até hoje, estes locais são objeto de estudo de arqueólogos e antropólogos.

Pela quantidade de ossos encontrados na região, os pesquisadores acreditam que a comunidade era composta por um pequeno grupo

de indivíduos. Todos passaram a ser identificados pelos arqueólogos como “homens de Lagoa Santa”. Outro mistério envolvendo os contemporâneos de Luzia foi desvendado a partir da análise da dentição dos fósseis. “Os dados sugerem que o grupo subsistia principalmente da coleta e da caça de animais de pequeno porte”, afirma Cláudia. Eles comem mais vegetais, embora não haja registro de uma prática regular de agricultura naquele período. Entre os povos mais antigos, os primeiros indícios desse modelo de subsistência datam de 4 mil anos.

Novas pesquisas sobre os primeiros ocupantes do continente estão sendo realizadas pelos cientistas. Alguns estudos mais recentes desenvolvidos pelo Centro Nacional Patagônico e por geneticistas brasileiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Pontifícia Universidade Cató-

lica (PUC-RS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) sugerem que os primeiros habitantes vieram em uma única grande migração, formando um grupo muito diversificado. Essa hipótese descarta a possibilidade, portanto, de uma onda migratória de um grupo contemporâneo ao de Luzia, que teria chegado ao continente antes dos mongoloides.

Polêmicas à parte, um dos principais desafios em relação ao fóssil de Luzia é descobrir traços de permanência entre os “homens de Lagoa Santa” e os índios que continuaram ocupando o território americano. A análise comparativa do código genético dos parentes de Luzia pode ser a chave para decifrar mais esse mistério arqueológico.

versus
online

www.versus.ufjf.br

300 mil visitantes por ano

Em razão da importância desse material para o mundo científico, o crânio de Luzia não fica em exposição permanente no Museu Nacional. Uma parte da peça é revestida por um produto químico que ajuda a fazer sua conservação. Essa película não foi aplicada em todo o crânio para não prejudicar a datação do fóssil, segundo a assessoria do Museu. Outros ossos do esqueleto, no entanto, são originais e podem ser observados pelo público que visita o lugar. Também está em exposição um crânio, da mesma população de Luzia, mas com idade diferente.

A história do fóssil mais antigo das Américas é um dos destaques da instituição, que recebe anualmente cerca de 300 mil visitantes. Na sessão sobre o Brasil pré-histórico, estão artefatos

como a réplica do crânio original de Luzia e a reconstituição de sua provável fisionomia. Segundo a assessoria do Museu Nacional, esta peça do fóssil original, no entanto, é apresentada ao público apenas em ocasiões especiais.

“A peça é muito requisitada por pesquisadores, por isso seria inviável mantê-la permanentemente na exposição”, explica a assessora de imprensa, Fernanda Guedes.

Outros ossos do esqueleto original de Luzia podem ser vistos pelo público. Há também um crânio da mesma população em exposição.

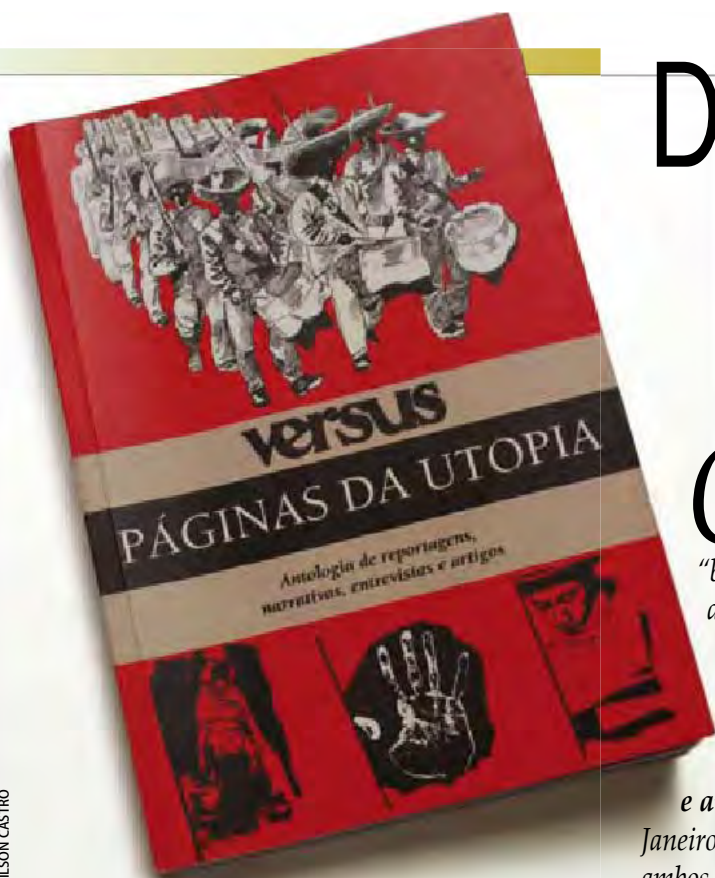
“O crânio de Luzia é conservado em uma caixa especial, à prova de choques, impedindo que o material seja danificado em caso de queda ou batida. Além disso, a caixa fica em um ambiente re-



servado e é manuseada apenas quando o contato com a peça é indispensável”, descreve a assessora.

O Museu Nacional está aberto para visitação de terça a domingo, das 10 às 16h. O ingresso custa R\$ 3,00 para o público em geral e R\$ 1,00 para crianças entre 6 e 10 anos. A entrada é gratuita para deficientes físicos, menores de 5 anos e pessoas acima de 60. Estudantes e funcionários da UFRJ com identificação também não pagam. O Museu Nacional da UFRJ fica na Quinta da Boa Vista, Bairro Imperial de São Cristóvão – Rio de Janeiro.

dois pontos



GILSON CASTRO

De **versus** a **VERSUS**

Ana Cristina C. Machado*

O nome *Versus*, que batiza esta revista, foi diretamente inspirado no título de um dos mais inovadores e “barulhentos” jornais alternativos brasileiros da década de 70. O nascimento desta *Versus/Versus acadêmica*, em fins de 2008, somado à publicação do livro *Versus, páginas da utopia – Antologia de reportagens, narrativas, entrevistas e artigos* (Azougue Editorial, Rio de Janeiro, 2007) e ao sítio www.versus.jor.br, ambos iniciativa de Omar de Barros Filho, cria a oportunidade de recordar ou conhecer aquela experiência única em jornalismo e política.

Publicado entre 1975 e 1979, *Versus* fazia parte daqueles que passaram à História com o rótulo genérico de “imprensa alternativa” ou “nanica”, caracterizada, em sua absoluta diversidade, como os veículos de oposição frontal ao regime militar instaurado em 1964. Foram cerca de 150 títulos (isso mesmo: 150 jornais) entre 1964 e 1985, se-

*Jornalista e servidora federal. Foi, depois de revisora de *Versus* quando estudante, repórter e editora-assistente em O Dia, Jornal do Brasil, O Globo e Valor Econômico.

gundo o jornalista e pesquisador da USP Bernardo Kucinski, autor de *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa* (São Paulo, Página Aberta, 1991), obra de referência sobre o tema.

Os nanicos eram, para os setores mais conscientes e inconformados da sociedade amordaçada, a única alternativa de informação independente e debate político, cultural, comportamental. Eram de uma heterogeneidade só: havia desde o impagável e duradouro *Pasquim*, até títulos que tiveram uma ou duas edições; havia os “nacionais” (ou do eixo Rio-São Paulo), como

Opinião, *Movimento*, *EX*, *Versus*, até os regionais como o gaúcho *Coo-jornal*, o mineiro *De Fato*, o baiano *Boca do Inferno*, o paraense *Resistência*; havia os de temática mais geral, e os então chocantes *Lampião da Esquina*, *Brasil Mulher*, *Mulherio e Nós Mulheres*, que impuseram à esquerda e aos setores democráticos o debate sobre a sexualidade e as opressões. Mas eram todos mesmo nanicos – termo que surgiu como xingamento dos detratores mas que foi assumido com carinho pelos fazedores de jornais –, porque eram todos pequenos, de circulação restrita, finanças à míngua e

avessos ao lucro. De alguma forma militantes.

Versus foi tudo isso: nanico, alternativo, independente, militante. Mas diferente da grande maioria. “Era desordenado, indisciplinado, inventivo”, relembra o jornalista e cineasta Omar de Barros Filho, o editor que mais tempo esteve à frente de *Versus*. Nascido da criatividade e disposição incansáveis do repórter e editor gaúcho Marcos Faerman (1944-1999), o Marcão (que havia passado pela *Zero Hora*, pelo *Jornal da Tarde* de São Paulo e saía do *EX*, outro nanico histórico), *Versus* não tinha nada de nacionalista nem convencional na forma, como a maioria dos jornais exclusivamente político-ideológicos do período.

New journalism latino-americano

O projeto de *Versus* teve a ousadia de beber de duas fontes díspares e conciliá-las. De um lado, o *new journalism* norte-americano, aquele da *New Yorker*, com que Capote, Hershman e Gould transformaram a narrativa factual em literatura. De outro, mais próximo, a experiência da revista cultural argentina *Crisis*, que, de 1973 a 1976, reunia em sua redação intelectuais do porte do romancista Ernesto Sábato, do poeta Juan

Gelman e do escritor uruguaio Eduardo Galeano.

Faerman entrevistou Galeano para o *EX* e encantou-se pela experiência de *Crisis*. “A influência de Galeano e equipe em nosso fazer jornalístico e político”, conta Barros Filho, “foi além do programa inicial, que enunciávamos como ‘cultura como forma de ação’, e que mais tarde desbordou na luta aberta pela formação de um novo partido dos trabalhadores, de caráter socialista”. (Depois de fechada a *Crisis*, com o golpe de 1976, Galeano, exilado, passou a colaborar com *Versus*.)

O resultado foi não apenas uma revista político-literária-cultural *a la Crisis*, como a introdução inédita, numa esquerda brasileira então majoritariamente moldada pelo nacionalismo stalinista, desinformada sobre a América hispânica, avessa às demandas étnicas, raciais e de gênero, das temáticas sobre os negros, índios, regionais, latino-americanas, que até então não existiam nas preocupações e muito menos no programa das organizações clandestinas. “Conhecer a realidade repressiva latino-americana foi um choque em nosso espírito provinciano, em geral muito mais acostumado e sensível aos assuntos e debates da moda em Paris ou Nova York”, lembra Barros Filho. “*Versus* trabalhava sobre

os mitos, a história, as culturas do continente com emoção.”

O impacto das novidades estéticas e temáticas de *Versus* foi enorme. Lançado poucos dias depois de anunciada a morte de Vladimir Herzog nas mãos da repressão (um marco na história das lutas por liberdades democráticas e, por consequência, da história da imprensa alternativa), o jornal começou a ser distribuído de mão em mão pelos colaboradores, com 12 mil exemplares de tiragem, para chegar em pouco tempo a cerca de 30 mil jornais vendidos. Para o êxito, além dos atrativos do jornal, contribuiu decisivamente outra “sacação” de Faerman: buscar vincular-se à intelectualidade e aos estudantes de uma Universidade então altamente cerceada. “O diálogo com setores engajados da Academia trouxe à redação Fernando Henrique Cardoso, o grande tradutor de russo Boris Schneiderman, Modesto Carone, Octavio Ianni, Francisco Weffort, Gabriel Cohn e tantos outros”, relata Barros Filho. “Também os estudantes ficaram mais próximos de nós, à medida que *Versus* politizou ainda mais seu discurso e passou a debater os rumos da Universidade e do Brasil, na batalha da democracia.”

Reler as páginas de *Versus*, ao contrário do que possa parecer às novas e não tão novas gerações,



VANGUARDA. As capas da *Versus* supreendiam pela ousadia do designer, grafismos, fotos e desenhos que pulsavam com o conteúdo de cada edição

O ATAQUE. Foto que ilustra a folha de rosto de *Versus*, páginas da utopia mostra a sede da revista, em São Paulo. No dia 12 de maio de 1979 ela foi invadida por um grupo paramilitar de direita. Documentos foram roubados e a redação depredada



não é um exercício de saudosismo. O que se encontra no primeiro volume da antologia organizada por Barros Filho (que prepara mais dois), bem como no sítio do jornal, é muito mais que material para historiadores e comunicólogos. Entrevistas com Michel Foucault, Jack London, Glauber Rocha, João Saldanha, Paulo Freire (então na Guiné-Bissau), Chico Buarque, Gianfrancesco Guarnieri, Mário Schenberg são ricas viagens pelo pensamento e personalidade de criadores, pensadores, cientistas cujas obras mantêm a ressonância.

Ousadia editorial

Artigos assinados guardam seu sabor de inusitado depois de três décadas: o crítico de arte Mário Pedrosa, o internacionalista refinado, declarava em 1976, em Paris, suas saudades de casa (“Discurso aos tupiniquins ou nambás...”). O teatrólogo Augusto Boal descrevia peripécias pela Itália (“Na terra de Pirandello”), enquanto Galeano relatava aos leitores de *Versus* uma viagem ao “princípio de Cuba” (“Gran tierra”). Plínio Marcos, o dramaturgo maldito, e Lívio Xavier, o trotskista, registraram seus próprios perfis.

As reportagens não eram menos inéditas e impactantes: Faerman foi autor da capa “Segredos atômicos do Brasil” (sobre o acordo Brasil-Alemanha). Caco Barcellos já revelava a vocação para viver perigosamente, na reportagem sobre a violência cotidiana no sertão nordestino. Carlos Rangel relatou os bastidores da invasão da República Dominicana pelos Estados Unidos. Luiz Egypto, outra alma de *Versus*, foi à Amazônia ao encontro dos sobreviventes do ciclo da borracha.

A ousadia na luta contra as ditaduras no continente foi marca de *Versus*, que publicou a carta-

denúncia sobre prisões, sequestros e desaparecimentos em seu país do escritor e repórter argentino Rodolfo Walsh – que viria a ser o último escrito de Walsh antes de seu próprio sequestro e morte. Em julho de 78, a edição 23 de *Versus* publicava uma carta de um preso político brasileiro, o socialista Amadeu de Almeida Rocha, ao General Ernesto Geisel (“Carta aberta de um torturado ao general”) artigo que valeu ao jornal o Prêmio Vladimir Herzog. Em dezembro do mesmo ano, o repórter Renan Antunes de Oliveira (Prêmio Esso de jornalismo em 2005) relatava aos leitores brasileiros o caso da brasileira Flávia Schilling, presa política no Uruguai. Em abril de 1979, foi a vez de Hélio Goldsztejn: o repórter ouviu o ditador nicaraguense Anastasio Somoza, acuada em seu *bunker* pouco antes do fim. A entrevista acabou reproduzida no *New York Times*.

No terreno da luta política, da reorganização dos movimentos e dos partidos então clandestinos, *Versus* não fez por menos: abriu páginas para intelectuais, estudantes, para o debate sobre a democratização das instituições de ensino, para o nascente e já poderoso movimento operário do ABC paulista, chamou a construção de um partido socialista e pouco tempo depois, sob forte impacto das greves operárias, foi porta-voz de um chamado então ainda frágil pela construção de “um partido dos trabalhadores”. Em junho de 1979, bem a seu estilo, *Versus* publica uma entrevista-ficção com Friedrich Engels, de autoria de Enio Bucchioni, sobre a necessidade de os trabalhadores se or-



ganizarem politicamente de forma independente (“Aliás, Engels”).

Muito se debateu, brigou e rompeu por conta do final de *Versus*, em fins de 1979. Há até hoje quem diga, como o pesquisador Kucinski, que a então Convergência Socialista (organização trotskista da qual derivaram o PSTU e parte do PSOL) “tomou” *Versus* para acabar com ele. “Essa tese não tem nada a ver com nada”, rebate o professor Enio Bucchioni, colaborador e editor do jornal em seu último ano e meio e então dirigente da Convergência. “Podemos ter cometido erros, mas teria sido estúpido querer acabar com o patrimônio que era *Versus*.” Segundo Bucchioni, com a abertura política, todos os jornais alternativos passaram a fazer mais ênfase na política e acabaram se “partidarizando”. “Foi assim com o *Movimento* e o *PCdoB*, com o *Em Tempo* e a *Democracia Socialista*. Além disso, a grande imprensa, sob vigilância menor, passou a pautar temas e publicar assuntos antes só tratados pelos nanicos. “Foi o destino de todos nós”.

versus
online

www.versus.ufrj.br

MÚSICA

Um brasileiro chamado Heitor



IMAGEM GENTILMENTE CEDIDA PELO MUSEU VILLA-LOBOS

Compositor de intensidade ímpar, Villa-Lobos abandonou cedo os protocolos da ortodoxia musical e inundou sua produção com influências colhidas durante viagens ao interior do país

Não é preciso ser especialista em música para notar a importância de Heitor Villa-Lobos para a música e a cultura brasileiras. Suas mais de mil obras são um marco na música acadêmica brasileira. O maestro morreu há 50 anos. Desapagado de bens materiais, Villa-Lobos morreu pobre, num modesto apartamento próximo ao Teatro Municipal, na região central da cidade do Rio de Janeiro. Contava 72 anos de idade. A herança deixada para a viúva Arminda teria se limitado às próprias joias presenteadas

durante a união do casal como segurança para depois da morte de Villa-Lobos. Personalidade inquieta, Villa-Lobos foi acusado por detratores de ter simpatias pela ditadura de Getúlio Vargas. Mas, de acordo com Turibio Santos, que dirige o Museu Villa-Lobos, a aliança com Vargas era pragmática. Villa-Lobos não cultivava simpatia ou antipatia por Getúlio. “Ele utilizou o Estado. Podia estar lá o JK, Jango, Jânio Quadros que ele ia chegar e dizer: olha, vamos fazer, eu tenho um programa aqui. E Getúlio viu

naquilo uma oportunidade também de se beneficiar. Porque Villa-Lobos queria mesmo é que as massas cantassem”, afirma Turibio. O cineasta Zelito Viana, que dirigiu um filme sobre a vida do maestro, concorda. “O negócio dele era educar o povo para cantar e ponto. E quando abriram pra ele uma oportunidade, ele foi e embarcou. Dizer que ele colaborou, isso é uma bobagem”, diz.

Turibio Santos é o principal nome do violão erudito brasileiro. Conheceu Villa-Lobos pouco antes

de sua morte, em 1959. Ele o define como um homem seduzido pela aventura. “Tinha um caráter de Indiana Jones. Só um Indiana Jones sairia, em 1908, com 22 anos, pelo Brasil afora, sem nenhum amparo oficial, na marra, levando o violão para sair tocando com uma equipe mambembe. Tocando e anotando música em tudo quanto era lugar.” Turibio tenta descrever o maestro. “Se você quiser um perfil mais material: ele falando era igual ao Darcy Ribeiro com a cara do Artur da Távola. “Outra faceta do mestre seria o gosto pela repercussão de suas empregadas, sempre relacionadas à música, na grande imprensa da época. Para Turibio, o maestro era mestre também na arte do marketing pessoal. “Até o dia em que ele morreu, Villa-Lobos esteve sempre na imprensa. Era meio como Caeta-

no ou Gil, essas pessoas que têm a capacidade de estar sempre acontecendo. Seja corrigindo o Hino Nacional que estava errado, seja numa campanha de educação pelo país, Villa-Lobos, ele sabia aparecer.” Ainda em vida, Villa-Lobos colheu o reconhecimento internacional por combinar harmonicamente erudição e inventividade. Entretanto, antes disso enfrentou fora do país o preconceito de muitos que o acusavam de primitivista pelo teor de suas obras incorporando elementos que remetiam ao ambiente da natureza brasileira.

As informações sobre a infância e juventude do maestro são rarefeitas, o que torna difícil a tarefa dos pesquisadores que procuram recuperar sua memória no Museu Villa-Lobos. “Como um gênio não sabe que vai ser um gênio nem que vai

ficar pra posteridade, então dessa época não há muita documentação. Os documentos começam a aparecer com as referências tradicionais como o casamento com dona Lucília. Ou quando fez o primeiro concerto com obras dele com ela. Aí são referências até documentadas, mas o resto foi aventura pura”, relata o diretor do museu. Sabe-se, no entanto, que o pai do maestro era um professor de história e coreografia de nome Raul e neto por parte de mãe (Noêmia Monteiro) de um certo Santos Monteiro, autor de músicas para quadrilha.

Elisa Monteiro

versus
online

www.versus.ufrj.br

Imagens para sublinhar a música

Zelito Viana dirigiu *Villa-Lobos, uma vida de paixão*, filme lançado em 2000. “Fui apresentado a Villa-Lobos por um filme do Glauber Rocha, *Deus e o diabo na terra do sol*, que tem uma cena muito bonita que toca as *Bachianas*. Aquela música me bateu forte. Comecei a ouvir muito Villa-Lobos desde aquela época, nos anos 1960. Depois teve *Terra em*

ele escrevia no punho das camisas. As coisas vinham para ele, baixaram na cabeça dele e eram lindas músicas. Há um mito de que ele era uma pessoa primitiva, selvagem; mas na verdade é um mito. Ele era um erudito, uma pessoa que orquestrava de maneira magistral. Até hoje, se você pega as obras dele vai ver que as adaptações são sempre

primeira motivação para realização do filme. Mais tarde, durante as pesquisas, Viana veio a descobrir que a biografia do compositor trazia “um tempero muito forte” no plano cinematográfico, contribuindo para a obra. “O resultado foi o contrário do que normalmente acontece quando se usa a música para sublinhar as imagens. Queria usar imagens para sublinhar a música”, conta. Um esforço que poderia ter recebido agradecimentos especiais de Villa-Lobos, já que na década de 1950 o compositor sofreu grande aborrecimento ao ver sua trilha sonora para o filme *Green Mansions*, do diretor Mel Ferrer, ser editada sem seu consentimento. O desgosto levou Villa-Lobos a gravar a obra original com o título *Floresta Amazônica*, conta a museóloga Maria Angélica Mayall. No Museu Villa-Lobos, conta-se que ao ouvir as queixas de Mel Ferrer dizendo que a trilha deveria ser composta de acordo com o filme, Villa-Lobos respondeu ao diretor que ele era que devia ouvir a trilha e filmar de acordo com as músicas compostas.

“Ele era um erudito, uma pessoa que orquestrava de maneira magistral. Era um craque da melodia

Zelito Viana

transe (1967), que fizemos com as *Bachianas 8*.” Zelito disse que passou a “ficar íntimo da música dele, até que assistiu a um daqueles Concertos para a Juventude só com músicas de Villa-Lobos e decidiu filmar a história da vida do maestro. “Ele escrevia música o tempo inteiro. Dizem inclusive que

piores do que o original, quer dizer, a orquestração dele era perfeita. Ele era um craque da melodia”, empolga-se o diretor.

O filme consegue fazer um retrato “sensível e fidelíssimo” de Villa-Lobos, na opinião de Turibio Santos. À VERSUS, Zelito Viana contou que a música foi a

CINEMA



LEONARDO AVERSA/AGÊNCIA GLOBO

EDUARDO COUTINHO. *Moscou, o teatro na tela*

Arte militante?

O cineasta Eduardo Coutinho não acredita em arte engajada, em arte militante. Uma convicção curiosa para um artista que tem no seu portfólio o clássico *Cabra marcado para morrer*, história de uma liderança das lutas camponesas nos sertões nordestinos nos anos 60, e *Volta Redonda, memorial da greve*, sobre a luta operária na década de 80 na Companhia Siderúrgica Nacional. “O cidadão pode ser militante, a arte não”, disse a VERSUS numa rápida conversa, enquanto finalizava o seu último filme, *Moscou*, para lançá-lo no festival internacional de documentários “É tudo verdade”. O filme registra os bastidores e os ensaios do Grupo Galpão na montagem de um espetáculo teatral, a peça *Três irmãs*, de Anton Tchecov. O filme de Coutinho que antecedeu *Moscou* foi *Jogo de cena*, definido pelo crítico Jean Claude Bernardet como “imperdível”, na seção Sala Escura.

A formação do mestre do documentário brasileiro se deu num ambiente em que cultura (e especialmente o cinema) e política se misturavam. O cineasta integrou vários projetos do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, centro irradiador de criação que punha a arte a serviço da consciência política de um país em busca de seu destino. Coutinho é da época do Cinema Novo e filmou com Leon Hirzman e Zelito Viana. Tudo isso depois de desembarcar de Paris, onde entre 1954 e 1957 foi estudar no Institut des Hautes Cinématographiques. A alma do documentarista se consolidou no telejornalismo, ao integrar a equipe do Globo Repórter em 1975, programa inovador à época, ao lado de figuras como Paulo Gil Soares, João Batista de Andrade, Fernando Pacheco Jordão, Washington Novaes. Coutinho afirma que o período na tevê serviu como escola para o seu manejo de documentarista.

SALA ESCURA

Jean-Claude Bernardet*

Jogo de Cena, de Eduardo Coutinho

“O filme imperdível é: *Jogo de cena* - de Eduardo Coutinho.

Imperdível por ser uma tragédia da subjetividade (a fala supostamente subjetiva se separa do corpo falante) e imperdível por provar que o uso preciso da linguagem cinematográfica torna possível o ensaio filosófico no cinema. *Jogo de cena* solapa todo o cinema de entrevista, inclusive os filmes recentes de Eduardo Coutinho. Este filme revela uma coragem extraordinária por questionar a obra do próprio cineasta. Chega um momento em que o discurso se desvincula dos corpos falantes. Ele passa a existir em si. O discurso se fala a si mesmo. Os falantes são apenas os hospedeiros da fala. *Jogo de cena* coloca o ser em questão. As atrizes muito conhecidas funcionam como âncora fincada na realidade. Delas sabemos que interpretam. Mas, e se houver atrizes cujos rostos nos sejam desconhecidos? E as atrizes interpretam o quê? Uma outra pessoa ou a sua experiência pessoal ao interpretar outra pessoa, portanto a si mesmas?”

Sinopse

Atendendo a um anúncio de jornal, 83 mulheres contaram suas histórias de vida num estúdio. Em junho de 2006, 23 delas foram selecionadas e filmadas no Teatro Glaucê Rocha. Em setembro do mesmo ano, atrizes interpretaram, a seu modo, as histórias contadas pelas personagens escolhidas. Elenco: Fernanda Torres, Marília Pêra, Andréa Beltrão. Direção: Eduardo Coutinho.

*É escritor e crítico cinematográfico diplomado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e doutor pela Escola de Comunicações e Artes da USP, onde lecionou até se aposentar em 2004. Belga, naturalizando brasileiro em 1964, acompanhou com entusiasmo o cineclubismo sobre o qual também escreveu no jornal O Estado de S. Paulo. Fez parte da fundação do curso de cinema da UNB.

O que é ser comunista hoje

Luiz Sérgio Henriques*

As memórias de Leandro Konder — intelectual comunista — soam como a reivindicação contida e orgulhosa do mineiro Murilo Mendes, ao se dizer não um sobrevivente, mas um contemporâneo de si mesmo. É a primeira imagem que me ocorre ao terminar de ler as 262 páginas escritas ao sabor de reminiscências pessoais e políticas, mas principalmente das mais de duas dezenas de títulos publicados por autor.

Uma bibliografia de respeito, digna de um intelectual presente na cena pública pelo menos desde 1965, a data de lançamento de *Marxismo e alienação*. E que, acredito, seja injusto limitar às fronteiras da esquerda. Leandro, desde a juventude, foi amigo e interlocutor de José Guilherme Merquior, Ivan Junqueira e Sérgio Paulo Rouanet, entre muitos outros nomes da grande cultura. O que comprova estarmos diante de um marxista rigoroso, mas flexível, sempre atento às armadilhas do dogmatismo, refratário ao pensamento único, inclusive de esquerda, e aberto ao diálogo com quem não pensa exatamente como ele.

O estilo de Leandro é sinuoso e envolvente. Cada leitor há de ter a sua passagem preferida, como que o “mote” a pedir a própria “glosa”. E logo no início pensei ter achado a “provocação” mais fecunda, a que

exige de mim particular cuidado e reflexão. Leandro se pergunta: “O que é ser comunista hoje?”.

E responde: não é acreditar na ressurreição da URSS nem hibernar como urso à espera de uma revolução apocalíptica. Não é repetir no século XXI palavras de Marx ditas em outro contexto, como se ele tivesse elaborado respostas para questões que nem mesmo eram as do seu tempo. Nada disso.

Segundo Leandro, desde Babeuf os comunistas tiveram vários programas. E os reformularam seguidamente, pois programas políticos reapresentados por duas ou três décadas, sem mudanças significativas, tornam-se “uma monstruosidade”.

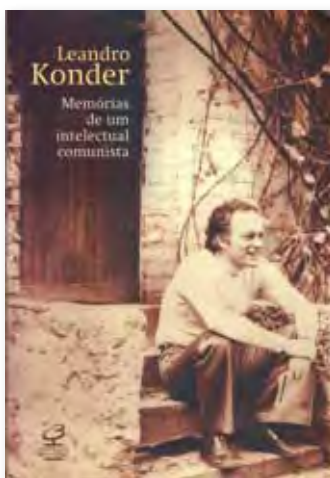
Este o mote, esta a provocação

que recolho. E parto daqui para dizer que o programa comunista não se diferencia só ao longo do tempo, não se articula só diacronicamente, mas também sincronicamente. Comunistas (marxistas) podem ser tragicamente autoritários e até despóticos — e a cultura bolchevique no seu todo tinha muito pouco de democrática, ainda que, contraditoriamente, tenha contribuído para civilizar o capitalismo durante “o breve século XX”.

Mas comunistas podem também ser democráticos, como o testemunha, com seus inevitáveis claro-escuros, a experiência dos italianos (Gramsci, Togliatti, Berlinguer e o eurocomunismo); e, mais perto de nós, a experiência do Chile de Allende banhado em sangue.

Assim, a minha glosa de Leandro, inspirada em tantos dos seus livros, só pode ter este sentido essencial: os comunistas do século XXI estão “condenados”, teórica e politicamente, a elaborar para sempre suas relações com a democracia, o pluralismo, a diversidade; estão “condenados” a darem boas e inéditas respostas para este conjunto de problemas, que, na verdade, nunca os ocupou demasiadamente durante o século passado.

Quando os comunistas se fecham em si mesmos, dormem o sono da razão, que produz monstros. Quando acordam do sono dogmático e se democratizam, individual e coletivamente, são uma instância crítica insubstituível, portadores que então se tornam de exigências profundas de igualdade e decência.



KONDER. “Me tornei comunista aos 15 anos. Opção que precisou ser refeita várias vezes ao longo da vida”

* Luiz Sérgio Henriques é editor do site Gramsci e o Brasil, ensaísta, tradutor e um dos organizadores das Obras de Antonio Gramsci em português, especialmente a nova edição das Cartas do cárcere.

ESTANTE

Marx em defesa das mulheres

Beatriz Resende

Doutora em Literatura Comparada pela UFRJ, onde, atualmente, coordena o Fórum de Ciência e Cultura e leciona Teoria do Teatro.



Em 1846, o jovem Marx publicou em *Espelho da Sociedade*, que se apresenta como. “Órgão de representação das classes populares despossuídas e de análise da situação atual”, um ensaio absolutamente peculiar: “Sobre o suicídio”, que só agora chega ao Brasil.

O texto é composto por trechos escolhidos por Marx, e por ele traduzidos, das memórias de Jacques Peuchet, antigo diretor dos arquivos da polícia francesa sob a Restauração, acrescidos de comentários. Ao longo de sua vivência administrativa, o grande número de casos de suicídio registrados por Peuchet, sendo que alguns deles pôde acompanhar de perto, o espantaram e comoveram.

Ao se debruçar sobre estas anotações, juntando a elas suas próprias considerações, Marx produz uma forma especial de história dos vencidos, como diria Walter Benjamin, num método semelhante àquele de que lançará mão o já moderno Michel Foucault ao compor obras como *A vida dos homens infames*, apresentada pelo autor como “antologias de existências”, a que ele gostaria de chamar de “novelas”, estudo realizado a partir de “*lettres de cachet*”, documentos oficiais que nos séculos XVII e XVIII autorizavam a detenção ou internamento de pessoas perigosas.

Também o texto híbrido que Marx compõe assemelha-se a pe-

quenas e comoventes novelas. Tanto o filósofo quanto o funcionário francês partem de uma defesa do suicida, visto sobretudo como uma vítima da crueldade e indiferença dos que o cercam. Para Marx, o suicídio é antes um protesto e “um dentre os mil e um sintomas da luta social geral”.



São discutidos quatro casos de pessoas que, por razões pessoais, não resistiram aos preconceitos, ao autoritarismo, à violência, às pressões da ordem social de seu tempo, ordem esta que necessitava de urgente reforma. Três casos apresentados, os mais longos e revoltantes, são de mulheres. O quarto é de um guarda do rei que se mata após perder o emprego.

A primeira mulher é uma jovem, filha de um alfaiate que a família considerou desonrada. Desesperada com as ofensas de “pessoas covardes” que, nas pa-

lavras de Marx, “lançam mão de sua autoridade absoluta de pessoas mais velhas”, a moça se atira no rio Sena. Conta Peuchet que os cúpidos familiares ainda se dirigiram à polícia em busca das joias que a suicida usava ao se matar.

O segundo caso é digno de melodramáticas novelas românticas. Uma bela mulher casou-se com um homem de rica família da Martinica. Acometido por uma doença devastadora, o antes formoso marido torna-se um monstro, no aspecto e nas atitudes. Otelo enlouquecido, encarcerou a mulher a quem não poupa violências. Seu irmão a tudo acompanha, sem poder reagir e, ao mesmo tempo, apaixonando-se pela formosa cunhada. À mulher só resta o suicídio como libertação. O corpo é encontrado próximo a uma praia, ainda jovem e belo, vestido com luxo.

O terceiro é relatado a Peuchet por um médico que se curvava à culpa de não ter concordado em submeter ao aborto uma jovem de apenas dezoito anos, sobrinha de um banqueiro parisiense, possivelmente o responsável pela gravidez. Dias depois da recusa, a jovem suicidou-se.

O funcionário da polícia observa que “na ausência de algo melhor, o suicídio é o último recurso contra os males da vida privada”.

Basta passarmos os olhos pelos nossos jornais recentes para percebermos o quanto estes relatos sensíveis à situação das mulheres permanecem oportunos.

MARX, Karl. Sobre o suicídio. São Paulo, Boitempo, 2006.

EMAS



Turibio Santos

“**A** universidade deve ser um rito de passagem, a primeira fase do aprendizado do ser humano para o mundo profissional. Infelizmente, muitas vezes ela não cumpre este papel. Vi isto quando aluno de arquitetura 40 anos atrás e ainda percebo hoje como professor na escola de música. Acho a ideia de universidade como centro de pesquisa maravilhosa, mas a primeira e principal ideia tem que ser a funcionalidade da universidade para a vida e dia a dia. Uma tarefa que hoje ela não está cumprindo.”

Quem é Turibio

É considerado pela crítica e pelos especialistas como um dos maiores violonistas clássicos da atualidade. Membro-fundador do Conseil D'entraide Musicale, da Unesco, foi nomeado em 1985 Diretor do Museu Villa-Lobos e Chevalier de la Legion D'Honneur e em 1989 Oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Criador de orquestras

Em 1983 criou a Orquestra de Violões do Rio de Janeiro com alunos da UNIRIO e UFRJ. Em 1985 criou a Orquestra Brasileira de

Violões. Seus discos 12 Estudos para Violão de Heitor Villa-Lobos e Choro do Brasil marcaram época no lançamento da música brasileira no mercado europeu.

Em 1999 regravou a obra completa de Heitor Villa-Lobos para violão ao lado de compositores como Edino Krieger, Sérgio Barboza, Nicanor Teixeira, Chiquinha Gonzaga, E. Nazareth, para uma série de 5 CDs em comemoração aos 500 anos do Descobrimiento do Brasil.



VERSUS

www.versus.ufrj.br



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas



CCJE